



**INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO**

**Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido
empresarial – o caso do Curso Técnico em Agropecuária do IFMT -
Campus Campo Novo do Parecis**

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

**Dissertação de Mestrado em Assessoria de
Administração**

Porto – 2019

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO
PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

**Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido
empresarial - o caso do Curso Técnico em Agropecuária do IFMT -
Campus Campo Novo do Parecis**

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de
Contabilidade e Administração do Porto para a
obtenção do grau de Mestre em Assessoria de
Administração, sob orientação da Prof.^a Doutora Zita
Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves.**

Porto – 2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a DEUS e a minha orientadora Prof.^a Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves pelas valiosas orientações, dicas e aprofundamento nas reflexões que nortearam o presente trabalho.

A todos os professores que ministraram aula no curso de Assessoria e Administração, contribuindo assim para o enriquecimento de minhas práticas nessa área e o encorajamento para a busca incessante do saber e qualificação pessoal e profissional.

Aos meus familiares pelo carinho, compreensão e incentivo para a concretização de mais um objetivo alcançado.

Aos companheiros de sala, bem como os do curso de Contabilidade, em especial aos nobres amigos Ronaldo e Samila, pela força, compreensão e ajuda mútua para vencer os obstáculos encontrados durante o curso,

Meus agradecimentos especiais a todos aqueles que direta ou indiretamente colaboraram para finalização deste estudo,

Resumo:

O Brasil tem se destacado como um dos maiores produtores de commodities agrícolas do mundo e o estado do Mato Grosso se sobressaem na produção de grãos (milho, soja), carnes e algodão.

A cidade de Campo Novo do Parecis, chamada carinhosamente por seus moradores de “celeiro nacional da produção” por ser uma das cidades de maior produção agrícola do Brasil, e é nessa cidade que está localizada o Instituto Federal de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis (IFMT–CCNP), contando com os cursos de Agronomia e o Curso Técnico em Agropecuária, que insere, anualmente profissionais para atender o tecido empresarial local e regional. Ultimamente, a sociedade envolvente acolhedora destes recém-formados tem devolvido alguns reparos quanto ao modo como os estágios curriculares decorrem, bem como nota-se aqui e acolá alguns comentários e descontentamentos por parte dos alunos e docentes. Assim, surgiu-nos a ideia de investigar como decorre este curso, que expectativas são ou não satisfeitas por todas as partes envolvidas.

Foi diante deste cenário que foi desenvolvida a presente pesquisa, no sentido de se averiguar as condições em que o curso é ministrado, e que resultados são obtidos, com que impressão ficam todos os elementos envolvidos no processo.

A pesquisa abarcou 102 Discentes, sete Docentes, 10 Técnicos Administrativos e 40 Empresas. A Conclusão é que os discentes não estão satisfeitos com o estágio e nem com as aulas práticas, os Docentes estão mais voltados à parte teórica do curso, portanto o Curso Técnico em Agropecuária do IFMT-CCNP necessita de ajustes para melhor atender os alunos e o tecido empresarial.

Palavras chaves: Ensino Agrícola Técnico; Estágio Supervisionado; Aulas práticas; Tecido Empresarial.

Abstract:

Brazil has detached like a the biggest producers of commodities agrícolas of the world and Mato Grosso state stand out in the production of seeds (Corns, soy), meat and coton)

The Campo Novo do Parecis, city is called by your residentes of granary nacional production to be a city the most agricultural products of the Brazil in the city is localized the Instituto Federal de Mato Grosso – campus técnico in agropecuary that implant annually professional to give attention the textile businessmen local and regional. Recently society reception newcomer has return some repair like the stages curriculares clapse, because some cometaries and of the students and docents. So to cone up the idea of examine this couse is pleasant on unpleasant for all to envived.

After that was develop research to certifacate the conditions that course is ministrare and result are to get with everybood impression in the process.

The research has 102 discents, 7 docents, 10 Administrative tech- nic and 40 companies. The conclusion is that the students are not satisfied with the internship or the practice classes, teachers are more focused on the theoretical part, Entrepreneurs said that students need to improve their ability to solve problems in companies. It is concluded that the Technical Course in Farming needs to undergo adjustments to better serve it target audience.

Key words: Technical Agricultural Education; Supervised Internship; Practical Classes; Business Fabric.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AAE:	Apoio Administrativo Educacional
CCNP	Campus Campo Novo do Parecis
CDCE:	Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar
ETF-MT:	Escola Técnica Federal de Mato Grosso
FIC:	Formação Inicial e Continuada
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF:	Instituto Federal
IFET:	Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia
IFMT:	Instituto Federal de Ensino, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
IFMT-CNP:	IFMT <i>Campus</i> Campo Novo do Parecis
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GD:	Gestão Democrática
MAIC:	Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MEC:	Ministério da Educação
PPP:	Projeto Político Pedagógico
PREMEN:	Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PROEJA:	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
SENAC:	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI:	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNA:	Sociedade Nacional da Agricultura
UNED:	Unidade de Ensino Descentralizada

Índice de tabelas

Tabela 1. Dados demográficos dos produtores agrícolas do município CNP. ..	52
Tabela 2. Caracterização da população de estudantes.....	60
Tabela 3. Caracterização da população de docentes.....	61
Tabela 4. Caracterização da população de Técnicos Administrativos	63
Tabela 5. Dados demográficos dos produtores agrícolas pesquisados (Município CNP)	65
Tabela 6. Respostas à Questão 7 “Qual o motivo de sua resposta à questão anterior? (Se sim por quê? Se não por quê?)”	69
Tabela 7. Respostas sobre a componente prática do Curso Técnico em Agropecuária.....	74
Tabela 8. Respostas dos empresários em relação aos alunos com estágio supervisionado obrigatório	89

Índice de figuras

Figura 1. Resposta à Questão 4 “ Qual é a distância da sua cidade de origem, antes de vir estudar no IFMT-CCNP?	68
Figura 2. Respostas à Questão 6 “ <i>Você gosta de estudar disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária?</i> ”	69
Figura 3. Respostas à Questão 8 “ <i>Como você define a dificuldade das disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária?</i> ”	70
Figura 4. Respostas à Questão 9 “ <i>O Curso Técnico em Agropecuária irá influenciar na carreira que você quer seguir?</i> ”	71
Figura 5 Respostas à Questão 10 “ <i>Você deseja ingressar num curso superior, mais tarde?</i> ”	71
Figura 6. Respostas à Questão 11 “Qual é o grau de relação entre o curso que você deseja e o curso técnico que está fazendo no IFMT?”	72
Figura 7. Resposta à Questão 17 “Como Classifica o seu desejo de trabalhar como Técnico em Agropecuária quando se formar?	75
Figura 8. Respostas à questão 18 “ <i>Na sua opinião, como está sendo o seu aprendizado durante o curso?</i>	76
Figura 9. Respostas à questão 21 “O acompanhamento/supervisão do estágio é acompanhado por um professor do IFMT – CNP?	78
Figura 10. Respostas à questão 22 “Como você avalia o seu estágio supervisionado, desenvolvido no Curso Técnico em Agropecuária?”	78
Figura 11. Respostas à questão 23 “ <i>Qual o seu grau de satisfação com o Estágio Supervisionado?</i>	79
Figura 12. Respostas à questão 24 “Enquanto aluno do Curso Técnico em Agropecuária sente-se preparado para trabalhar como Técnico em Agropecuária no mercado de trabalho na região?	80
Figura 13. Respostas ao item 6 “ <i>O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal?</i> ”	82
Figura 14. Respostas ao item 7 “ <i>A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para formar um profissional capazmente?</i> ”	83
Figura 15. Respostas ao item 8 “ <i>Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região?</i> ”	83

Figura 16. Respostas ao item 9 “O Curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho”.....	84
Figura 17. Respostas ao item 12 “A estrutura do campus para o desenvolvimento das aulas práticas do curso Técnico em Agropecuária está adequada”.	85
Figura 18. Respostas ao item 9 “O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal”.....	86
Figura 19. Respostas ao item 11 “Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região”.	86
Figura 20. Respostas ao item 12 “O Curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho”.....	87
Figura 21. Respostas ao item 7 “Os estagiários que estagiaram na empresa tinham qualificação técnica para atuar na área”.....	90

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	12
1. Enquadramento.....	12
2 Objetivos do Estudo	14
3 Limitações do Estudo	15
4 Estrutura Geral da Dissertação	16
1. Revisão de Literatura.....	17
1.1 Introdução.....	18
1.2 Desenvolvimento.....	18
1.3 Histórico do Ensino Técnico	19
1.4 Ensino Técnico em Agropecuária no Brasil	22
1.5 O IFMT.....	27
1.6 O Ensino Técnico Integrado em Agropecuária no IFMT – CNP	31
1.7 Agentes Relacionais Endógenos e Exógenos	34
1.7.1 A Gestão Democrática no espaço educacional	37
1.7.2 A gestão e a formação profissional.....	48
1.7.3 Os estágios e a Malha Empresarial.....	51
2 METODOLOGIA.....	56
2.1 Introdução.....	57
2.2. Desenho da investigação e instrumentos de recolha de dados	57
2.3 Questionário destinado a Alunos	59
2.3.1 Caracterização da população de Alunos	59
2.4 Questionário destinado a Docentes.....	60
2.4.1 Caracterização da população Docente.....	61
2.5 Questionário destinado aos Técnicos Administrativos.....	62
2.5.1 Caracterização da população de Técnicos Administrativos.....	62
2.6 Questionário destinado aos Empresários.....	63
2.6.1 Caracterização da população de Empresários	64
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
3.1 Introdução.....	67
3.2 Apresentação e discussão de resultados dos Alunos.....	67
3.3 Apresentação e discussão de resultados dos docentes e outros agentes educativos	81
Apresentação e Discussão de resultados dos Empresários.....	88
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
4.1 Introdução.....	93
4.2 Considerações Finais	93
4.3 Sugestões de melhoria	94
4.4 Sugestões para futuras investigações.....	96
Referências	97
Apêndices	104
Apêndice 1. Formulário de Entrevistas dos Discentes.....	105
Apêndice 2. Formulário de Entrevistas dos Docentes	108
Apêndice 3. Formulário de Entrevistas dos Empresários	111
Apêndice 4. Formulário de Entrevistas dos TAE	113
Apêndice 5. TCLE – Responsáveis	117
Apêndice 6. TALE – Aluno Menor de Idade	119
Apêndice 7. TCLE – Discentes	122
Apêndice 8. TCLE – Docentes	125

Apêndice 9. TCLE – TAE	129
Apêndice 10. TCLE – Empresários	132

INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi levada a cabo no âmbito do Mestrado em Assessoria de Administração do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, pertencente ao Instituto Politécnico do Porto.

Neste primeiro capítulo pretende-se contextualizar a pesquisa. Começa com a apresentação da temática que nos levou ao tema de investigação “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – o caso do Curso Técnico em Agropecuária do Campus Campo Novo do Parecis”. Segue o posicionamento acerca dos objetivos do estudo, suas limitações, e, por fim, será exposta a estrutura geral desta dissertação.

1. Enquadramento

O ensino técnico pode ser uma aspiração de muitos cidadãos, uma vez que parte “do pressuposto da necessidade econômica da formação de profissionais de nível médio, como exigência do desenvolvimento tecnológico em todos os setores” (Cunha, 2000, p. 55), ainda que a realidade seja bem diversa, pois muitos brasileiros não lhe têm acesso. A essência dessa modalidade educacional, que se constitui extremamente prática e funcional, advém da necessidade que algumas áreas do conhecimento possuem ao longo da formação dos que nela se aventuram (Martins, Pardal, & Dias, 2005; Cunha, 2000).

Como ressalta Coura (2012, p. 7), a integração do trabalho à educação, preconizada por Marx, é definida por Gramsci como uma forma não só de se preparar para o mercado de trabalho, mas também de possibilitar uma “formação omnilateral, que assegura o desenvolvimento do homem em todos os aspectos inerentes à vida em sociedade, onde se inclui a preparação para o trabalho”.

Contudo, apesar de se tratar de uma formação profissionalizante em um mundo em que o mercado impera, muitos alunos valem-se do curso apenas pelo Ensino Médio (Cunha, 2000), muitas vezes deixando de lado o âmbito técnico profissionalizante que é oferecido, e, além disso, importando-se mais em entrar na faculdade do que diretamente no mercado de trabalho (Martins *et al.*, 2005).

Muitos estudantes recém-formados não exercem a formação profissionalizante que possuem, mais por não desejarem ou nunca terem desejado à carreira, do que por falta de oportunidade no mercado. Buscam cursos universitários, alguns em áreas extremamente opostas à formação técnica que tiveram, conforme relatado em estudos referentes ao ensino técnico e à perda da sua identidade (Martins *et al.*, 2000; Ferretti, 2000).

Com base em um olhar apriorístico da situação, a realidade parece ser aquela já bem discutida na literatura: a de que o curso técnico não só já perdeu sua identidade de curso profissionalizante, como também ficou relegado a segundo plano pelo fácil acesso às universidades (Cunha, 2000; Ferretti, 2000; Ferretti, 1997). Dessa forma, existe alguma percepção geral de que docentes e discentes acabam, de certo modo, por sabotar o curso, uma vez que, na atualidade, entende-se que a formação técnica é insuficiente, e o Ensino Universitário é o que, de fato, profissionaliza. Assim, durante o curso técnico, a dedicação à teoria é muito superior à área prática.

Essa realidade do curso profissionalizante pode ser diversa, e, conforme apontado, apresentam-se duas hipóteses: a de que os estudantes ingressem no curso apenas pela conclusão do Ensino Médio e posterior ingresso na universidade, ou a de que busquem realmente formação profissional. A compreensão dessas perspectivas pode se dar a partir do conhecimento das relações estabelecidas durante o curso, e, inclusive, durante a realização do estágio. Mostra-se a necessidade de se avaliar quais as principais variáveis que levam os discentes a estudar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), e de que forma seria possível tornar mais atrativo o curso Técnico em Agropecuária. Em contrapartida, se a maioria dos estudantes realmente procura o curso técnico para estudar e se profissionalizar, deve-se buscar quais a(s) área(s) em que possuem maior interesse, a fim de melhor capacitá-los.

Diante desses pressupostos, surgiram as seguintes questões para a realização da presente pesquisa:

- ⑩ Qual é a realidade do Ensino Técnico Integrado em Agropecuária que ocorre no IFMT, *campus* Campo Novo do Parecis, no que tange à formação prática dos estudantes?

- ⑩ Como é que essa realidade se reflete no seu futuro ingresso no mercado de trabalho?
- ⑩ Que facilidades ou constrangimentos os envolvidos encontram durante o curso, o estágio, no acompanhamento, na inserção no mercado de trabalho?

Este estudo pretende, portanto, analisar a realidade do Ensino Técnico Integrado em Agropecuária que ocorre no IFMT, *campus* Campo Novo do Parecis, tanto em suas relações endógenas, envolvendo docentes, discentes e técnicos (servidores do Instituto Federal que possuam vínculo empregatício distinto do de professor), quanto nas relações exógenas – nomeadamente a que existe entre os discentes/Técnicos em Agropecuária e a malha empresarial da cidade.

A necessidade de um estudo como este é justificada por vários motivos. Um deles é a escassez de material sobre o ensino profissional voltado para a Agronomia, economia predominante no estado de Mato Grosso, já que as pesquisas tendem a focar mais a relação entre ensino técnico e indústria (Coura, 2012). Outro motivo que justifica o investimento acadêmico sobre o caso citado consiste na pretensão de se analisar: Os condicionalismos em que decorre a formação técnica em agropecuária no IFMT - CCNP e escolhemos o período de 2016 a 2018, por limitações de tempo da investigação.

2 Objetivos do Estudo

A presente investigação foi desenvolvida, valendo-se do estudo relacionado ao curso Técnico em Agropecuária do IFMT, *campus* Campo Novo do Parecis, tendo como objetivo geral analisar as relações endógenas (ocorridas entre os corpos discente e docente e demais funcionários envolvidos com o tema) e exógenas (observada entre os Técnicos em Agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis), para verificar as realidades do curso em questão, a respeito da formação prática dos estudantes e como ela está relacionada no seu ingresso no mercado de trabalho.

Com o intuito de responder ao objetivo geral da pesquisa são abordados, em revisão bibliográfica, os históricos do Ensino Técnico e Técnico em

Agropecuária no Brasil, a criação do IFMT, do *campus* Campo Novo do Parecis, do curso Técnico em Agropecuária na instituição – tanto a grade, quanto o programa de estágio –, o fundamento da gestão democrática (GD), as relações de gestão e formação profissional, o perfil da produção agropecuária do município e a malha empresarial, em correspondência com as expectativas de estágio e ingresso no mercado, buscando-se, posteriormente, consolidar os seguintes objetivos secundários:

- a. Apurar as concessões dos agentes relacionais endógenos (docentes, gestores e técnicos) quanto ao modo como se processa o ensino neste curso Técnico em Agropecuária;
- b. Investigar os entendimentos dos agentes relacionais exógenos (empresários), acerca da formação oferecida no referido curso para obter resultados;
- c. Analisar quais as perspectivas dos estudantes do curso Técnico em Agropecuária, com relação à formação e atuação no mercado que nos levem a apresentar sugestões de melhoria;
- d. Esclarecer a compreensão e as expectativas do tecido empresarial que circunda a cidade – entidades potencialmente empregadoras – no que se refere aos Técnicos em Agropecuária formados no IFMT.

3 Limitações do Estudo

O presente estudo apresenta como limitações:

- ⑩ a quantidade de alunos investigados, em virtude de serem menor de idade e seus responsáveis legais residirem equidistantes do local onde se desenvolve a pesquisa;
- ⑩ a dificuldade de acesso às propriedades do tecido empresarial, e a dificuldade de encontrá-los em suas propriedades;
- ⑩ e a quantidade de questionários que retornaram do corpo discente e demais servidores do IFMT – CNP envolvidos no Curso Técnico em Agropecuária.

- ⑩ De realçar as limitações temporais impostas pela apresentação e defesa da dissertação.

4 Estrutura Geral da Dissertação

O trabalho tem início com a Introdução ao tema, apresentação de objetivos, justificativa e limitações encontradas durante a realização do trabalho, e sua própria estrutura.

Em seguida, para responder à estruturação dessa pesquisa, discorre-se sobre o histórico do Ensino Técnico e do Ensino Técnico em Agropecuária no Brasil, o histórico do IFMT e do IFMT – CNP, o Ensino Técnico em Agropecuária no *Campus* em análise. Abordar-se-á, na sequência, a influência da gestão administrativa no processo pedagógico, começando pela definição do que vem a Gestão Democrática (GD) no âmbito educacional; os segmentos dos agentes relacionais, analisando, por um lado, os gestores e sua relação com a formação profissional, e, por outro lado, a relação da malha empresarial e do perfil de produção agropecuário no município com o estágio necessário para a formação do Técnico em Agropecuária.

Na Metodologia, serão apresentados o desenho da investigação, os instrumentos usados na coleta de dados – questionários e guião de entrevista – e a caracterização das amostras.

Seguir-se-á a apresentação dos resultados, sua análise e discussão. Então serão contrapostos tais resultados e dados ao referencial teórico analisado tanto as dificuldades enfrentadas quanto algumas sugestões de melhoramento e de continuidade à pesquisa serão descritas nas considerações finais da presente dissertação. Com isso, acredita-se conseguir suprir a dúvida em torno do problema de pesquisa levantado, e, mais importante, ser capaz de produzir um estudo sério dentro desta temática, a fim de melhorar a dinâmica e a atuação do curso Técnico em Agropecuária no IFMT – CNP.

1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Introdução

O presente capítulo apresenta uma conceituação teórica desenvolvida através do estudo das referências bibliográficas acerca dos elementos e temáticas utilizadas no decorrer de todo este trabalho. Desta forma, esta secção objetiva prover aos leitores um maior entendimento e compreensão acerca do tema tratado neste trabalho e, assim, facilitar a leitura e o posicionamento sobre os resultados obtidos na pesquisa.

1.2 Desenvolvimento

O desempenho social e profissional dos jovens, especialmente jovens de classes sociais mais carentes na sociedade, foi um dos fatores que impulsionaram a consolidação do Ensino Técnico no Brasil e no mundo (Vieira & Souza Jr, 2016). A inserção desses jovens no mercado deveria acontecer para que o Estado não fosse responsável financeiramente por eles, posto que, gerando sua própria renda, seriam reduzidos os gastos estatais de auxílio à população mais carente, sendo, assim, possível a mobilidade tanto profissional, quanto social.

Ressalte-se que, como afirmam Martins et al (2005, p. 80), a partir do ensino técnico profissionalizante “largas camadas populares alteraram a sua situação, quer profissional, especialmente pela passagem dos desempenhos do sector primário para os sectores secundário e terciário, quer geográfica com a passagem do campo e das pequenas vilas para as cidades”.

É nesse contexto que este trabalho está voltado para investigar o Ensino Técnico Integrado em Agropecuária ofertado pelo IFMT - CNP, abordando tanto as relações internas ao estabelecimento de ensino, que envolvem os docentes, discentes e técnicos, como a ligação externa, estabelecida entre os discentes, técnicos e a malha empresarial da região.

Em primeiro lugar, considera-se importante discorrer acerca da história do Ensino Técnico, do Ensino Técnico Agropecuário, para, chegar à consolidação do ensino praticado no referido IFMT (do *campus* Campo Novo do Parecis, daqui por diante designado por IFMT-CNP), relativamente ao curso, em si, à

importância da relação dos gestores e demais profissionais na participação da formação dos estudantes. Posteriormente, a análise dos dados coletados estará suficientemente embasada teoricamente.

1.3 Histórico do Ensino Técnico

O Ensino Profissional surge em 1809 no Brasil, após a chegada de D. João VI, que interrompeu a censura acerca da criação de indústrias manufatureiras, pois se fazia necessário arcar com as necessidades de um novo ciclo econômico, que proporcionasse, principalmente entre os mais pobres e os órfãos, uma mão de obra vital para o desenvolvimento de um mercado recém implantado (Regattieri & Castro, 2010).

Fruto das ações governamentais, atravessando, ainda, o 2º Império e o período republicano, a fim de atender, em caráter prioritário, os jovens desamparados e abandonados, para que ingressassem nas ocupações industriais – também agrícolas e comerciais após 1906, reforçou-se a dualidade no ensino (idem). Pode-se entender essa dualidade a partir de uma constatação: o Ensino Profissional é consolidado sobre as necessidades resultantes da sociedade urbana e da economia industrial – mesmo que ligado também a uma prática assistencialista.

De acordo com as Leis Orgânicas, o ensino normal e o secundário objetivavam “formar as elites condutoras do país”, ao passo que o ensino profissionalizante buscava a “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”. Por um lado, ensino normal e secundário, por outro, ensino profissional, não mantinham comunicação e nem intentavam a homogeneização dos estudos (Regattieri & Castro, 2010, p. 19).

Portanto, o curso técnico, originado a partir de uma necessidade de se profissionalizar a população após a Revolução Industrial, refletia (e ainda reflete) a dualidade existente dentro da educação entre a carreira acadêmica e a carreira profissional – essencialmente funcional (Martins, 2005; Coura, 2012).

Durante a década de 1920, começou-se a questionar uma chance de se ampliar a Educação Profissional, para que não fosse exclusiva no atendimento

aos mais carentes, o que gerou uma remodelagem de ensino. Em 1931, a Reforma Educacional “regulamentou e organizou o ensino secundário, bem como o ensino profissional comercial” (Regattieri & Castro, 2010, p. 18).

Pode-se perceber que a distinção entre o Ensino Médio e o Ensino Técnico, no Brasil, envolve um debate tanto acirrado, quanto antigo. Na década de 1940, mediante intervenções do Presidente Getúlio Vargas, inspiradas no modelo educacional fascista, a estrutura educacional dualista fomentou essa contenda (Cunha, 2000).

O conceito de aprendiz nasceu em 1942, quando as empresas e os sindicatos asseguraram a criação de serviços nacionais voltados para a aprendizagem; em 1942, foi criado o Serviço de Ensino Industrial (Senai), e em 1946, o Serviço de Ensino Comercial (Senac). Nessa mesma época, deu-se também a consolidação do ensino ministrado nas Escolas Técnicas Federais (Regattieri & Castro, 2010).

A separação entre Ensino Técnico e Ensino Superior foi se esvaindo após o fim do Estado Novo, com o novo período democrático, iniciado em 1946, por meio das chamadas “Leis de Equivalência” e com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, datada de 1961 (Cunha, 2000).

Entretanto, na tentativa de suprimir o citado dualismo, a Lei nº 5.692/1971 cimentou diretrizes e bases do primeiro e segundo grau, tornando a profissionalização obrigatória no decorrer do Ensino Médio. A dualidade parecia abolida, mas, em contrapartida, deixou-se de preparar os jovens para o ingresso no Ensino Superior. Diante do novo cenário, em 1982, a Lei nº 7.044/1982 estabeleceu como facultativo o Ensino Técnico (Regattieri & Castro, 2010).

Em outras palavras, com a promulgação da Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º Grau (Lei 5.692/1971), desapareceram as diferenças materiais entre os dois modelos de ensino, mediante a “fusão dos ramos profissionais do 2º ciclo do Ensino Médio com o ramo secundário, constituindo um novo ensino de 2º grau, universal e compulsoriamente profissional” (Cunha, 2000, p. 54).

Contudo, como essa política de profissionalização não obteve êxito, foi realizado outras reformas: a de 1982 e a de 1995 – tendo a última reservado ao Ensino Técnico um lugar especial, devido à “necessidade econômica da formação de profissionais de nível médio, como exigência do desenvolvimento tecnológico em todos os setores” (Cunha, 2000, p. 55).

Essa evolução se deu, primeiramente, possibilitando que aqueles formados no Ensino Técnico obtivessem acesso ao curso superior, desde que frequentassem com aproveitamento as disciplinas que ainda não tivessem feito.

Depois, ficou estabelecido que o acesso fosse livre, desde que na área de conhecimento em que decorresse o curso técnico – valendo o dito anterior para os outros casos. E, por fim, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, ambos os ramos do Ensino Médio foram considerados equivalentes (Cunha, 2000).

Esse foi o primeiro passo rumo à desconstrução do preconceito com relação ao Ensino Técnico. A partir de então, o Ensino Técnico tornou-se independente do Ensino Médio (Cunha, 2000), podendo ser feito durante ou após. Com relação ao Curso Técnico durante o Ensino Médio, considera-se o Ensino Integrado “uma forma de superar a formação unilateral, restrita e especializada, adotada pelas políticas que orientam os currículos do ensino profissional no país” (Coura, 2012, pp. 13-14).

A Educação Integrada tornou uma só à formação profissional e geral, aliando os ensinamentos instrumental e acadêmico, o que possibilitou a formação dos jovens tanto para o mercado de trabalho, quanto para uma formação superior (Coura, 2012).

Nesse contexto de Educação Integrada, Schwartzman (2005, p. 2) ainda distingue duas expressões, afirmando que a Educação Tecnológica “tem um sentido legal preciso, que é a formação de nível superior de curta duração, voltada para a capacitação para as profissões, sobretudo na área industrial”, e a Educação Técnica “se refere à formação profissional de nível médio”. Assim, a formação técnica e tecnológica está inseridas nessa nova ordem, de acordo também com a evolução do mercado e do sistema educativo mundial. A Educação Técnica pode, então, ser concretizada em concomitância com o Ensino Médio, consolidando a Educação Integrada; ao passo que a Educação Tecnológica é, obrigatoriamente, posterior ao Ensino Médio.

A necessidade de diálogo do homem com tudo o que o cerca é incontestável, e por isso a escola-do-trabalho – nomenclatura utilizada por Nosela (2007) – precisa se adaptar, ensinando o domínio sobre a produção, por um lado, e a compreensão e o controle sobre o consumo do que é produzido, por outro. Assim, “a escola precisa oferecer algumas atividades formativas com

grande rigor formal e disciplinar, mas precisa também oferecer outras para o exercício responsável da liberdade e o desenvolvimento dos talentos individuais” (idem, p. 149).

Em contrapartida, deve ser considerado o impulso à formação e à destreza profissional, a fim de que sejam ampliadas as oportunidades educacionais, outra particularidade da Educação Integrada (idem).

No cenário brasileiro, a formação de profissionais técnicos também está relacionada às questões apontadas. Entretanto, é importante pensar que se trata de um país que consolidou seu processo industrial sustentado na exportação de *commodities*, o que significa que a agropecuária exerceu papel fundamental no processo de desenvolvimento industrial e econômico da nação (Borges, 1996; Pochmann, 2016). Essa importância da Agropecuária gerou a necessidade da criação de um curso técnico capaz de abarcar a área. Como se deu o surgimento do Ensino Técnico em Agropecuária no Brasil? É o que se vai abordar agora.

1.4 Ensino Técnico em Agropecuária no Brasil

A abertura dos portos e a conseqüente comercialização internacional, provenientes da nova necessidade de liberalização econômica, após a chegada de D. João ao Brasil, aumentaram as taxas de importação em 24% – 15% direcionados à comercialização com os ingleses (Pochmann, 2016). Entretanto, isso não era suficiente para o desenvolvimento pleno do país. A vigorosa exportação do algodão e a importação dos têxteis fundamentavam-se na relação com a Inglaterra. A indústria brasileira pautava-se na produção do sabão, de chapéus, velas, calçados, vidros, fiação, alimentos, serraria, óleo, tecelagem e ainda outros bens de consumo, o que abastecia a necessidade nacional de forma precária (idem).

Essa economia construída sobre a exportação de *commodities* e a importação de manufaturas acabava por inibir a industrialização, que, relacionada diretamente com a agricultura, deu, por outro lado, início à solidificação da indústria de base, principalmente a partir do comércio cafeeiro em um mercado mundial (idem). A regularidade de chuvas, o clima adequado e outras condições geográficas da região do Vale do Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro, mostraram um ambiente adequado para o cultivo do grão, o que

impulsionou a economia por um período de 130 anos. No início do século XIX, a cultura do café foi motor da economia e assim permaneceram até a crise da bolsa, em 1929, com a redução da demanda internacional, a redução dos preços, o excesso de estoque, e a necessidade de avançar em outras direções.

A crise, também chamada de Grande Depressão, foi a maior que o capitalismo sofreu¹, arrastando-se por uma década e se desdobrando em problemas sociais e políticos no mundo inteiro. O Brasil controlava os preços do produto no comércio internacional, mas a instabilidade mundial deixou os agricultores em estado de fragilidade, fazendo com que o Estado começasse a assumir papel fundamental nas políticas agrícolas (Mendonça, 1997).

Em 16 de janeiro de 1897, já tinha sido criada, pelo governo federal, a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), posteriormente considerada instituição de utilidade pública no Decreto nº 3.549 de 16 de outubro de 1918. Ela pretendia a colaboração, o estudo e exame dos problemas de interesse de pecuaristas, agricultores e das indústrias extrativistas. Em seguida, em 1909, atendendo demandas de grupos políticos, foi criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), pois se via a necessidade da existência de um órgão que organizasse a agricultura nacionalmente, em prol de uma ideologia de progresso (Mendonça, 1997). Assim, “pela economia cafeeira, a mão de obra assalariada se incorporou à produção, o mercado interno se fortaleceu e a burguesia concentrou uma massa de capital promotora da grande indústria capitalista” (Pochmann, 2016, p. 77).

Por outro lado, após 1880, o capital nacional teve impulso na indústria e não mais exclusivamente na exportação. Pochmann (2016) declara que havia no Brasil 630 formações industriais em 1889, e que se contava com um número inferior a 25 mil operários. Em 1920, tinha-se um cenário de 13.600 indústrias, com 294 mil operários. Houve um aumento de 442,1% no número de operários nesse período, o que gerou a aglomeração urbana, a transição para a economia capitalista, e a expansão da burguesia industrial brasileira.

¹ Especula-se que o fenômeno da globalização tenha feito com que a crise de 2008 tenha sido mais grave que a de 1929. Entretanto, ainda se considera que o mundo esteja passando por uma grande recessão, e não por uma depressão. Segundo Cechin e Montoya (2017, p. 167) “a crise financeira de 2008 foi considerada a maior crise desde a grande depressão de 1929”. Teoricamente, para que assumam proporção igual, a recessão da oferta de crédito e os efeitos gerados pelo pânico inicial, reduzindo a liquidez monetária, devem ultrapassar uma década.

Além desses fatores, deve-se considerar a disputa territorial. A concorrência entre as potências colonizadoras e o capitalismo industrial tornam necessária a defesa e manutenção do patrimônio territorial. Durante a mudança do estado do Brasil de Reino para República, acontece a Guerra do Paraguai, fundamentada na concorrência por terras fronteiriças e litígio em torno das Bacias do Paraná e Paraguai, que ligam o sul e o oeste do Brasil. A colonização do interior do Brasil, a segurança de suas fronteiras, envolve questões políticas e econômicas, passando, ainda pela densidade demográfica e pela ocupação territorial, os riscos de invasão estrangeira e a perda da propriedade (Nogueira, 2008).

Alinhando ocupação territorial, exportação de *commodities* e industrialização, as medidas governamentais impulsionaram a expansão das fronteiras, fazendo com que a produção ultrapassasse os limites preponderantes de São Paulo e Minas Gerais, num movimento chamado de Marcha para o Oeste. Para impulsionar a industrialização do sudeste, o Presidente Getúlio Vargas precisava de renda sendo gerada. A produção de matéria-prima e de alimentos, de *commodities* variados e produzidos a custo baixo para exportação, proporcionou o processo de migração para o centro-oeste, mas a região estava subordinada ao sudeste em processo de industrialização, base da acumulação capitalista dentro de um novo modelo na economia brasileira. Para além disso, essa integração da indústria com a agricultura veio a tornar possível o processo de modernização e posterior industrialização da agricultura.

Passada a era Vargas, as principais iniciativas de colonização dos territórios interiores foram privadas. A modernização agropecuária já era uma preocupação nesse momento. Assim, especialmente, após o fim da Guerra, novas técnicas foram incorporadas à produção agrícola, mas os resultados só começaram a se tornar significativos depois da década de 60 (Borges, 1996).

Coura (2012) sustenta que a implantação do Ensino Agrícola no Brasil deu-se por motivos diferentes dos que trouxeram a implantação do Ensino Técnico. Isso porque, enquanto o Ensino Técnico, voltado para a indústria, iniciou-se com a industrialização, na década de 1930; o ensino técnico voltado para a seara agrícola surgiu entre as décadas de 1950 e 1960, para implementar e desenvolver a mecanização no campo, decorrente da industrialização.

O primeiro curso superior de Agricultura, criado na Bahia em 1812, acabou não logrando sucesso, devido ao preconceito existente em relação ao trabalho manual. Surgiram alguns focos, depois, do ensino agrícola, mas o grande avanço deu-se, de verdade, com Getúlio Vargas e o chamado Ruralismo Pedagógico – movimento ideológico que defendia, mediante uma educação rural, beneficiar a imensa maioria da população brasileira, que ainda não vivia nas cidades (Coura, 2012).

O Decreto nº 8.319 de 1910, ligado ao movimento educacional da Escola Nova e buscando amenizar a questão do êxodo rural e da aglomeração urbana, foi, segundo declaram Cecchin e Vieira (2004, p. 3) “a primeira regulamentação do ensino agrícola no Brasil, que o organizou em quatro categorias: Ensino Agrícola Superior, Médio, Aprendizagens Agrícolas e Ensino Primário Agrícola”.

O papel de reproduzidor da realidade social está presente no curso técnico agrícola desde sua origem (Martins et al., 2005). Com a Constituição do Estado Novo, o Estado destina o ensino vocacional e profissional aos menos favorecidos – tornando maior o abismo entre os ensinos acadêmico e instrumental, como já foi apontado (Coura, 2012). Contudo, é somente na segunda metade do século XX que o ensino agrotécnico ganhou destaque no cenário educacional brasileiro (Sobral, 2009). Como relata Coura (2012), a aristocracia rural existente à época acreditava que, se os seus trabalhadores possuísem ao menos um mínimo de conhecimento, seriam capazes de alavancar a produtividade, da mesma forma que acontecia na indústria.

Outro marco significativo foi o Decreto-Lei nº 9.613, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola e efetivou o curso de nível médio em 20 de agosto de 1946. Dessa forma, pode-se notar que a agrotécnica somente teve emergência após a Segunda Guerra e a modernização da agricultura. É nesse contexto que, ainda segundo Cecchin e Vieira (2004, p. 4):

Começam a surgir às primeiras pedagogias de ensino agrícola, pois, [...] o governo disponibilizava subsídios orientados aos produtores rurais, a fim de que adquirissem insumos e maquinário agrícola e havia a necessidade de profissionais que compreendessem essas novas tecnologias e pudessem desenvolvê-las no campo, função que passou a ser desempenhada pelos extensionistas rurais, que eram formados pelas Escolas Agrotécnicas emergentes.

A Revolução Verde, como ficou conhecida a transformação das relações sociais e produtivas, trouxe ao setor agrícola uma alteração substancial: a

“industrialização do campo”, isto é, a transformação do setor agrário em uma extensão da fábrica, no sentido de que o campo passou a fornecer matérias-primas para a produção (Coura, 2012; Sobral, 2009).

Destarte, tornou-se ainda mais necessária à formação e preparação de um profissional capacitado, com a responsabilidade de fomentar e auxiliar na implementação das novidades na produção agrícola. Outra preocupação para a qual se torna necessário a figura de um profissional capacitado diz respeito à questão ambiental: hoje em dia, sabe-se que não só a poluição da indústria, como também a atividade não regrada da agropecuária, deteriora o ambiente (Senra, Sato, Mello & Campos, 2017), pensamento surgido a partir da própria Revolução Verde. A pessoa capaz de realizar tais tarefas é o Técnico em Agropecuária (Coura, 2012).

Por um lado, a Guerra do Paraguai obrigou o país a ocupar os espaços considerados vazios, em luta pela defesa do território; por outro, para sustentar o desenvolvimento da indústria no sudeste, produzir quantidade suficiente de alimento para a população local e nacional, efetivando a ocupação, e para desenvolver a produção de *commodities* a preços mais baixos para a exportação, aquecendo a economia que tinha sofrido fortemente com a crise econômica de 29, fez-se necessário que se desenvolvesse a agropecuária.

A Marcha para o Oeste, nesse contexto, promoveu grande desenvolvimento no estado de Mato Grosso, ponto estratégico para a defesa territorial. A necessidade de desenvolvimento da agropecuária local promoveu a criação de um estabelecimento de ensino que promovesse formações a diversos níveis, como é o caso do IFMT e outras instituições que pudessem atuar na consolidação dos propósitos até aqui mencionados, oferecendo capacitação para a população, reduzindo, ainda, a migração para os grandes centros urbanos do sudeste na busca por essa formação.

1.5 O IFMT

Entre os países considerados grandes produtores mundiais, o Brasil é tido como um dos mais potencialmente aráveis, já que se estima possuir cerca de 120 milhões de hectares de solo afetável à produção agrícola. Se bem que seja

estimado, por outro lado, que cerca de 4 milhões desse solo esteja em propriedade de grupos estrangeiros, segundo informa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2009).

Nesse contexto, verifica-se a grande demanda por projetos de pedagogia rural e agrícola. A grande procura exige uma oferta de igual tamanho (Senra et al., 2017). Dentro dessa perspectiva, o IFMT:

[...] é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (IFMT, s.d.).

A trajetória do IFMT remonta 23 de setembro de 1909, quando foram instituídas 19 escolas de aprendizes e artífices no Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 7.566. Uma dessas escolas foi à primeira escola de Ensino Técnico do Mato Grosso, com curso profissional de nível primário, simultâneo ao curso de primeiras letras e de desenho, que começou a funcionar em 1910. Essa Escola de Artífices é transformada em Liceu Industrial em 1937, por meio da Lei nº 378, e atualmente é a localização do *Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva* do IFMT. Em 1964, a Escola Industrial de Cuiabá se torna Escola Industrial Federal de Mato Grosso, e, em 1968, pela Portaria Ministerial nº 331, torna-se Escola Técnica Federal de Mato Grosso – ETF-MT (Benevides & Santos, 2013).

Além disso, com o reconhecimento do governo de que a agricultura representava uma realidade da economia estatal – e também assim foi no âmbito nacional, como já foi apontado – entendeu-se a necessidade de qualificação na área, e, em 14 de abril de 1943, por meio do Decreto nº 5.409, instituiu-se o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, na Serra de São Vicente, em Leverger, com capacidade para atender duzentos estudantes de nível primário.

Em 1944, pelo Decreto-Lei nº 6.495, começam a serem ofertados cursos profissionalizantes, também de nível primário, passando a chamar-se Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra; em 1947, a designação mudou para Escola de Iniciação Agrícola Gustavo Dutra; e em 1956, Escola Agrícola Gustavo Dutra. Ademais, conforme apontam Benevides e Santos (2013, p. 22.367), “em 1964, através do Decreto Lei nº 53.558, a Escola Agrícola Gustavo Dutra foi

instituída como Ginásio Agrícola Gustavo Dutra, ofertando o então ginásial – atual nível médio”.

Com as intervenções de o governo militar na educação e a necessidade da expansão na oferta de mão de obra, considerando-se ainda o pleno processo de industrialização da agricultura, na entrada da década de 70, extinguiram-se os cursos ginásiais industriais e começaram a serem ofertados cursos técnicos de Ensino Médio, integrado ao ensino propedêutico. No final de 1974, o Ginásio Agrícola Gustavo Dutra começa a ofertar esses cursos técnicos integrados e passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT (Benevides e Santos, 2013).

Em março de 1980, a portaria nº 217 institui a Escola Agrotécnica de Cáceres. Conforme Benevides e Santos (2013, pp. 22.367-8):

A implantação deste ensino profissional agrícola, área de agricultura e pecuária, foi devido ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (MEC/SG/PREMEN), um convênio com a Prefeitura Municipal de Cáceres e o Governo do Estado. Ofertou-se o curso de agropecuária em período integral, destinado aos filhos de produtores rurais.

Em 1994, a ETF-MT torna-se Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso (CEFET-MT), e, em 2002, a Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá torna-se Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá (CEFET-Cuiabá) (Benevides e Santos, 2013). Foi somente em dezembro de 2008 que a Lei 11.892 instituiu os Institutos Federais. Nesse contexto,

Em Mato Grosso, a junção das três autarquias - CEFET Mato Grosso (em Cuiabá), o CEFET Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - cria o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades (IFMT, s.d).

O IFMT tem, atualmente, 14 *campi* em funcionamento: Barra do Garças, Alta Floresta, Cáceres, Confresa, Cuiabá/Bela Vista, Cuiabá/Octayde Jorge da Silva, Pontes e Lacerda, Juína, Primavera do Leste, São Vicente, Rondonópolis, Várzea Grande, Sorriso e Campo Novo do Parecis. Além disso, possui *campi* avançados em Diamantino, Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde, Sinop e Guarantã do Norte.

Esta instituição atende cerca de 25 mil estudantes, em mais de cem cursos de diferentes níveis, partindo de cursos de curta duração, como

Formação Inicial e Continuada (FIC), passando pelos níveis Superior (licenciatura, bacharelado e tecnologias), Técnico (concomitante e Proeja, integrado ou subsequente), Educação à Distância (Profucionário e Universidade Aberta do Brasil), e alcançando níveis de Pós-graduação (mestrados e especializações) (IFMT, s.d.).

Dentro do estado de Mato Grosso, é a instituição-referência no que concerne à educação profissional e tecnológica, ofertando cursos em todos os níveis de vocação e fomentando a pesquisa e a extensão das atividades docente-discentes. No contexto agro, alguns *campi*, como o de Campo Novo do Parecis (CNP), possuem a infraestrutura de uma escola-fazenda, sendo dotados de alojamento, restaurante e outras estruturas necessárias destinadas à manutenção de alunos internos para estudos relacionados à agropecuária (IFMT, 2015).

1.6 O Ensino Técnico Integrado em Agropecuária no IFMT – CNP

O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio estabelece o que se deve observar e dá orientações sobre as práticas pedagógicas, as ementas do curso, o perfil do profissional egresso, a estrutura curricular, entendendo-se que o desenvolvimento do curso se pauta pelas diretrizes do Ministério da Educação, tendo sido, ainda, constituído por meio de processo democrático, criativo e reflexivo. Deve ser considerado, além disso, que os sistemas de produção no cenário local, maioritariamente integrantes da lavoura pecuária, caracterizam-se, especialmente, pela utilização de altas tecnologias em maquinários e insumos em todas as suas etapas produtivas, e “este é um cenário que demanda profissionais qualificados e reflexivos sobre suas práticas e o impacto das mesmas sobre o contexto social, econômico e ambiental da região” (IFMT, 2015, pp. 13-4).

Como objetivo geral, o curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio do IFMT – CNP foca-se em “formar profissionais que atuem junto a empresas rurais de maneira empreendedora, planejando, executando e conduzindo projetos nas áreas de produção vegetal e animal” (IFMT, 2015, p.

14). Entre os objetivos específicos das disciplinas cursadas, espera-se formar profissionais capazes de:

- Planejar, executar, acompanhar, gerir, fiscalizar e aplicar inovações em todas as fases de projetos agropecuários;
- Atuar junto à administração, assistência técnica, extensão, pesquisa e gestão de empreendimentos rurais;
- Elaborar, aplicar e monitorar programas preventivos de sanitização na produção animal, vegetal e agroindustrial;
- Fiscalizar produtos de origem vegetal e animal;
- Elaborar laudos, perícias, pareceres e relatórios de impacto ambiental e de incorporação de novas tecnologias; e
- Realizar medições, demarcações e levantamentos topográficos rurais. (IFMT, 2015, pp. 14-15).

O curso, de período integral (matutino e vespertino), com aulas de segunda a sábado, destina-se a estudantes que estão em fase de conclusão do Ensino Fundamental e ingresso no Ensino Médio; ou seja, que estejam no 9º ano do Ensino Fundamental, vindos de instituições educacionais, tanto públicas, quanto privadas.

O ingresso se dá por meio de processo seletivo anual, a partir de provas que confirmem conhecimentos de Língua Portuguesa e Matemática. Também podem ingressar através de transferências externas ou convênios com outras instituições, segundo os editais específicos (IFMT, 2015).

O curso se consolida em 3 978 horas. São necessárias, ainda, as 300 horas de estágio profissional obrigatório (140 horas no 2º ano, e 160 horas no 3º ano), resultando em uma carga horária total de 4 278 horas, que deverá ser cumprida ao longo de um período de três anos, ou quatro, em caráter de dependência.

Cada um dos três anos letivos conta com uma carga horária de 884 horas destinadas ao Ensino Básico, e no 1º ano, tem-se 340 horas destinadas ao Ensino Profissionalizante, enquanto no 2º ano serão 476 horas, e no 3º, 408 horas. São, no total, 1 224 horas de Ensino Profissionalizante. No primeiro ano os estudantes deverão assistir a 36 aulas semanais; 40 aulas no segundo ano; e 38 no terceiro. São duzentos dias letivos, distribuídos em 40 semanas (IFMT, 2015).

As disciplinas da Educação Básica são as mesmas nos três anos letivos:

- Língua Portuguesa e Matemática (com carga horária anual de 136 horas);
- Língua Inglesa, Física, Biologia, Química, História, Geografia (com carga horária anual de 68 horas),
- Língua Espanhola, Arte, Sociologia e Filosofia (com carga horária anual de 38 horas).

No 1º ano, as disciplinas do núcleo Profissionalizante compreendem a: Agricultura 1, Informática, Solos, Pecuária 1 e Mecanização Agrícola (com 68 horas anuais de carga horária, cada uma delas).

No 2º ano, as disciplinas cursadas são Agricultura 2, Processamento de Alimentos, Irrigação e Drenagem, Pecuária 2, Topografia, Orientação e Elaboração de Relatório, e Manejo Integrado de Pragas, Doenças e Plantas Espontâneas (também com 68 horas anuais cada uma).

O 3º ano compreende as disciplinas de: Administração e Extensão Rural com 102 horas anuais de carga horária; Legislação Agrária e Ambiental com 34 horas; e as demais disciplinas contam com 68 horas anuais: Agricultura 3, Agricultura 4, Pecuária 3, Construções Rurais (IFMT, 2015).

No contexto do curso, a complementação do processo de aprendizagem por meio do Estágio Supervisionado Obrigatório é fundamental, tanto para que haja adaptação social e psicológica do estudante à atividade profissional que exercerá, quanto para que lhe seja dada a possibilidade do exercício profissional, o que poderá facilitar seu ingresso e permanência no mercado.

O estágio curricular é baseado, no Brasil, pela lei nº. 6 494, de 1977; regulamentado pelo Decreto nº 87 497, de 1982; e conta, ainda, com o Parecer CNE/CEB 35/2003, de 2003. O Art. 4º do Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado dos Cursos Técnicos e Superiores apresentado pela Coordenação de Extensão do Campus Parecis e pelo Ministério da Educação (2010) afirma que cabe ao IFMT-CNP, “prover meios necessários ao desenvolvimento do estágio”, devendo, segundo o Art. 5º, “ser realizado em empresas ou instituições públicas ou privadas, devidamente credenciadas junto ao IFMT – CNP, e que apresentem condições de proporcionar experiências na área de formação do aluno”.

Ademais, de acordo com os Artigos 23º e 24º do mesmo diploma legal, o Professor Orientador deve acompanhar o estudante, inclusive reunindo-se com ele sempre que necessário. Este, por sua parte, deverá (i) elaborar o plano de estágio, (ii) deverá visitar a empresa onde realiza o estágio, (iii) deverá enviar relatórios parciais, (iv) e fazer contatos telefônicos ou por *e-mail*.

A avaliação do estágio se dá tanto da parte do Professor Orientador, como por parte do Supervisor de estágio, e de uma banca composta por mais dois professores (júri), para quem o aluno deverá apresentar o relatório final.

Além disso, é importante ressaltar que a Coordenadoria de Relações Empresariais e de Estágios, dentro do IFMT-CNP, será responsável por “identificar as oportunidades de estágios junto às empresas” e “proceder ao encaminhamento às empresas dos alunos candidatos a estágio”, atuar como interveniente, entre outras obrigações que viabilizem a formação completa do estudante, conforme o Art. 28º (Coordenação de Extensão do Campus Parecis, & Ministério da Educação, 2010).

Diante dos dados apresentados, é importante para o presente trabalho de investigação analisar, de agora em diante, os atores internos e externos do processo educativo do curso Técnico em Agropecuária do IFMT – CNP.

1.7 Agentes Relacionais Endógenos e Exógenos

Com a Revolução Industrial, o sistema educacional em todo o mundo atentou para medidas democráticas, que, entretanto, voltavam-se mais para um tipo de estigmatização dos alunos vindos de classes trabalhadoras, e tal processo democrático da educação estabeleceu que o alicerce das democracias somente fosse possível a partir da educação. Segundo Saviani (1999), essa determinação descaracteriza, por si mesma, a democracia, especialmente devido ao distanciamento das classes, próprio da consolidação pós-guerra dos Estados capitalistas. Não é possível pensar em educação sem atingir esses processos, que intercedem justamente nos métodos educacionais e nas posturas dos profissionais da área da educação.

Assim, a nova sociedade industrializada acabou por gerar também outro polo, que buscasse assistência e equilíbrio social, direcionando a expansão de

cursos e da profissionalização dentro do movimento mundial. Conforme Schwartzman (2005, p. 5), esse fator não é, exclusivamente, ligado às “necessidades do mercado de trabalho por pessoas mais qualificadas”, mas é, inclusive, “resultado de um fenômeno de mobilidade social e expansão dos sistemas educacionais”. Surge a Sociedade do Conhecimento.

Corrêa e Mira (2017) declaram, por sua vez, que a “realidade da educação passa por conflitos políticos e sociais”, e isso se relaciona com o ideal de escola como componente elementar do progresso das ciências, bem como do progresso social e econômico.

Atualmente, entende-se que a escola é instigadora do indivíduo em sua autoconstrução educativa. A escola, como centro formador dessa sociedade moderna, alinha-se também à construção da pedagogia, assinalada por Saviani (1999), embebida de caráter revolucionário e transformador, fundamentada na defesa de igualdade, e que, articulada de maneira pertinente, é capaz de levar ao alcance desse propósito, partindo-se do princípio de que a prática pedagógica afeta a prática social.

Compreendendo-se a gestão educacional como a “área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas [...] visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados” (Lück, 2000), verifica-se que sua democratização abre espaço para o agir consciente e a possibilidade de mudanças que favoreçam a atuação do profissional da educação – e dos demais membros da comunidade escolar – dentro do processo educacional. Entendendo, portanto, o processo de democratização da educação, de construção de autonomia e de fortalecimento das coletividades, cabe ao gestor escolar garantir espaços para a participação de toda a comunidade, pois, como afirmam Azevedo e Azevedo (2016, p. 6),

O gestor ocupa um papel fundamental nesse contexto de mudança, pois é necessário que este profissional supere o enfoque da administração numa perspectiva racional, técnica e burocrática sob os moldes gerencialistas e construa seu trabalho sob a ótica de um novo conceito, aqui compreendido como gestão.

O gestor é um articulador que exerce papel político, uma vez que é o representante dos interesses coletivos, e sua influência alcança também a sala de aula e todos os espaços educativos (idem, 2016). Entretanto, conforme

declara Sá (2011, p. 2), “os conceitos de descentralização e autonomia não são sinônimos de democratização ou garantia de participação. Os aspectos administrativos e burocráticos também podem prevalecer sobre os aspectos pedagógicos”.

No processo pedagógico, há aspectos cognitivos que somente podem se desenvolver a partir da realização autônoma de atividades, o que inclui, muitas vezes, ter que tomar decisões e agir sem o apoio imediato de outras pessoas. De acordo com Martins e Silva (2014, p. 1145), “a autonomia não deve ser apenas considerada, mas orientada para que o estudante tenha a mediação docente tanto para que apreenda os conceitos necessários e que também domine o processo de aprendizagem como parte da sua formação”. Nesse contexto, é importante realçar, ainda conforme os autores, que “uma parte da autoridade do professor, a autoridade em relação ao conteúdo e prática pedagógica fica diluída na medida em que o aluno pode construir a sua autonomia” (Martins, & Silva, 2016, p. 1145).

O ensino, então, somente alcança seu propósito como agente transformador se proporciona, a partir da proatividade do estudante, a autonomia necessária para a construção da aprendizagem em processo contínuo, fazendo com que todos os agentes intervenham no meio no qual estão inseridos. Muitas vezes, gestores, professores, supervisores de estágios, etc., impõem uma modelagem tão restrita acerca da produção e do desenvolvimento do trabalho do aluno, que representa uma violência simbólica dessas ditas autoridades sobre o estudante, fazendo com que desista ou desanime diante da construção do seu conhecimento e da sua autonomia como sujeito social (Martins, & Silva, 2016). Resta ainda, acerca dessa perspectiva, pensar que “a questão da autonomia na gestão da aprendizagem não está restrita ao relacionamento entre docentes e alunos, mas que os diversos elementos da prática pedagógica devem ser estruturados de forma a promover a autonomia” (Martins & Silva, 2016, p. 1.159).

Se cabe ao gestor da unidade escolar “estabelecer o direcionamento e mobilização” (Lück, 2000), então é importante, no âmbito da presente pesquisa, compreender a importância de cada um dos agentes relacionais, tanto endógenos, quanto exógenos, no processo de formação do técnico agrícola e na construção da autonomia necessária para sua futura atuação no mercado de trabalho.

A gestão, como aqui se propõe, não está, portanto, apenas voltada para a direção e coordenação de cursos ou das unidades educativas, mas para todos os agentes que participam da educação. É fundamental dentro do Ensino Técnico que o aluno seja capaz de construir sua própria autonomia, que, por sua parte, deve ser outorgada e dirigida por professores, gestores educacionais, demais profissionais da educação e, inclusive, pelos empregadores que proporcionam a prática do estágio profissional.

1.7.1 A Gestão Democrática no espaço educacional

No Brasil, até a década de quarenta do século passado, o alfabetizador e o educador não precisavam de especialização ou métodos pedagógicos. Se soubessem ler e escrever, poderiam ensinar. Em 1942, tem-se o início dos programas de ensino supletivo, e em 1945, iniciando-se o período de redemocratização, após a primeira era da governação do Presidente Getúlio Vargas – marcada pela centralização do poder e pelo domínio governamental também através das escolas e do ensino –, determinou-se que 25% do capital nacional fossem direcionados à educação de jovens e adultos (Machado, 2009).

Freire, importante pedagogo para o mundo lusófono, dos dois lados do Atlântico, trouxe a consciência sobre a importância da relação do estudante com o meio no qual está inserido, um ponto fundamental do processo educativo, e isso gerou uma mudança do pensamento nacional sobre a educação, iniciando-se a desconstrução dos parâmetros e a reconfiguração, através dos vários movimentos populares, na busca da integração de todos os sujeitos sociais à sociedade por meio do acesso à educação (Machado, 2009).

De acordo com Bourdieu (2004, p. 21), era preciso fugir da ideia da ciência pura distante da necessidade social, e, além disso, da ciência escrava, subordinada a demandas da economia e da política. Dessa forma, entendeu-se que “o campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve”.

A nova dinâmica da política industrial e capitalista provocou impactos no âmbito social e no processo pedagógico, uma vez que se começou a exigir do homem a participação social, política e econômico-produtiva, buscando-se uma

nova concepção do trabalhador, mais capacitado e especializado, a partir da divisão do trabalho. Primeiro, essas transformações afetam a administração das empresas, o mundo do trabalho, mas, por fim, alcançam o sistema educacional, que precisava de um novo modelo de gestão, promotor do desenvolvimento (Cabral Neto & Castro, 2011). Assim, esse novo modelo de gestão, na tentativa de suplantar o antigo modelo, anterior ao processo de redemocratização brasileira,

[...] realiza-se pelo ajuste da legislação e dos métodos de gestão das instituições educacionais às novas diretrizes propostas para a política educacional e vem influenciando diretamente a organização e a gestão do sistema educacional, interferindo na formulação e na condução das políticas para o campo, determinando novos papéis e funções para os profissionais da educação, em todos os níveis de atuação (p. 747).

A Gestão Democrática (GD) surgiu como uma possibilidade factível durante o segundo processo de redemocratização, em meados da década de 1980, mobilizando grande parte da sociedade – especialmente aquela parcela preocupada com a educação brasileira – a fim de conseguir positivá-la no texto constitucional (Gomes, 2015). Ela é parte da luta pela democratização da Educação Brasileira, que necessitava assegurar, por um lado, o acesso livre e permanente a todos os cidadãos e, por outro, um espaço educacional que possibilitasse o exercício da democracia, que só seria possível mediante uma nova forma de se pensar a gestão escolar. Conforme aponta Gracindo (2007, p. 34),

A gestão democrática pode ser considerada como meio pelo qual todos os segmentos que compõem o processo educativo participam da definição dos rumos que a escola deve imprimir à educação de maneira a efetivar essas decisões, num processo contínuo de avaliação de suas ações.

Ainda assim, toda proposta de GD é considerada utopia, e não sem motivo, posto que é difícil alcançar efetivo contacto entre pais, docentes, discente e funcionários escolares. Entretanto, como bem lembra Paro (2007), muito embora o significado etimológico da palavra utopia seja ‘lugar que não existe’, não significa dizer que a GD não possa vir a existir. É preciso, portanto, propiciar o caminho, possibilitando cada vez mais a inclusão do cidadão no espaço

escolar, por meio da viabilização de relações democráticas no âmbito interno da unidade escolar.

O conceito de gestão acadêmica é associado ao fortalecimento democrático em processos pedagógicos, à participação responsável de todos em decisões necessárias e perante a efetivação de compromisso coletivo aos resultados educacionais tornando-se cada vez mais efetivos.

A participação se torna o principal meio de assegurar a gestão democrática dentro das instituições, apresentando-se como ferramenta imprescindível para envolver profissionais e usuários desse processo de tomada de decisão e funcionamento de organizações acadêmicas. Além disso, proporciona melhores conhecimentos acerca de objetivos e metas, estrutura organizacional e dinâmica de relações entre instituição e acadêmico, fomentando uma aproximação maior entre alunos e professores.

Segundo Eboli (2014) a inteligência Emocional é uma teoria revolucionária que redireciona o que é ser inteligente. A universidade empreendedora é aquela na qual “se aprende a aprender” e argumentam que:

Devendo ser um instrumento central de modernidade da sociedade, sabendo que a educação é considerada fator primordial desse processo, e ainda ser geradora de propensão à criação de alternativas e tecnologias inovadoras [...] A universidade precisa estar direcionada ao perfil gerencial do futuro administrador, que deve possuir posturas indispensáveis, tais como: ação, decisão, capacidade de negociação, competência e autonomia para criar e inovar, capacidade de comunicação interpessoal, comprometimento com princípio ético, capacidade de trabalhar em grupo, aprender com o erro e capacidade visionária.

Por isso é tão importante que uma gestão seja uma base para desenvolver a competência do estudante, direcionar seu perfil passando por todo caminho teórico e prático até sua conquista no mercado de trabalho e na vida.

As Instituições de Ensino, têm se esforçado para desenvolver ações que lhes garantam seu objetivo primordial de transmissão do saber historicamente acumulado, com o intuito de formar cidadãos críticos, capazes de transformar o meio no qual vivem, buscando conquistar melhor qualidade de vida pessoal e para a comunidade, e a consolidação da sociedade mais fraternal e humana, efetivamente justa e democrática.

Entretanto, apesar de todos os esforços, tais ações algumas vezes se mostram ineficientes, conforme atestam os índices de fracasso escolar, que atinge parte considerável dos que ingressam no sistema educacional público.

Gestão é uma expressão que ganhou corpo no contexto educacional acompanhando uma mudança de paradigma no redirecionamento das questões deste campo de estudo. Em linhas gerais, caracteriza-se pelo reconhecimento da relevância da participação consciente e esclarecida de pessoas nas tomadas de decisões da orientação do seu trabalho.

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação diante do compromisso coletivo e resultados educacionais mais efetivos.

A comunidade local deve estar sintonia com o ambiente escolar para garantir a melhoria educacional e isso pode ser promovido mais facilmente quando a escola possui uma gestão democrática, promovendo estratégias que efetivem a formação do cidadão e, conseqüentemente, a prática da cidadania. Quando ela não está atingindo este objetivo, precisa-se refletir e repensar determinadas práticas e atitudes modificando-a positivamente. (MARTINS, 2004).

Na escola lidamos com sujeitos de diferentes formas de agir, influenciados por diversos fatores (habitação, crenças, classe social, ambiente familiar, entre outros), por isso é importante que o espaço escolar seja um lugar onde predomine a prática democrática, que em sua abrangência, abarca o respeito às diferenças, a consciência ética, a ocorrência da participação e o incentivo da mesma etc.

Buscando esclarecer o conceito de gestão dado anteriormente, observa-se sua importância da mesma ser democrática para a melhoria da educação em geral, pois quando todos se percebem como agentes da educação o resultado obtido é ainda melhor. Teixeira, Ladoski e Domingues (2011).

A norma constitucional de 1988 estabelecia a GD como princípio alicerçante da estrutura educacional brasileira a ser efetivada na forma da lei. Faltava, contudo, diploma legal que fornecesse as diretrizes para sua aplicação prática, publicada somente em 1996: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) (Gomes, 2015).

Para os profissionais da educação, a inclusão do princípio da gestão democrática, firmada no art. 3º, VIII, da LDB, possibilitou seu direito à voz e à vez dentro do espaço escolar. Ainda segundo a LDB, em seu art. 14º, I, as normas da GD no ensino público, da Educação Infantil até o Ensino Médio, são definidas conforme as peculiaridades da instituição e devem promover a participação de todos os profissionais e da comunidade no conselho escolar (Gomes, 2015).

Na medida em que a GD envolve todos os atores do processo educativo, e que as políticas centralizadoras têm perdido espaço para a gestão participativa, e, entendendo ainda, que, conforme apontou Andrade (2015) o profissional da educação atua tanto no aspecto biológico, quanto no social, psicológico e cognitivo dos estudantes, deve-se entender que, de acordo com a declaração de Cortez (2015, p. 43):

[...] é preciso reconhecer que, embora os atores educativos envolvidos no processo desempenhem diferentes funções, estas são ou devem ser complementares e, de maneira articulada, devem garantir o sucesso das aprendizagens dos estudantes mediante planejamento, garantia de recursos, trabalho com metas definidas e avaliação contínua no processo.

A partir da lei de Gestão Democrática foi constituído o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE), na intenção de democratizar a gestão, já que, antes disso, toda a responsabilidade e decisão partia exclusivamente do diretor, que tinha seu cargo atribuído sob a determinação do governador do estado. Ou seja, o Estado mantinha o controle dos processos educacionais e estabelecia como Diretores pessoas de sua confiança para o cumprimento das diretrizes que determinava, sem observar, de fato, a realidade social do entorno de cada unidade escolar. Em outras palavras, os interesses do Estado eram preservados em detrimento dos interesses da comunidade escolar. Democratizar essas relações de poder é parte do processo de democratização nacional, de consolidação da democracia no país, seguindo o movimento mundial. Desse momento em diante, a criação do Projeto Político Pedagógico (PPP) se dá mediante a participação do diretor, mas também de alunos, de pais de alunos, de professores e também de outros profissionais da unidade escolar, incluindo do Apoio Administrativo Educacional (AAE), podendo deliberar todos eles acerca de assuntos administrativos, financeiros e pedagógicos.

Trabalhando com atores da comunidade escolar dentro das relações com o entorno social, a GD constitui-se de elementos de autonomia, transparência, multiplicidade e participação. Indo além dos limites físicos da escola, assim como transbordando por sobre a atuação pedagógica, configura um modo novo de se gerir a unidade escolar, instaurando o “sentido democrático da prática social da educação” (Gracindo, 2007, p. 34).

A GD na educação não representa mais uma opção no Brasil, mas é uma obrigatoriedade constitucional, mesmo que não se dê da forma como almejada. A busca por esse processo de democratização envolve múltiplos agentes, a fim de que alcance a materialização desse compromisso social. Diante da imprecisão e da obscuridade, essa prática precisa ser disseminada a ponto de abranger todos os envolvidos na educação, não apenas fundamentando-se na hegemonia semântica e discursiva, mas, como afirma Freitas (2007), indo além do imaginário coletivo, buscando a viabilização, implementação e monitoramento das políticas educacionais. Todos os membros da comunidade escolar, isto é, todos os atores do processo educativo, são chamados a definir as diretrizes de ensino dentro de um contexto de GD. O conhecimento da realidade de uma unidade escolar passa, necessariamente, pela forma como a unidade é gerida, como é vista pela comunidade, e se entendem os discentes e a comunidade como participantes no processo educacional.

Um planejamento participativo se dá a partir do momento em que todos demonstram um papel atuante, de caráter decisório e influente quanto ao planejamento e ao formar pessoas integralmente, não somente meros espectadores, com responsabilidades no planejamento participativo desenvolvendo e optando sobre intervenções coletivas sobre o social, com opiniões e conceituações distintas, devendo o gestor administrar muito bem esse fator para que não se instale uma situação de conflito.

Se a educação é uma forma de promover a cidadania e a evolução social, assim como tem o dever de expandir o saber produzido e acumulado ao longo do tempo, vê-se nesse conceito a apropriação do caráter político em seu sentido mais puro (a arte de servir ao povo), nos processos educativos, o que acontece nas práticas da administração escolar, pois são através de tais práticas que surgirão as diretrizes para o efetivo cumprimento das ideias a respeito do ensino aprendizagem.

Porém, o que se percebe é uma política antagônica ao desenvolvimento social, a partir do momento em que se instituem como gestão indicativa e gerada por meio do critério de cargos de confiança, o que colabora para a gênese de uma administração escolar pautada nos velhos moldes da gestão clássica, sem ter ciência de considerar todos os fatores priorizados pela gestão democrática, os quais são fundamentais no bom exercício das práticas que norteiam o bom desempenho da educação.

Diante desse entendimento de docente no que diz respeito aos fatores nos quais norteiam a gestão democrática, adquire-se a nova visão modificante de forma positiva à sua prática pedagógica, fortalecendo o compromisso de educar e trazendo em si uma gama de horizontes novos para a melhoria do trabalho feito pelos professores e sempre tendo a democratização da gestão como uma bússola para orientá-lo no seu dia a dia na escola e no que se refere às suas atribuições e possíveis contribuições (Luckes, 2011).

Além disso, é de suma importância abordar a construção do Projeto Político Pedagógico e os Conselhos escolares chamado de PPP. E esse é um documento que deve ser feito por todos os segmentos da escola buscando nortear o trabalho pedagógico por meio de diretrizes de orientação e desenvolvimento das ações que contemplam processos educativos e que se torna essencial para a educação, quando na busca de manter a postura democrática em meio ao processo educacional.

Assim, a instituição deve possuir um PPP, pois a educação é construída de forma sistemática, e esse projeto se faz necessário em todas as instituições de educação que tenham realmente o compromisso de educar, não simplesmente cumprindo questões burocráticas exigidas pelo sistema.

É por meio de um projeto que serão pensadas as ações necessárias e que serão projetadas para que no futuro e sejam colocadas em prática, tendo em vista a realidade que norteia as instituições de educação, e os fatores socioeconômicos, que sempre influenciam no processo de ensino aprendizagem.

Assim, o ideal é que toda escola tenha consciência da importância do PPP e de que ele deve ser um instrumento de fundamental importância para conduzir de forma eficiente o ano letivo, além disso, sabendo-se também, que esse projeto vai muito além dos objetivos, ações e estratégias, pois afinal essa é a

identidade da instituição e deve ser baseado na dinâmica social que envolve as relações que influenciam as funções pedagógicas e administrativas.

Considerando uma comunidade escolar, pois a comunidade age de maneira pertinente nas relações de elaboração das ações ligadas a fatores externos de instituições de educação e fatores externos exercendo de forma significativa a influência na escola.

É necessário porém que haja clareza do que realmente almeja-se em termos de processos de ensino-aprendizagem eficiente, onde a escola desempenha de maneira mais significativa a função social. Saviani (2000) afirmam que a democracia:

A democracia tem que ser a perspectiva principal de uma escola; dessa forma, é possível considerar somente o processo educativo dentro do conjunto, em meio à condição da distinção da democracia pela possibilidade de um ponto de partida e democracia pela realidade, do ponto de chegada (Saviani, 2000).

Não se deve superlotar o projeto mediante a ações, que muitas vezes não serão usadas na prática, nem fugir da realidade em que o meio está inserido, pois no que diz respeito ao PPP, as escolas devem basear-se naquilo que possuem ou que se pensa que possam possuir, daí reafirma-se a importância da participação da comunidade na elaboração de projetos.

Nota-se ainda que o Projeto Político Pedagógico cria um ambiente propício à educação adquira em tom mais democrático e em suas atribuições, pois através dele é que deixa-se de lado a burocracia colocada pelo sistema e se tem amaneira mais participativa de trabalhar no âmbito educacional, pois o fato gerador final do projeto deve ser tido com reflexo dos esforços coletivos de todos os interessados nos benefícios em que a educação proporciona, sendo assim, o Projeto Político Pedagógico dever de ser concebido como um enorme viés para a democratização da educação.

E esse projeto é algo essencial quanto a identidade da gestão se caracteriza pela democracia, principalmente se esse projeto é botado em vigor e de forma efetiva, sendo flexível quando necessário e ainda, contando com colaboração coletiva de forma ampliada em sua elaboração (Cury, 2013).

Democracia é tida como um dos principais princípios que devem nortear o PPP e é necessário ser considerada como algo de fundamental importância na

vivência da educação. A consciência de sua importância gera uma maior preocupação com relação à elaboração do projeto e sua aplicabilidade.

É notável a importância que o PPP tem com relação a democratização da educação, pois ele proporciona a relação de agentes e no diálogo entre os dois, se dá a oportunidade para a permuta de experiências, buscando sempre em conjunto às melhores formas de se conceber uma educação adequada à clientela que se possui, não se esquecer da função social da escola, que ganha maior ênfase quando se trabalha desta forma, fazendo desse instrumento uma ferramenta fundamental para garantir a melhoria de ensino de forma democrática.

Uma das ferramentas de uma escola com um caráter democrático é a formação do conselho escolar, pois é por meio dele que se inicia o diálogo e a correlação entre agentes diretos da escola denominados como gestão, corpo docente e demais funcionários e ainda os agentes indiretos chamados de membros da comunidade.

Existe uma relação do CE com o PPP, pois o responsável do conselho pela efetivação do Projeto Político Pedagógico, afinal tem como uma de suas atribuições assegurar as determinações discriminadas no projeto como realmente cumpridas, e tem como função, também, fiscalizar questões financeiras da escola, além de ter um caráter deliberativo e decisório.

A escola não deve se distinguir das demais instituições da sociedade em relação às questões que passam por permuta. Se essas transformações influenciam diretamente no desenvolvimento dos seus trabalhos, essas instituições educacionais devem aderir à dinâmica dos conselhos, quando esses são formados conforme as determinações do Ministério da Educação (Luckes, 2011).

A gestão tem que saber que um bom engajamento entre os segmentos do conselho de escolas é essencial no ambiente democrático, tornando-se evidente a relação entre Conselho Escolar e gestão. Essa, na verdade é fundamental ao outro. Para haver coletividade no trabalho e dinamismo na escola, é fundamental que a gestão insira práticas do conselho, pois em contrapartida, o conselho, necessitará da gestão por ser um elemento norteador de funções e suas atribuições, gerando uma relação de interdependência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB (1997, p.2), é bastante clara a esse respeito, em seu Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, a partir dos princípios da liberdade, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, preparo para exercer a cidadania e se qualificar”.

A respeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como e sobre a conclusão de todos os níveis de escolaridade. Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas.

Através de estudos foram apontados muitos aspectos como causa da evasão como: desinteresse do governo, drogas, gravidez, desemprego, falta de incentivo e até mesmo a própria criança, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional (Kuenzer, 1998).

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários para a tomada de decisão e no funcionamento da organização escolar.

Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais.

Portanto, de acordo com Luck (2009): “Novos desafios e exigências são apresentados à escola, que recebe o estatuto legal de formar cidadãos com capacidade de não só enfrentar esses desafios, mas também de superá-los”.

Como consequência, para trabalhar em educação, de modo a atender essas demandas, é importante conhecer a realidade e ter as competências necessárias para realizar nos contextos educacionais os ajustes e mudanças de acordo com as necessidades e demandas emergentes no contexto da realidade externa e no interior da escola [...].”

Assim, todo o efetivo trabalho da escola, no intuito de atingir todas as dimensões que a gestão escolar contemporânea coloca à frente, deve sempre

ter com seu eixo central o aluno, com todas as suas peculiaridades e individualidade.

“Os alunos são as pessoas para quem a escola existe e para quem deve voltar as suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso e realização na formação. Para tanto, deve se envolver em experiências educacionais, motivadoras e de elevada qualidade”. (LUCK, 2009).

A escola é capaz de suprir as funções básicas sociais como, por exemplo, o ingressar do aluno, que esse que se faz necessária aplicação de políticas públicas que devem zelar pela inclusão e não pela exclusão, e campanhas que abrangem chamamentos das matrículas ao final de cada ano, o que requer a ampliação de vagas através da construção de salas de aula ou aproveitamento dos ambientes mal utilizados. (Pierdoná, 2004; Santos, 2004).

Esse direito do cidadão está garantido, também, em outras leis que decorrem da Constituição Federal de 1988. Dentre elas pode-se destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Sistema Estadual de Educação, conforme Costa, (1996, p. 34).

Cada escola busca representar a presença e ações do poder público ao que prescreve o Art. 208 da Constituição Federal, o Art. 163 da Constituição Estadual e o Art. 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que se referem ao dever do Estado de assegurar à criança e ao adolescente o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, inclusive aos que eles não tiveram acesso na idade própria: progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais, preferencialmente em programas de suplementação para transporte, material didático, alimentação e assistência à saúde; ensino regular adequado. A presença de uma escola, por si só, não garante este direito.

1.7.2 A gestão e a formação profissional

No mundo atual, indelevelmente marcado pelo avanço tecnológico, pela inclusão digital e pela redução das fronteiras é inconcebível que se entenda a educação de forma estática, isto é, que a função da escola seja resumida a passar conteúdo para os alunos. Longe disso, compreende-se que as propostas pedagógicas devem almejar tornar a educação como algo contínuo e

permanente, sempre disposta a se reinventar e melhorar conforme a realidade que enfrenta (Lück, 2000). Com base nesse ponto de vista, é inadmissível que o processo educativo se resuma, dentro da unidade escolar, à figura do professor. Nesse sentido, aponta Andrade (2017, p. 25) que, analisando-se de uma perspectiva macro, “se a educação não se resume apenas à sala de aula e se todos os espaços da escola são educativos, logo aqueles que constituem esse ambiente também são sujeitos envolvidos com o processo educativo”.

Alargam-se os limites do processo educativo, portanto, para viabilizar a construção de uma comunidade escolar de ensino efetivo, tendo sempre em vista a contínua renovação do saber e do ensinar (Lück, 2000; Oliveira, 2001). A dinâmica do PPP deve, nesse cenário, abarcar todo o processo educativo, dando a devida importância ao papel social da escola, da realidade sociocultural em que está envolvida e dos processos educacionais internos (Dourado, 2006). A partir desse momento, o processo educativo deixa de estar ligado somente ao âmbito pedagógico da unidade escolar para interagir com todo o universo que o cerca. O papel educacional da Instituição de Ensino, conseqüentemente, não se limita mais à figura do professor, mas envolve todos os funcionários que compõem o ambiente escolar (Lück, 2000; Machado, 2009), bem como a própria comunidade. É por isso importante focar esta temática, atendendo ao facto de se pretender pesquisar toda a envolvimento do desenrolar do curso técnico de Agropecuária do IFMT-CNP.

Nesse contexto, é importante ressaltar ainda o que afirma Cortez (2015, p. 43):

A educação é uma tarefa complexa, cuja completude exige o compartilhamento de responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade. Por assim ser, os resultados educacionais não podem recair sobre os ombros deste ou daquele ator educativo, visto que envolve, entre outros fatores, a formação adequada dos trabalhadores da educação (inicial e continuada), a estrutura sob a qual a escola se organiza, além do apoio institucional para que os objetivos educacionais sejam alcançados. Portanto, o desempenho dos alunos é resultante da ação docente, da equipe gestora e dos demais agentes educativos envolvidos no processo.

A qualidade no ensino é medida não pelo número de estudantes formados e meros passantes por cursos de graduação, nem tão pouco por diplomas

emitidos, mas o que mede uma gestão de qualidade no ensino superior são os resultados concretos dos concludentes que obtiveram bons rendimentos, participação e destaque em projetos e programas de desenvolvimento da sociedade e das políticas públicas e privadas, assim como grandes sucessores de cargos e ocupações importantes em instituições relevantes para o estado e para a economia local.

A qualidade é utilizada como estratégia competitiva ligada à produtividade e melhoria dos resultados, tendo em vista aumentarem lucros e reduzir perdas, sendo considerada como fator de sucesso em termos de resultados buscados diariamente pelas organizações. (MARQUES, 2015).

Dentre as Instituições de ensino, há o enfrentamento de desafios em busca de se manter competitiva, e diante da expansividade dos dias atuais e desafios como o crescente aumento em números de vagas, observa-se a preocupação em termos de atrair o estudante pela imagem institucional, apenas para sobreviver dentro do mercado.

Mesmo antes de Fayol e Taylor, entendia-se que o controle era muito importante nas atividades de organizações, em especial, pelas atividades que demandavam esforços coletivos e recursos materiais e financeiros. Onde o controle é conceituado como função essencial administrativa que consiste em corrigir e medir o desempenho, para tornar possível assegurar objetivos e metas de determinada empresa. (MARQUES, 2012).

E controlar resultados nas instituições de ensino superior, de maneira específica, incube-se dentro de uma linha de avaliação institucional, para acompanhar e controlar resultados, propondo melhorias.

Desta forma, o gestor precisa atuar primordialmente para o alcance de objetivos dentro da escola enquanto Libâneo (2004, p. 53-4) propôs algumas matrizes, conforme segue abaixo:

1. Promover desenvolvimento e capacidade social, cognitiva e operativa dos alunos (processos mentais, estratégias de aprendizagem, competências do pensar, pensamento crítico), por meio dos conteúdos escolares.

2. Promover condições que possam fortalecer a subjetividade e identidade cultural ao incluir o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da imaginação.

3. Preparar para a vida, trabalho e sociedade tecnológica.

4. Formar para a cidadania crítica, isto é, formar um cidadão trabalhador capaz de interferir na realidade transformando-a, não somente formando para o mercado.

5. Desenvolver a formação para valores éticos, isto é, formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias.

Atualmente a participação da comunidade nas ações da escola está cada vez mais evidente, diferentemente do passado, onde a escola se fazia autônoma dos processos educacionais, hoje em dia fica difícil conduzir as práticas pedagógicas sem o apoio e a participação de todos que formam um meio social específico.

Alguns fatores ligados aos acontecimentos da comunidade extraescolar exercem influência direta no cotidiano da escola, principalmente as ocorrências que estão vinculadas às questões da sociedade contemporânea, como o avanço tecnológico, a violência cada vez mais frequente e o bullying, que podemos considerar como alguns dos fatores com maior número de ocorrências.

Está se fortalecendo hoje uma relação de reciprocidade entre a comunidade e a escola, buscando em conjunto soluções para possíveis problemas, ficando mais fácil a discussão e solução dos mesmos, rumo a um melhor ensino que não fique designado somente às instituições escolares, mas onde a sociedade poderá contribuir de forma positiva, colocando-se à disposição da educação e procurando garantir com a escola a construção da cidadania através dos processos educacionais. Sendo importante que a comunidade tenha a noção da importância de seu papel na educação.

Sabendo que o ensino deve ser um dos mais importantes objetivos da instituição, dar-se-á maior controle de ações educacionais que estejam direcionadas a alunos, tendo por finalidade mensurar esforços por IES (Instituições de Ensino Superior).

Porem, a base para que se possam atingir níveis de satisfação estão em oferecer serviço de qualidade e que seja confiável. Erros cometidos por instituições de ensino, prestando serviços afetam de forma negativa na imagem da empresa e são atribuídos à excelência e à credibilidade dos serviços. (FARIA, 2012).

Não basta a grande abundância em concorrência de faculdades privadas pelos baixos e acessíveis valores de seus cursos, não que para ser de qualidade seja necessário ser caro, mas o que define a qualidade no ensino e na formação é algo além de estruturas físicas, é gerar em cada estudante a busca por crescer e se solidificar na vida com oportunidades ganhas pela construção de esforços, dedicação e disciplina, pois a melhor posição é para aquele que se destaca.

1.7.3 Os estágios e a malha empresarial

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017), o município de Campo Novo do Parecis possui uma extensão territorial de mais de 9 434 km², dos quais mais de 5 600 km², ou mais de 561 389 ha, constituem área de estabelecimento agropecuário.

De acordo com a condição legal dos produtores agrícolas desses terrenos, apenas um pertence ao governo, enquanto treze (13) estabelecimentos são Sociedades Anônimas ou por cota de responsabilidade limitada, noventa (90) são condomínios, consórcios ou união de pessoas, 159 são produtores individuais, e outros cinco estabelecimentos encontram-se em alguma outra situação legal não descrita, num total de 268, dos quais apenas 166 declaram receber apoio de assistência técnica.

Outros dados demográficos de interesse são representados na Tabela 1. Em geral, o número de produtores do sexo masculino é quatro vezes maior que os do sexo feminino; a maioria dos produtores (66%) possui mais do que 30 anos (33% está na 3ª idade) e tem diversos níveis de escolaridade sendo o mais representativo o nível da graduação (IBGE, 2017).

Tabela 1. Dados demográficos dos produtores agrícolas do município CNP.

Idade dos produtores agrícolas	Número de produtores
Menores de 30 anos	6
Entre 30 e 60 anos	165
Acima de 70 anos	78
Total	249
Nível de escolaridade dos produtores agrícolas	Número de produtores
Não informada	167

Técnicos de Ensino Médio	23
Graduação	53
Mestrado ou Doutorado	6
Total	249

Fonte: IBGE (2017).

Nesse contexto, Peres (2018) informa que Campo Novo do Parecis é a cidade que mais evoluiu em exportações agropecuárias entre os 141 municípios de Mato Grosso. Embora o IFMT-Sorriso tenha novamente liderado o *ranking* de exportações estaduais, considerando um montante de 1,55 bilhões de dólares, Campo Novo do Parecis apresentou um desenvolvimento de 37,46%, com um volume de exportação de 535 milhões de dólares. A autora declara que o perfil econômico dos maiores municípios produtores está diretamente relacionado ao agronegócio.

Dos estabelecimentos agropecuários da cidade, 83 declaram não utilizar agrotóxicos, em contraposição com 158 que utilizam; 124 faz uso de adubação química, 42 afirma usar adubação orgânica, 55 não usam quaisquer tipo de adubação, e 42 utilizam adubação química e orgânica. Além disso, 138 desses estabelecimentos se dedicam ao cultivo de soja, 121 ao cultivo do milho, sendo estes os dois produtos de maior relevância local, seguidos do cultivo de algodão, mandioca, semente de girassol, cana-de-açúcar, feijão, melancia, entre outros. Ademais, 98 estabelecimentos lidam com bovinos, 89 com galináceos, 49 com suínos, além de equinos, patos, gansos, ovinos, perdizes, faisões e caprinos (IBGE, 2017).

Esses dados da produção e perfil dos produtores, bem como do desenvolvimento produtivo do município, demonstram a importância dos estudos agropecuários na região, e a abertura de mercado para os jovens profissionais.

Nesse contexto, para que realmente estejam engajados com esse mercado profissional, é importante que as atividades práticas durante o curso sejam efetivamente motivadoras. De acordo com Londero (2017), o *campus* Campo Novo do Parecis tem buscado alternativas para proporcionar experiências inovadoras na metodologia do curso, especialmente durante o estágio obrigatório do segundo ano, que acontece dentro do âmbito da instituição.

Durante o ano de 2016, “os estudantes ficaram responsáveis por realizar três atividades técnicas, relacionadas ao cultivo de plantas, oportunizando o confronto entre os desafios profissionais e a formação teórica, adquirida em sala de aula” (Londero, 2017. p. 67). Sob orientação de um professor responsável, o monitoramento e o cuidado constantes dos alunos proporcionou uma colaboração com o restaurante do campus, além do plantio de árvores em locais estratégicos do IFMT-CNP. Lidar com dificuldades de problemas com a irrigação, doenças e pragas, aplicação de venenos, enfrentando situações difíceis, proporcionou-lhes uma experiência necessária durante a futura vida profissional.

Similarmente, Londero (2014) aponta para os projetos experimentais desenvolvidos pelos estudantes do terceiro ano, ainda no âmbito da instituição, “tendo como base atividades diversificadas, dentro do conjunto agropecuário como horticultura, fruticultura, produção de grãos, suinocultura e bovinocultura”.

Trabalharam a captação de água para a irrigação de feijão, a oferta qualitativa e quantitativa dentro do campus, visando, ainda, à redução de custos, a proteção contra pragas que impedem a polinização natural, correção de solo, aproveitamento de leite, direcionamento de dejetos animais, a sustentabilidade e outros fatores que corroboram para a formação profissional plena.

A prática do estágio – que pode ocorrer tanto mediante a permanência e atuação em empresa, sob a supervisão de um profissional habilitado na área, como mediante a participação em projetos desenvolvidos na IFMT, orientado por professor responsável, visando à prestação de serviço – segundo o Art. 1º do Regulamento do Estágio Curricular:

Oferece ao estagiário a oportunidade de compreender-se e compreender a atividade a que se propõe como profissional. Nessa fase, o Técnico/Tecnólogo em formação pode avaliar sua opção profissional e sua potencialidade, bem como conhecer as dificuldades do setor por ele escolhido, oferecer soluções no sentido de simplificar os processos de produção, a melhoria da qualidade do produto final e redução de danos ao meio ambiente. (Coordenação de Extensão do Campus Parecis, & Ministério da Educação 2010).

Durante o Estágio Profissional Obrigatório I, o aluno deverá: além de atuar 4 horas semanais num período de 3 bimestres, desenvolver um plano de estágio, preencher ficha de frequência, elaborar relatório e apresentá-lo oralmente diante da turma. Nessa perspectiva, conforme o IFMT (2015, p. 24):

Vale ressaltar a importância dos servidores Técnicos Administrativos e dos Coordenadores dos Setores de Produção do Campus no atendimento e supervisão dos estagiários. Eles têm a responsabilidade de colaborar a fim de que a Instituição proporcione experiências de trabalho satisfatórias para a formação do estudante.

Para a realização do Estágio Obrigatório II, a Coordenação do curso deverá, em conjunto com o aluno, eleger quem será seu Professor Orientador. Este também em conjunto com o aluno, convidará mais dois profissionais para avaliar a apresentação final e leitura do relatório, o que significa que o próprio estudante tem o direito de opinar a respeito do seu orientador e dos demais avaliadores, respeitando afinidades temáticas, e responsabilizando-se pela escolha, considerando-se o contexto democrático da educação e dos processos de aprendizagem (IFMT, 2015).

Na primeira etapa, “o estudante poderá contar com o auxílio de Agentes Integradores de estágio, da Coordenação de Extensão e da Coordenação de seu curso no encontro do local de estágio ideal” (IFMT, 2015, p. 26). Assim, a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio se dá mediante uma parceria entre a empresa, o IFMT e o estudante, na ciência de obrigações legais e dos papéis a serem exercidos.

Caso a empresa eleita para a prática do estágio, não tenha convênio com o IFMT, a Coordenação de Extensão deverá providenciá-lo, sendo que o próprio estudante se responsabilizará pela entrega de documentos e recolha de assinaturas necessárias à oficialização do processo.

A compreensão, portanto, de que a influência e significância da GD no âmbito do Ensino Técnico, tanto durante as atividades e aprendizagem do conteúdo teórico, quanto durante o estágio profissional obrigatório, é fundamental para que se possa vislumbrar a realidade do Ensino Técnico Integrado em Agropecuária do IFMT – CNP, sua formação prática e o ingresso dos estudantes no mercado de trabalho.

Todos os agentes relacionais desse processo de formação profissional devem perceber a atuação do estudante como sujeito autônomo, para que, dessa forma, haja melhor aproveitamento do ensino. Por um lado, tem-se que o curso em questão representa uma necessidade local, principalmente devido ao desenvolvimento agropecuário do município e região envolvente. Por outro, deve-se considerar que os estudantes, como foi dito no começo deste trabalho de investigação, podem ingressar no curso com a intenção de se profissionalizar,

ou apenas de concluir o Ensino Médio. Qual é, realmente, a perspectiva desses alunos?

É relevante, ademais, que seja apontado o impacto do curso Técnico Integrado em Agropecuária na região. Além disso, a relação entre teoria e prática no curso deve ser eficaz para formar o profissional, considerando-se o currículo e a grade do curso, mas também a realidade da preparação do estudante para lidar com a malha empresarial local. É por isso que se decidiu enveredar por esta investigação ao contexto de realização do curso e das condições em que ele tem vindo a operacionalizar-se.

2 METODOLOGIA

2.1 Introdução

O presente capítulo apresenta uma explicação sobre o desenho da investigação e os instrumentos usados na recolha de dados do presente trabalho. Desta forma, esta secção objetiva prover aos leitores um maior entendimento e compreensão acerca da metodologia escolhida para facilitar a leitura e posterior análise dos resultados obtidos na pesquisa.

2.2. Desenho da investigação e instrumentos de recolha de dados

Achou-se por bem traçar o desenrolar da investigação recorrendo a um estudo de caso. Entendendo que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos” (Gil, 2016, p. 57), pode-se caracterizar a presente pesquisa como um estudo de caso, haja vista o carácter específico e particular da análise (Gil, 2014, p.27). Abordou-se uma realidade bem específica, ou seja, o modo como decorre um curso do IFMT- CNP decorre, quais os seus pontos fortes e fracos e como pode vir a ser melhorado. Assim, a presente pesquisa está voltada ao estudo do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio ofertado pelo IFMT – CNP.

A abordagem da investigação é maioritariamente qualitativa – com algumas incursões de natureza quantitativa, dado que se recorreu à estatística simples para se efetuarem interpretações que expliquem os resultados obtidos. Assim mesmo, buscou-se analisar como ocorrem as relações dentro do curso, bem como qual é a aceitação pelas empresas dos profissionais formados no IFMT-CNP.

Acerca da abordagem qualitativa, Marconi e Lakatos (2011, p. 269) dizem o seguinte:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

No que respeita ao universo da pesquisa, Gil (2016, p. 89) aponta como “um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características” – características essas que delineiam e classificam o objeto de estudo. Assim, o universo desta pesquisa é composto pelo próprio curso Técnico em Agropecuária do IFMT – CNP, pelos alunos, professores e dirigentes do IFMT-CNP envolvidos com o curso, e pelas entidades empregadoras, que recebem os alunos em programas de estágio.

Foram utilizadas as orientações dadas por Gil (2016), Markoni, & Lakatos (2011), Hill, & Hill (2016) e Yin (2009), a fim de elaborar as questões, tanto relacionadas ao nível de abertura das perguntas, quanto à sua abordagem, isto é, se permitem respostas para análise qualitativa ou quantitativa, para poder contabilizar e avaliar essa resposta. Como expõe Gil (2016), o aspecto mais aberto das questões possibilita aos respondentes uma maior abertura no ato de responder permitindo, assim, uma maior variedade nas respostas obtidas.

Com relação aos instrumentos de recolha de dados utilizados, optou-se por recorrer a inquéritos sob a forma de questionários, seguindo os conselhos avalizados de autores já referidos acima, que referem ser o modo mais adequado para se apurarem resultados num estudo de caso.

O público-alvo foram de quatro naturezas diferentes, a saber: alunos, docentes, técnicos administrativos, e empresários, todos eles diretamente envolvidos com o curso em apreço.

De forma geral, todos os questionários foram aplicados a três indivíduos de cada tipo de público, que não fizeram parte do público-alvo final, como um pré-teste. Isto foi realizado com o objetivo de analisar o nível de compreensão da linguagem. Assim mesmo, foram submetidos a uma análise prévia de um especialista em língua portuguesa de Brasil, com o objetivo de eliminar possíveis erros de construção frásica. Além disso, vale a pena destacar que todo o material referente à pesquisa teve que passar pelo Conselho de Ética do IFMT, e este exigiu que todas as perguntas dos questionários tivessem a opção: “*outros*” e “*não responder*”. A análise deste tipo de respostas acabou por afetar de forma geral a apresentação dos dados e sua discussão.

A continuação, se contextualizam cada um dos questionários aplicados ao públicos-alvo e se proporcionam detalhes sobre cada um dos grupos pesquisados.

2.3 O IFMT – Campus Campo Novo do Parecis

Em Campo Novo do Parecis, a instalação do IFMT iniciou-se com a doação, em 2007, para a União, de um terreno de 73 hectares, no qual antes funcionava a Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo. A área de campo, cerca de 27 hectares agricultáveis, estava parada há três anos, e foi dividida entre projetos de pesquisa, espaço para as aulas práticas e espaços para as empresas parceiras do Instituto. Hoje, o que se produz nessa área cultivável do IF, e que é possível de se aproveitar para alimentação, é destinado para o restaurante ou para o setor de zootecnia – se for possível fruir para alimentos humanos ou para alimentos animais (Flores, & Souza, 2013).

Em novembro de 2007, aconteceu a solenidade de entrega das chaves da Escola Agrotécnica Municipal Dorvalino Minozzo para o diretor do CEFET Cuiabá, e foi estabelecida a UNED (Unidade de Ensino Descentralizada) Parecis, dentro do programa de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica.

No começo de 2008, tiveram início as obras de reformas dos prédios, dos laboratórios, biblioteca, os blocos administrativos, os dormitórios, refeitórios, viveiros e unidades de produção. No mês de julho, foram selecionados por concurso os primeiros servidores, e, em setembro, ingressavam os primeiros 35 estudantes de Matemática, através de vestibular. No final daquele mesmo ano, 280 alunos ingressaram nos cursos de Licenciatura em Matemática, Agronomia, Tecnologia em Agroindústria e Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio (IFMT, 2015).

É importante ressaltar que “o Campus desenvolve a tríade ensino-pesquisa-extensão voltada principalmente ao meio rural, devido ao contexto geográfico e socioeconômico”, considerando-se que 61% do PIB municipal são sustentados pela agropecuária (IFMT, 2015, p. 10).

Isso acontece porque, em seu regimento interno, o IFMT – CNP se propõe a “implementar uma política de Ensino, Pesquisa e Extensão coerente com a realidade local, em consonância com a realidade regional e global, assegurando a contemplação das necessidades de informações técnicas, culturais e

científicas da sociedade a que serve sua missão” (IFMT, 2015, p. 11). Nesse contexto, “com a criação dos Institutos, a UNED Parecis passou a ter o *status* de Campus do IFMT, ganhando autonomia administrativa, inclusive de criar cursos e expedir diplomas” (IFMT, 2015, p. 9).

Como foi dito, em 2008, o processo seletivo geral ofertou 280 vagas, dentre as quais algumas para o curso de Técnico em Agropecuária. Foi somente o começo do que hoje é o campus (Flores, & Souza, 2013). O IFMT – CNP foi criado pela Lei n. 11.892, em 29 de dezembro de 2008, e está localizado na rodovia MT 235, Km 12, na Zona Rural de Campo Novo do Parecis (IFMT, 2015).

A abordagem ambiental do curso é voltada para a prática agrícola, como o estudo dos solos, de manejo de pragas e de irrigação, que se explica pela existência de um grande número de fazendas na região. O aprendizado acerca dos cuidados com defensivos agrícolas, presente no curso, assim como o estudo de solos orientado para a conservação do solo referente à erosão, demonstram a relevância do curso para uma prática agrícola eficiente e bem estruturada (Barbosa, Pires & Zanon, 2010).

Conforme Barbosa et al (2010), das 19 disciplinas pertencentes ao curso Técnico em Agropecuária de Campo Novo do Parecis analisadas, seis possuíam uma abordagem ambiental – a segunda maior quantidade em números absolutos dos seis currículos observados, mas a primeira em valores relativos (quase 32% do currículo).

Cabe realçar que, logo no primeiro momento, no vestibular do final do ano de 2008, foram oferecidas 140 vagas para o curso Técnico Integrado em Agropecuária, e, além disso, “no início de 2012, iniciou-se a oferta de 40 vagas anuais do curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente. Em 2014, o Campus contabiliza nove turmas do Curso Técnico Integrado em Agropecuária” (IFMT, 2015, p. 10).

Assim, é importante avaliar a proposta pedagógica do curso em questão, e, diante desses pressupostos apresentados, far-se-á, a seguir, a contextualização do cenário em que se investigou o objeto de estudo – o curso Técnico em Agropecuária do IFMT-CNP.

2.4 Questionário destinado a Alunos

A fim de tomar conhecimento das opiniões dos discentes com relação ao curso e ao futuro profissional, recorreu-se a questionários, devida e antecipadamente submetidos à Direção do *Campus* antes da aplicação, com uma primeira parte destinada a conhecer dados biográficos dos inquiridos, assegurando-se sempre o anonimato. Depois construiu-se uma segunda parte, com frases seguidas de respostas de múltipla escolha, tendo-se adaptado à situação aqui estudada questionários já utilizados em pesquisa análoga, realizada por Kluge (2008). Aqui pretendeu-se averiguar a opinião dos estudantes quanto ao desenvolvimento do curso, as expectativas em torno do pós-curso, qualidade do atendimento de professores, a estrutura curricular, a relação com o futuro profissional, estrutura do *Campus* e estágio.

2.4.1 Caracterização da população de Alunos

O Curso Técnico em Agropecuária tem duração de três anos, mas só no último decorre o estágio. Desta forma, foram aplicados questionários a estudantes das turmas de 2º ano e 3º ano, pois os estudantes de 1º ano (102 alunos em total) não desenvolvem a disciplina de estágio, que foi um dos principais focos da pesquisa.

Os alunos do 2º ano (3 turmas com um total de 68 alunos) responderam aos questionários. No entanto, três estudantes não conseguiram participar por motivos diversos como desistência do curso ou transferência para outras cidades, restando um total de 65.

Do 3º ano (2 turmas com um total de 39 alunos), obtiveram-se 37 respostas ao questionário. Um estudante começou a trabalhar e desistiu do curso e o outro foi pai e transferido para outra cidade.

Outros dados de relevância, como gênero e idade, são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2. Caracterização da população de estudantes

DESCRIÇÃO	Valores	%
SEXO		
Feminino	58	56,9

Masculino	44	43,1
Total	102	100
IDADE		
15 a 16 anos	31	30,4
17 a 18 anos	66	64,7
19 a 20 anos	5	4,9
Total	102	100

Fonte: O investigador.

2.5 Questionário destinado a Docentes

A fim de tomar conhecimento da relação docentes-curso, aplicou-se um questionário a professores que lecionavam as disciplinas técnicas ao curso alvo, devida e previamente submetido à Direção do *Campus*, com uma primeira parte destinada a conhecer dados biográficos dos inquiridos, mantendo-se o anonimato.

Uma segunda parte do documento continha frases seguidas de escala de Likert de cinco níveis (Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), Indiferente (I), Concordo (C) e Concordo Totalmente (CT)), destinadas a averiguar as opiniões acerca de aspectos técnicos, referentes ao plano curricular e às atividades profissionais depreendidas para a concretização do título, a estrutura do *Campus*, bem como sobre a participação dos profissionais no devido processo de formação dos futuros Técnicos em Agropecuária.

Neste ponto, vale a pena ressaltar que o Comité de Ética da Plataforma Brasil, a quem obrigatoriamente tivemos de submeter os instrumentos de recolha de dados, impôs que tínhamos de acrescentar ainda os níveis de resposta “Outro”, assim como a resposta “Não Responder”. Não concordamos com esta medida mas tivemos de obedecer sob pena de a investigação ficar anulada.

2.5.1 Caracterização da população Docente

De destacar acerca do corpo docente que os questionários foram respondidos por um total de 7 professores, 57% se encontrava na faixa etária entre 36-45 anos de idade. Curiosamente, corresponde à idade detida pela maior parte dos produtores com explorações agrícolas nas redondezas do instituto, também segundo o IBGE (2017) (Tabela 3).

Tabela 3. Caracterização da população de docentes

DESCRIÇÃO	Valores	%
SEXO		
Feminino	4	57,1
Masculino	3	42,9
Total	7	100
IDADE		
25 a 35 anos	2	28,6
36 a 45 anos	4	57,1
46 a 55 anos	1	14,3
Total	7	100
CARGO/FUNÇÃO		
Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico	6	85,7
Docente ocupante de Função Gratificada (FG)	1	14,3
Total	7	100
HABILITAÇÕES ACADÊMICAS		
Especialização completa	1	14,3
Mestrado Completo	1	14,3
Doutorado Completo	3	42,9
Pós Doutorado Completo	1	14,3
Outros (Graduação em Agronomia)	1	14,3
Totais	7	100

Fonte: O investigador.

Como se pode verificar, os professores contam com diversos graus de escolaridade, que contextuam um delineamento onde a maioria dos docentes ao longo de sua formação, apresentam um perfil profissional muito mais dedicado à estruturação e explanação do arcabouço teórico do que ao prático. Isto é importante para a instituição, pois tem profissionais de elevado nível de formação teórica.

2.6 Questionário destinado aos Técnicos Administrativos

A fim de tomar conhecimento da opinião dos Técnicos Administrativos do *Campus* quanto ao desenvolvimento do curso, dos alunos e do pós-curso, aplicou-se um questionário, devida e previamente submetido à Direção, com uma primeira parte destinada a conhecer dados biográficos dos inquiridos, assegurando-se o anonimato. Depois, uma segunda parte do documento continha frases alusivas ao assunto pesquisado, construídas por nós, seguidas de escala de Likert de cinco níveis (Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), Indiferente (I), Concordo (C) e Concordo Totalmente (CT)).

2.6.1 Caracterização da população de Técnicos Administrativos

O questionário dos Técnicos Administrativos foi aplicado somente aos servidores do quadro administrativo que lidam diretamente com os alunos do curso pesquisado em relação a suas atividades pedagógicas. Desta forma, foram aplicados a três professores que exerciam funções administrativas, no caso o Diretor de Ensino, o Diretor Geral e o Coordenador de Curso, além de outros técnicos do *Campus*. Um total de 10 pessoas completaram o questionário, sendo 70% se encontra na faixa etária entre 25-35 anos de idade, 60% se enquadravam na função de Técnicos Administrativos em Educação e 50% trabalhava no IFMT – CNP há mais de 5 anos (ver tabela 4).

Tabela 4. Caracterização da população de Técnicos Administrativos

DESCRIÇÃO	VALORES	%
SEXO		
Feminino	4	40
Masculino	6	60
Total	10	100
IDADE		
25 a 35 anos	7	70
36 a 45 anos	2	20

46 a 55 anos	1	10
Total	10	100
CARGO/FUNÇÃO		
Técnico Administrativo em Educação – TAE	6	60
TAE em ocupação de função gratificada – FG	2	20
Docente ocupante de cargo de direção – CD	2	20
Total	10	100
HABILITAÇÕES ACADÊMICAS		
Ensino Médio completo	1	10
Nível superior completo	3	30
Especialização completa	4	40
Mestrado Completo	2	20
Total	10	100
TEMPO DE TRABALHO NO IFMT – CNP		
De 1 a 3 anos	4	40
De 3 a 5 anos	1	10
Mais de 5 anos	5	50
Total	10	100

Fonte: O investigador.

2.7 Questionário destinado aos Empresários

Simultaneamente às investigações no interior do *Campus*, com o objetivo de apurar as opiniões dos empresários que acolhem alunos formados pelo curso em Agropecuária (e respondendo estes como técnicos), especificamente aos que receberam estagiários nos últimos três anos, foi elaborado um questionário com respostas de natureza semiaberta com perguntas voltadas à avaliação do curso e dos futuros Técnicos em Agropecuária.

Assim, depois de uma primeira parte destinada a apurar dados biográficos, tal como nos instrumentos anteriores, construiu-se um conjunto de frases seguidas de quatro níveis de resposta (Fraco, Regular, Bom e Ótimo) com a possibilidade que os inquiridos se pronunciarem livremente. Neste questionário, se tomou a liberdade de recolher a assinatura dos respondentes e o facto foi bem-aceito.

2.7.1 Caracterização da população de Empresários

O questionário dos empresários foi aplicado a 40 empresas que receberam estagiários do Curso Técnico em Agropecuária, entre os anos de 2017 e 2018. É importante salientar que alguns dos respondentes foram pessoas responsáveis por acompanhar os estagiários, por tal motivo nem sempre as respostas correspondem especificamente às dos proprietários das explorações agrícolas ou gerentes das fazendas/empresas. No entanto, estes responsáveis lidaram muito de perto com os estagiários, portanto têm uma consciência clara e opiniões formadas a respeito do tema da investigação.

Da população (40 empresários em total), 90% correspondem ao gênero masculino, 50% se encontra na faixa etária entre 36-45 anos de idade e 60% possui mais de 11 anos de experiência na área do agronegócio (ver tabela 5).

Tabela 5. Dados demográficos dos produtores agrícolas pesquisados (Município CNP)

DESCRIÇÃO	VALORES	%
SEXO		
Feminino	4	10
Masculino	36	90
Totais	40	100
IDADE		
25 a 35 anos	12	30
36 a 45 anos	20	50
46 a 55 anos	8	20

Totais	40	100
TEMPO DE EXPERIÊNCIA NO AGRONEGÓCIO		
1-5 anos	8	20
6-10 anos	8	20
11-15 anos	12	30
16-20	8	20
+20 anos	4	10
Totais	40	100
CARGO		
Gerente	12	30
Agrônomo	16	40
Coordenador de Pesquisa	12	30
Totais	40	100
Nº DE ESTAGIÁRIOS QUE ACOLHERAM		
De 1 a 5	36	90
De 6 a 10	4	10
Totais	40	100

Fonte: O investigador.

Após esta fase de caracterização do público-alvo e dos instrumentos de coleta de dados, abordaremos o teor das respostas propriamente ditas, contrapor os resultados obtidos dos questionários com as opiniões encontradas, no sentido de retirar conclusões acerca do funcionamento real do curso alvo de investigação, dentro do *Campus*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Introdução

Apresenta-se agora os resultados das respostas obtidas pelo corpo discente, docente, funcionários e empresários, através dos instrumentos construídos. Procurar-se-á analisar esses mesmos resultados à luz dos objetivos definidos no início desta dissertação, ou seja, verificar as realidades do Curso Técnico em Agropecuária do IFTM-CNP, a respeito da formação prática dos estudantes e de como ela está relacionada no seu ingresso no mercado de trabalho.

3.2 Apresentação e discussão de resultados dos Alunos

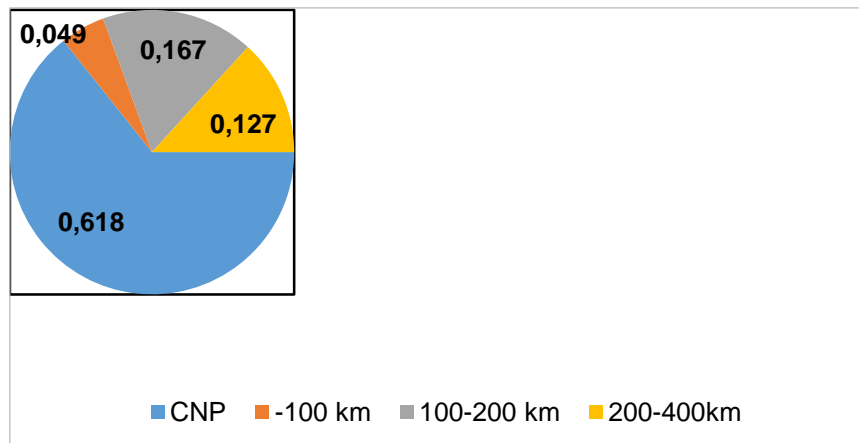
Relembramos que o questionário foi aplicado a estudantes do segundo e terceiro ano e foi respondido por 102 alunos, sendo 58 do sexo feminino e 44 do sexo masculino. Ao compararmos esses números com a afirmação já feita sobre o número de produtores do sexo masculino (IBGE, 2017) pode-se notar que a presença de mulheres no curso é maior que os dados gerais de produtores do sexo feminino anotado pelo instituto, sendo visível o contraste dos dois perfis de profissionais. Se a proporção de estudantes do sexo feminino e masculino se mantiver nos próximos anos, será possível verificar um aumento do número de produtoras femininas, pelo menos, na região.

Apesar de se tratarem de diferentes regiões geográficas, um estudo realizado por Tavares (2004) em Cursos Técnicos de Agropecuária em três cidades diferentes da região Sul do país, mostrou que a proporção de estudantes do sexo masculino é 87,15% contra 12,85% de estudantes do sexo feminino, o que já se verificava desde a década de 1980. Esse dado é importante pois não é novo e vai contra o percebido no presente trabalho, pois a predominância de alunos do sexo masculino já havia sido observada na década de 1980 (idem, 2004).

Não obstante de haver algumas razões que outros autores apresentam para justificar a ausência do gênero feminino nos cursos técnicos de agropecuária – seja pela própria “natureza feminina” ser inversa à ideia de trabalho braçal, seja por visões preconcebidas dos dirigentes destes cursos –, o

autor afirma que esse perfil maioritariamente masculino de alunos permanecia inalterado, algo não constatado na presente pesquisa.

Figura 1. Respostas à Questão 4 “Qual é a distância da sua cidade de origem antes de vir estudar no IFMT-CCNP ?”



Fonte: O investigador.

Considerando a pergunta nº 4 do questionário, constata-se que 83,4%(CNP +(-100 km)+(100-200km)) dos alunos são residentes na cidade de Campo Novo do Parecis, nas fazendas ou distritos do município, visto que as localidades limítrofes variam de 108,2 km a 269,6 km.

Com relação às perguntas relacionadas com o curso, em primeiro lugar se indagou por que os estudantes escolheram estudar o Curso Técnico em Agropecuária. As respostas foram bastante diversas. As principais respostas foram por afinidade com a área agrícola e pela qualidade do ensino. As restantes respostas encontram-se misturadas, algumas delas foram “*por oportunidades de emprego*”, “*por futuro na área*”, “*melhorar o currículo*”, “*por conciliar ensino médio e curso técnico*”, “*pelo ensino médio*”, “*por ser a melhor opção do município/cidade*”, “*por influências*”, “*para ampliar os conhecimentos apesar de não querer atuar na área*” e “*pelos benefícios oferecidos pelo Campus*”.

Nas respostas fica explícito que os alunos são influenciados na escolha de sua profissão pela afinidade com a área, e pelas especificidades do município em que residem, pelo meio social em que estão inseridos. Em concordância com as respostas fornecidas, pode-se destacar o estudo realizado por Tavares (2004, p. 67) que apresenta variações semelhantes, ali eles expressaram ter “*boas possibilidades de emprego*” (27%), “*vocação com a área agrícola*” (25%) e “*ensino técnico de boa qualidade*” (14%).

Quando questionados sobre se gostam de estudar as disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária, 88 alunos (86,3%) do IFTM-CNP responderam afirmativamente (Figura 2).

Figura 2. Respostas à Questão 6 “Você gosta de estudar disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária?”



Fonte: O investigador.

Estas respostas são bastante interessantes quando analisadas à luz de outras respostas dadas. Por exemplo, a par de terem demonstrado este interesse, 85,3% dos alunos revelaram, na questão 8, que tais disciplinas detinham matérias com grau de dificuldade “Mediana” e 13,7% as classificaram como “Difíceis” (Figura 3). Em conjunto, pode-se dizer que os alunos do IFMT-CNP se encontram interessados no Curso.

Tabela 6. Respostas à Questão 7 “Qual o motivo de sua resposta à questão anterior? (Se sim por quê? Se não por quê?)”.

DESCRIÇÃO	Valores	%
Pergunta 7 - Qual o motivo de sua resposta à questão anterior? (Se sim por quê? Se não por quê?)		
Sentir Bem e Gostar das aulas	19	18,6
Aprendizado e Qualidade do Ensino	17	16,7
Intenção de Fazer Agronomia	11	10,8
Preparar para uma Profissão	18	17,6
Lidar com animais	7	6,9
Respostas Diversas	30	29,4
Total	102	100

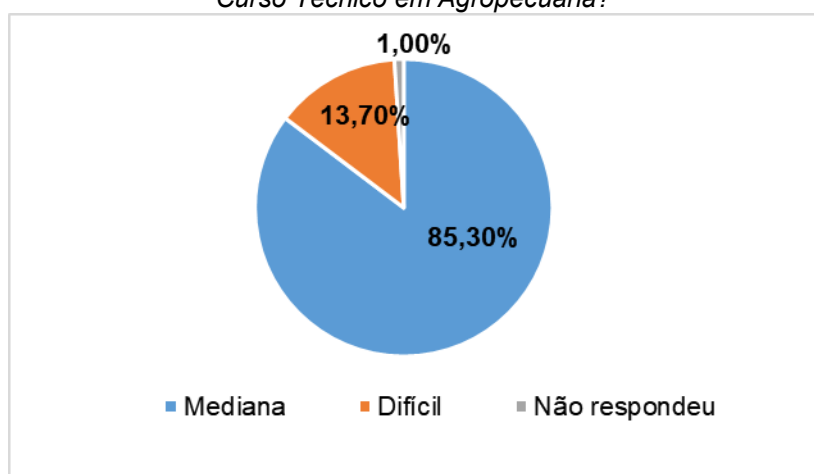
Fonte: O investigador.

Interpelados os motivos da resposta a questão anterior (questão nº7), às respostas foram as mais diversas, porém destacam-se o interesse em fazer o

curso de Agronomia que é ofertado no campus (10,8%), por gostar e se sentir bem durante as aulas (18,6%), aprendizado e qualidade do ensino ofertado (16,7%), preparo para uma profissão (17,6%), lidar com animais (6,9%).

Estas respostas são bastantes interessantes quando analisadas à luz de outras respostas dadas. Por exemplo, a par de terem demonstrado este interesse, 85,3% dos alunos revelaram, na questão 8, que tais disciplinas detinham matérias com grau de dificuldade “Mediana” e 13,7% as classificaram como “Difíceis” (Figura 3). Em conjunto, pode-se dizer que os alunos do IFMT-CNP se encontram interessados no Curso.

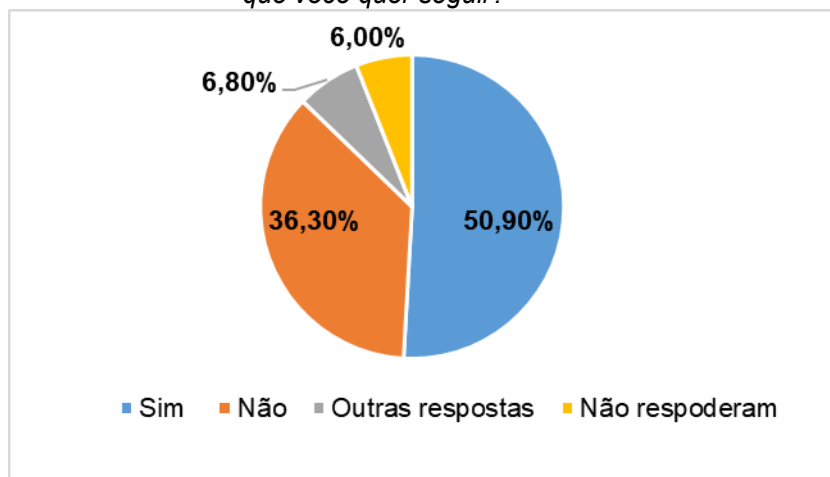
Figura 3. Respostas à Questão 8 “Como você define a dificuldade das disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária?”



Fonte: O investigador.

Quando questionados sobre se o curso Técnico em Agropecuária influenciaria na carreira que eles seguirão, 50,9% dos estudantes responderam que sim, 36,3% responderam que não, 6,8% deram uma resposta diferente e 6% não quiseram responder (Figura 4).

Figura 4. Respostas à Questão 9 “O Curso Técnico em Agropecuária influenciará na carreira que você quer seguir?”



Fonte: O investigador.

Acredita-se que o entendimento gerado a partir dessa pergunta é complementado por outras questões referentes ao futuro dos alunos após a conclusão do curso. Por exemplo, quando perguntados se os alunos desejam ingressar em um curso superior mais tarde, a maioria quase absoluta (91,62%) respondeu que sim, ou seja, pretendem entrar em uma universidade (Figura 5).

Figura 5 Respostas à Questão 10 “Você deseja ingressar num curso superior, mais tarde?”

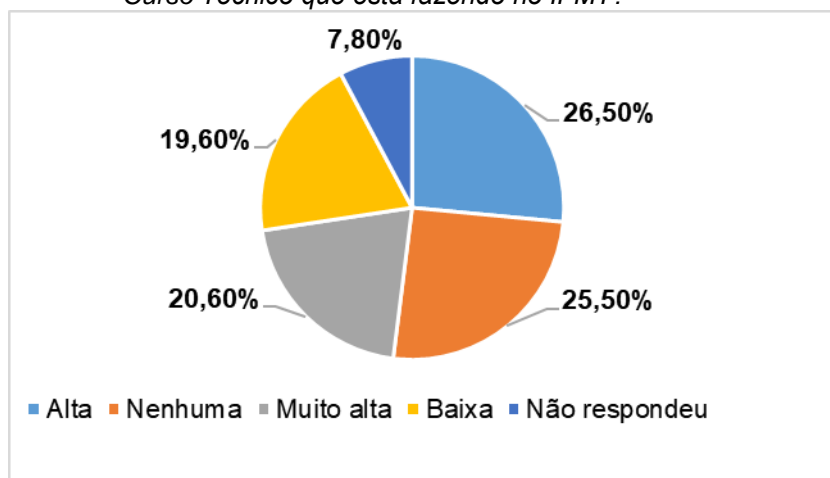


Fonte: O investigador.

Os alunos também foram questionados sobre o grau de proximidade entre o curso superior almejado e o Curso Técnico em Agropecuária que se encontravam cursando na hora de responder a ferramenta para a coleta de dados. As respostas mostraram que 47,2% indicou haver uma relação estreita entre o curso atual e o prosseguimento de estudos (“Alta” 26,5% + “Muito Alta” 20,6%), enquanto 45,1% revelou ser baixa ou inexistente (soma da resposta

“Baixa” e “Nenhuma”) (Figura 6). São quase tantos uns como os outros.

Figura 6. Respostas à Questão 11 "Qual é o grau de relação entre o curso que você deseja e o Curso Técnico que está fazendo no IFMT?"



Fonte: O investigador.

No questionário aplicado aos alunos do IFMT–CNP, é possível identificar que uma maioria aspira por vir a frequentar o Ensino Superior. Este resultado foi ligeiramente diferente do estudo feito por Tavares (2004), o qual apresentou o seguinte resultado:

A expectativa dos alunos em relação ao futuro após a conclusão do curso técnico em agropecuária revela que a intenção primeira da absoluta maioria deles é de trabalhar (...). Apenas um grupo expressivamente menor que este primeiro manifestou a intenção de prestar vestibular e ingressar no Ensino Superior. São menos frequentes aqueles que pretendem se especializar na Área de Agropecuária ou que ainda não decidiram o que irão fazer depois de formados (p. 68).

Como vimos, um quarto de alunos inquiridos do IFMT-CNP (25,5%) afirmou não ir optar por cursos relacionadas ao tópico de Agropecuária. Assim, de acordo com o apresentado acima, uma reflexão se faz necessária: se a maioria esmagadora dos alunos pretendem ingressar em um curso de Ensino Superior (Figura 5) e a influência do Curso Técnico em Agropecuária na escolha da profissão é, no geral, positiva (Figura 4), por que o grau de relação “nenhum” entre o curso técnico e o superior é tão destacado (Figura 6)? O presente trabalho não deseja esgotar o assunto, mas sugere novos estudos para esclarecer este e outros pontos.

Por outra parte, às perguntas 12 e 13 “A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para tornar você num profissional

preparado para atender as empresas e fazendas da região?” e “As disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária têm componente prático?” obtiveram as seguintes respostas: 61,7% dos alunos acham que a relação entre teoria e prática não é suficiente para se tornar um profissional preparado, 54,9% dos alunos acreditam que raramente há componente prático nas disciplinas, enquanto 42,2% informou que só às vezes (Tabela 7).

Questionou-se se o curso está de acordo com os arranjos produtivos locais (na nº14) excluindo os alunos que optaram por marcar outros e não responder (14,7%), 86,2% dos discentes afirmaram que não. (Tabela 7). A resposta é preocupante e corrobora a sensação de desânimo dos discentes em relação às disciplinas técnicas e ao estágio ofertado pela instituição pesquisada.

Indagou-se ainda sobre a qualidade deste tipo de aulas (na nº15) e a maioria respondeu que as aulas práticas eram “regulares” (42,2%), 29,4% expressou que eram “boas” e 16,7% afirmou que eram “ruins” (Tabela 7).

Tabela 7. Respostas sobre a componente prática do Curso Técnico em Agropecuária.

Pergunta:	Número de respostas	%
12.A relação entre teoria e prática do Curso Técnico em Agropecuária é suficiente para tornar você num profissional preparado para atender as empresas e fazendas da região?		
Não	63	61,7
Sim	33	32,4
Outros	4	3,9
Não respondeu	2	2,0
Totais	102	100
Pergunta:	Número de respostas	%
13.As disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuário têm componente prática?		
Raramente	56	54,9
Às vezes	43	42,2
Sempre	2	2,0
Não respondeu	1	0,9
Totais	102	100
Pergunta:	Número de respostas	%
14.Na sua opinião, o curso está de acordo com os arranjos produtivos locais?		
Sim	75	73,5
Não	12	11,8
Outros	6	5,9
Não responder	9	8,8%
Totais	102	100
Pergunta:	Número de respostas	%
15.Como avalia suas aulas práticas?		
Regulares	43	42,2
Boas	30	29,4
Ruins	17	16,7
Outras respostas	4	3,9
Ótimas	3	2,9
Não respondeu	3	2,9
Péssimas	2	2,0
Totais	102	100
Pergunta:	Número de respostas	%
19.Como avalia a estrutura do Campus para o desenvolvimento das aulas práticas?		
Regular	39	38,2

Boa	27	26,5
Ruim	18	17,6
Ótima	14	13,8
Péssima	4	3,9
Totais	102	100

Fonte: O investigador.

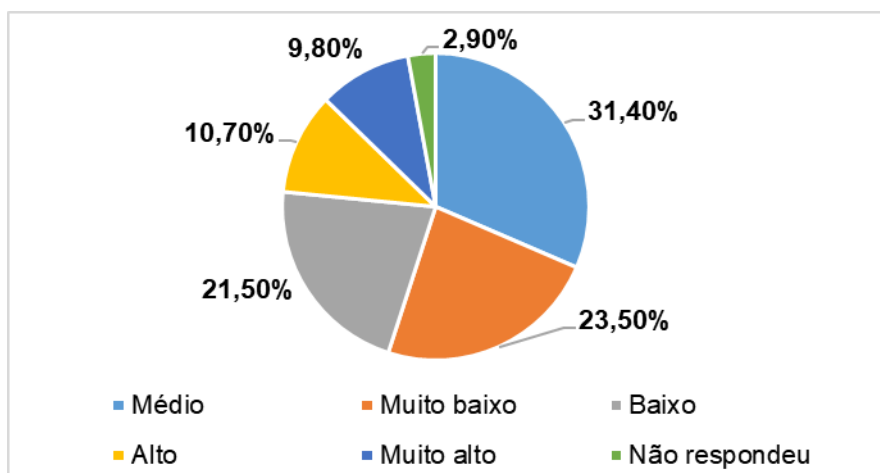
Confiando nas respostas dos alunos sobre este tópico, pode se deduzir que as aulas práticas do Curso Técnico possuem algumas falhas, pois o nível de Regular significa que não é Bom, é suficiente. Não nos contentamos com este valor qualitativo, porque gostaríamos que fosse claramente melhor para o futuro profissional destes alunos, pré técnicos agrícolas onde o parâmetro “prática” é essencial na sua valorização final.

Em paralelo, na nº 16 quis-se saber qual o grau de superação das suas expectativas com relação ao curso Técnico em Agropecuária, a escassa maioria (36,3%) respondeu que atendeu às expectativas, enquanto quase outro tanto (34,3%) disse que ficou inferior.

Perguntou-se (nº 17) qual o desejo dos estudantes em trabalhar como Técnicos em Agropecuária quando se formarem. No total, 31,4% dos estudantes expressaram ter desejo médio (31,4%), muito baixo (23,5%) e baixo (21,5%) em trabalhar como Técnicos em Agropecuária quando terminarem a sua formação (Figura 7).

Sem querer tirar o mérito do valor encontrado para “médio”, e se juntarmos as respostas negativas dadas, somam 44%, valor bastante significativo. Assim, somos levados a crer que estamos perante um curso que forma futuros profissionais na área da agropecuária, em que 44% dos estudantes não quer seguir essa profissão, o que significa haver um indesejável desperdício de recursos de várias naturezas.

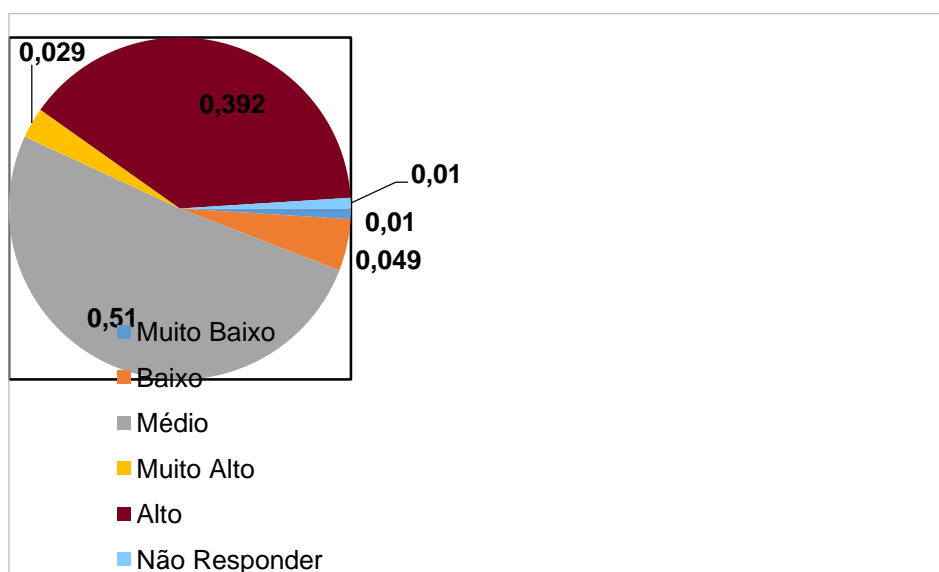
Figura 7. Respostas ao item 17 "Como classifica o seu desejo de trabalhar como Técnico em Agropecuária quando se formar?"



Fonte: O investigador.

São quase tantos a demonstrar um posicionamento negativo como positivo. Seria de esperar, se o curso estivesse a correr bem, que houvesse muito mais alunos com opinião positiva, a todos os níveis. Ora isto nos leva a crer que há um certo desencantamento dos estudantes pelo curso frequentado.

Figura 8. Respostas à questão 18 "Na sua opinião, como está sendo o seu aprendizado durante o curso?"



Fonte: O investigador.

No tocante ao grau de aprendizagem durante o curso(questão nº18) 56,9% dos discentes afirmaram que fica entre péssimo e mediano, enquanto que para 42,1 a aprendizagem está entre alto e muito alto (figura 8)

São quase tantos a demonstrar um posicionamento negativo como positivo. Seria de esperar, se o curso estivesse a correr bem, que houvesse

muito mais alunos com opinião positiva, a todos os níveis. Ora isto nos leva a crer que há um certo desencantamento dos estudantes pelo curso frequentado

Outro exemplo, é a avaliação da estrutura do *Campus* para o desenvolvimento das aulas práticas (questão nº 19) que foi classificado entre regular (38,2%) e boa (26,5%) (Tabela 7). Neste ponto, vale a pena destacar que a escola dispõe de área com hortas, pomar, plantação de soja, safrinha de milho, animais de pequeno e grande porte; no entanto é possível que a didática e a prática desenvolvida em tais locais deva ser seriamente repensada, pois o nível de “regular” não deveria contentar os responsáveis pelo curso em apreço.

Diante deste panorama, também é necessário mencionar que a modalidade prática do Curso Técnico em Agropecuária é elemento fundamental para a inserção desses jovens no mercado de trabalho regional, seja em empresas ou em fazendas da região, conforme legislação que criou o curso e conferiu esta importância à parte prática.

Com estas respostas, fica evidente um anseio dos alunos em um foco maior da instituição nas aulas práticas, que de fato abordem a realidade do trabalho cotidiano do Técnico em Agropecuária. Assim mesmo, não há como falar de aulas práticas no *Campus*, sem falar da estrutura que os alunos do curso encontram para se profissionalizarem. Por mais que agora o *Campus* conte com uma estrutura que, conforme a classificação dos alunos está entre regular e boa, autores como Flores e Souza (2013, p. 10) afirmam que: “Todos os grupos [técnicos, professores e alunos] são unânimes em considerar que o *Campus* aonde se ensina Agropecuária deve atender ao ‘ensino e aulas práticas’ e a ‘produzir para o consumo’”. Este é um aspecto que a instituição deve nitidamente melhorar.

Por outra parte, foi questionada a opinião dos estudantes acerca de um dos pontos cruciais que os prepara para o mercado de trabalho: o estágio supervisionado. Sobre este vale a pena enfatizar que foi por muitos anos baseado na Lei nº. 6.494 de 1977 e regulamentado pelo Decreto nº 87.497 de 1982. Porém, a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008 a revogou.

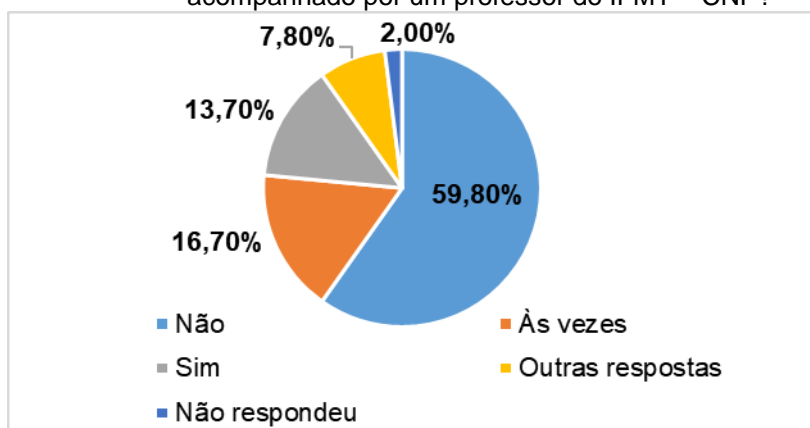
Ora, é importante realçar, nesta questão do estágio supervisionado, que essa lei informa, em seu art. 3º, parágrafo 1º²:

² Visto em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22>.

O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final. (realçado pelo investigador).

Não somente, seu art. 7º, inciso III, deixa claro que é obrigação da instituição de ensino “indicar professor-orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário³”.

Figura 9. Respostas à questão 21 "O acompanhamento/supervisão do estágio é acompanhado por um professor do IFMT – CNP?"



Fonte: O investigador.

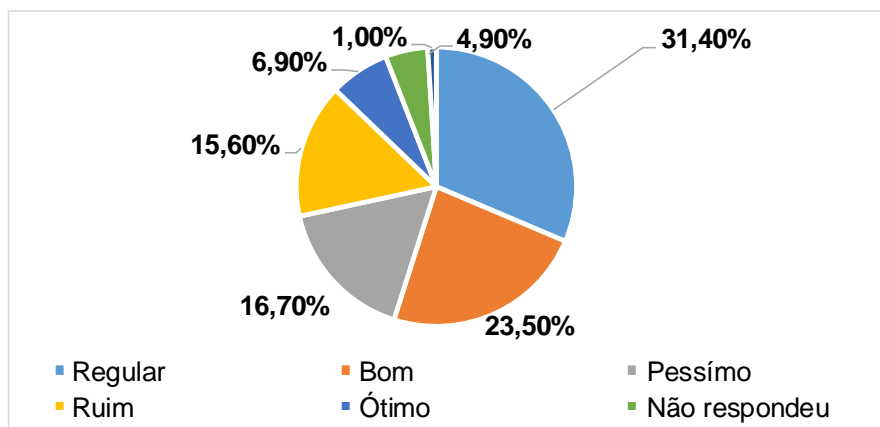
A nosso ver, a opinião referente à avaliação do estágio supervisionado e o grau de satisfação com o mesmo mostram bem a insatisfação dos alunos com essa parte crucial do aprendizado do curso. Esta pesquisa demonstra que, no geral, os alunos não estão satisfeitos com o estágio supervisionado.

Quando perguntado (na nº 21) sobre o acompanhamento ou supervisão do estágio por parte dos professores do IFMT – CNP, quase 60% dos alunos disseram que os professores não os acompanhavam, o que é muito revelador

³ Visto em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm#art22>.

16,7% responderam “às vezes” e só 13,7% que os acompanhavam (Figura 10). Isto acontece mesmo quando os alunos consideraram os professores do IFMT – CNP, com relação à sua qualificação (questão nº20), bons (32,8%) ou ótimos (58,8%). Portanto, foi identificada aqui uma falha grave no acompanhamento desses alunos em seu estágio supervisionado por motivos ainda não apurados.

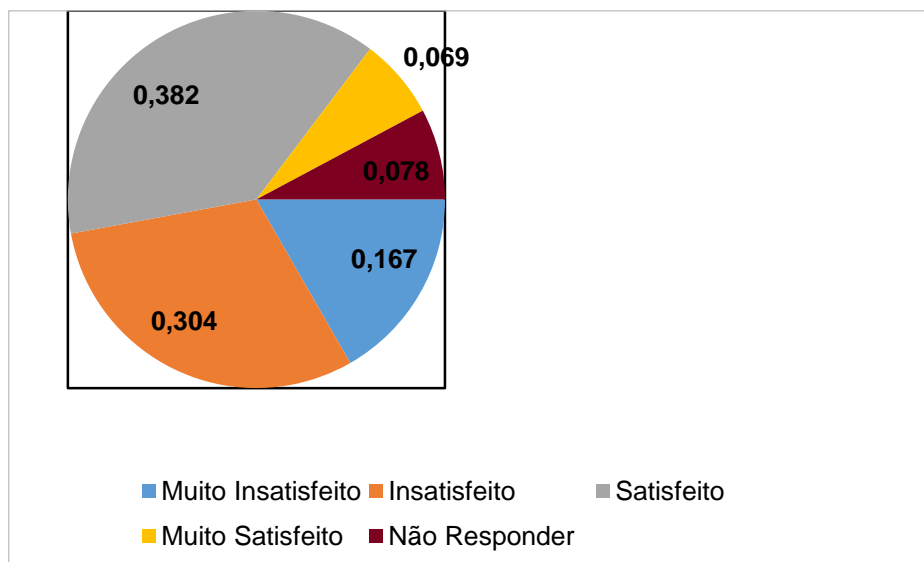
Figura 10. Respostas à questão 22 “Como você avalia o seu estágio supervisionado, desenvolvido no Curso Técnico em Agropecuária?”



Fonte: O investigador.

Assim, a avaliação da qualidade do estágio supervisionado por parte dos estudantes do IFMT - CCNP foi quase tripartida: 31,40% dos alunos pontua-o como regular; as classificações de “bom” e “ótimo” somam 30,4%; “ruim” e “péssimo” somam 32,3% (Figura 10). Ora, não podemos ficar satisfeitos com estes resultados, em que o nível de regular obtém sozinho a maior pontuação e os níveis negativos, digamos assim, obtém juntos a maior percentagem.

Figura 11. Respostas à questão 23 “Qual o seu grau de satisfação com o Estágio Supervisionado?”

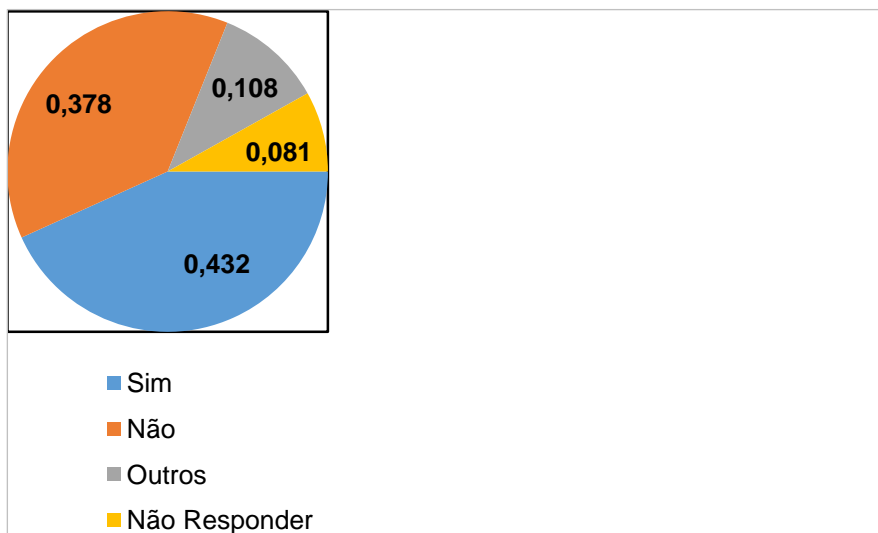


Fonte: O investigador.

A nosso ver, as opiniões referentes à avaliação do estágio supervisionado e o grau de satisfação com o mesmo (na nº 23), excluindo os que marcaram a opção não responder, temos um resultado preocupante, visto que para 51,1% dos discentes a avaliação é negativa, enquanto que para 48,9 a avaliação é positiva, os resultados mostram bem a insatisfação dos alunos com essa parte crucial do aprendizado do curso. Esta pesquisa demonstra que, no geral, os alunos não estão satisfeitos com o estágio supervisionado

Com os resultados destas duas últimas questões, somos levados a concluir que apesar de os alunos terem dito inicialmente que estavam satisfeitos com o curso, de considerarem que a maioria das matérias tem grau de dificuldade mediano e pontuarem positivamente os seus docentes, a grande maioria dos inquiridos ainda não têm um posicionamento claramente definido quanto a uma futura profissão na área de agropecuária. É provável que talvez isto aconteça por não estarem rendidos às condições de funcionamento do curso, ou por estas não corresponderem totalmente às suas expectativas, ou por não terem atingido um grau de maturidade que lhes permita ter uma visão totalmente transparente a respeito da sua vida num futuro próximo, ou devido a muitas incertezas vividas no dia a dia da sociedade em que se inserem.

Figura 12. Respostas à questão 24 “Enquanto aluno do Curso Técnico em Agropecuária sente-se preparado para trabalhar como Técnico em Agropecuária no mercado de trabalho na região?”



Fonte: O investigador.

Somente dirigido aos alunos do 3º ano, questionamos (na nº 24) se eles se sentiam preparados para trabalhar como Técnicos Agropecuário no mercado de trabalho na região? Aqui, a maioria dos alunos afirmou que se sentia preparada. Porém a diferença percentual entre estes últimos e os que não se sentiam, era residual. Por consequência, podemos afirmar que quase metade não se sentem muito seguros a este nível.

Encerrada a discussão dos questionários dos alunos, avançaremos para a percepção docente sobre a instituição, estágios e aplicações práticas do *Campus* e das aulas ministradas.

3.3 Apresentação e discussão de resultados dos docentes e outros agentes educativos

A interpelação sobre a formação prática dos estudantes e o seu futuro ingresso no mercado de trabalho pode estar ligada às concepções dos docentes acerca da formação oferecida no Curso Técnico em Agropecuária e ao grau de autonomia e orientação dos agentes relacionais endógenos. Sendo assim, o questionário destinado aos docentes foi focado em averiguar suas opiniões

acerca de tudo o que se correlaciona com o desenrolar do curso, dos alunos enquanto cursando e do pós-termino do curso. Assim mesmo, foi investigada a participação destes professores no devido processo de formação dos alunos como futuros Técnicos em Agropecuária da região.

Um total de sete professores do Curso Técnico em Agropecuária responderam ao questionário e interrogamo-nos se haveria uma valorização dos profissionais que apresentem um alto nível de conhecimento de prática, visto que estão lecionando em um curso profissionalizante de caráter técnico. Especificamente, todos os docentes contavam com diversos e altos graus de escolaridade que contextuam um delineamento, onde a maioria apresenta um perfil profissional muito mais dedicado à estruturação do arcabouço teórico do que prático. Conforme foi abordado nesta dissertação por diversos autores (Cunha, 2000; Ferretti, 2000; Ferretti, 1997), o corpo docente do IFMT-CNP também parece demonstrar uma maior dedicação à teoria do que à prática.

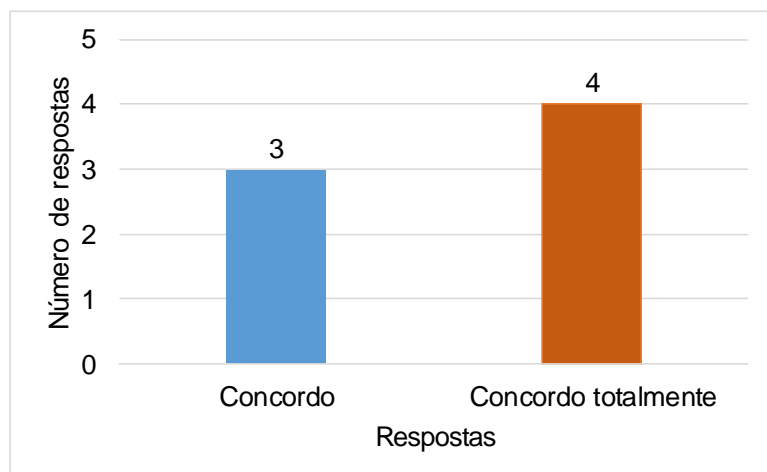
Dentro deste contexto, segundo Moura (2008), a formação de docentes para a educação profissional e tecnológica, deve capacitar o corpo docente a fim de melhor preparar o aluno para o mercado de trabalho:

A formação e a capacitação devem, portanto, ir além da aquisição de técnicas didáticas de transmissão de conteúdos para os professores e de técnicas de gestão para os dirigentes. Evidentemente, esses aspectos continuarão sendo importantes, mas o objetivo macro é mais ambicioso deve privilegiar a formação no âmbito das políticas públicas do país, principalmente as educacionais, numa perspectiva de superação do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, de modo que se deve priorizar mais o ser humano do que, simplesmente, as relações de mercado e o fortalecimento da economia (p. 30).

Por tudo isto, esta pode ser uma questão a ser analisada e adequada para futuro.

Com relação ao conjunto de perguntas do questionário para este público-alvo, começou-se indagando se o Curso Técnico em Agropecuária tem impacto no município. A maioria (57,1%) dos professores marcou “Concordo Totalmente”, enquanto 42,9% dos professores marcou a opção “Concordo”. Portanto, todo o corpo docente possuía uma ideia bem concreta do grau de importância do curso para a região (Figura 13).

Figura 13. *Respostas ao item 6 “O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal”*

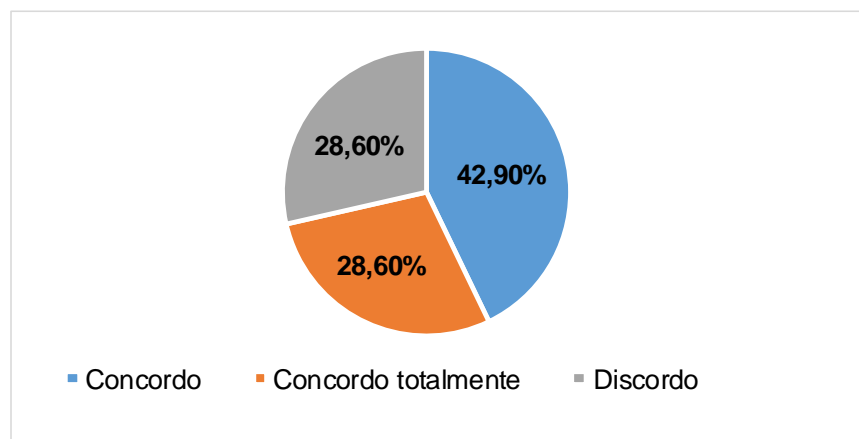


Fonte: O investigador.

Assim mesmo, os docentes acreditavam por grande maioria (71,5%) que a relação entre teoria e prática do Curso Técnico **são** suficientes para a cabal formação de um profissional de agropecuária. Todavia, não é desprezível que quase 30% tenha discordado (Figura 14).

Em contraste, vale a pena lembrar que 61,7% dos alunos achavam que a relação entre teoria e prática do curso **não** era suficiente para se tornar um profissional preparado (Tabela 7).

Figura 14. Respostas ao item 7 “A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para formar um profissional capazmente”.



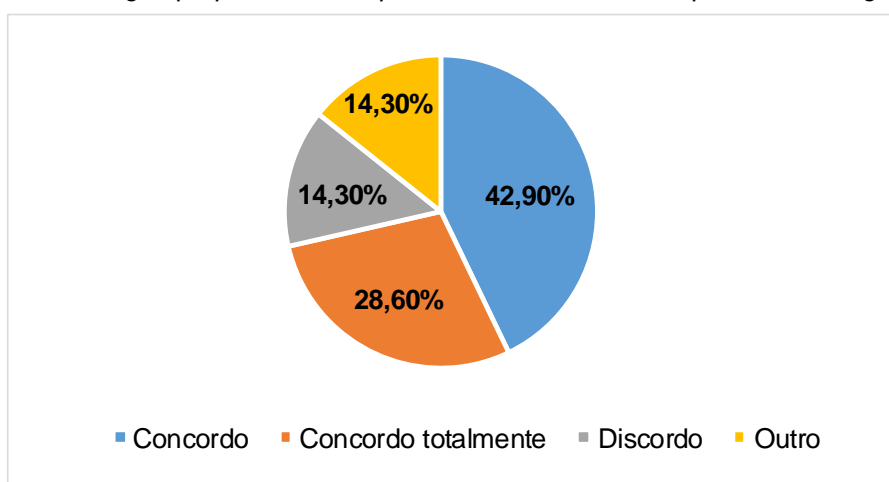
Fonte: O investigador.

Desta forma, indagou-se o que os docentes pensavam sobre a grade curricular. Um total de 42,9% dos professores Concordaram que esta consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região e 28,6% dos docentes situaram-se no nível “Concordo Totalmente”. No entanto, 14,3% dos

docentes optou pela opção “Discordo” e 14,3% responderam a opção “Outro” (Figura 15).

Uma análise deste tipo de respostas tem-nos levado a pensar que alguns docentes se sentiam inibidos de responder, sendo que é provável que estes inquiridos não pretenderam se pronunciar claramente acerca do assunto do item, preferindo evadir de uma resposta clara em que se iriam expor demasiado, a seu ver.

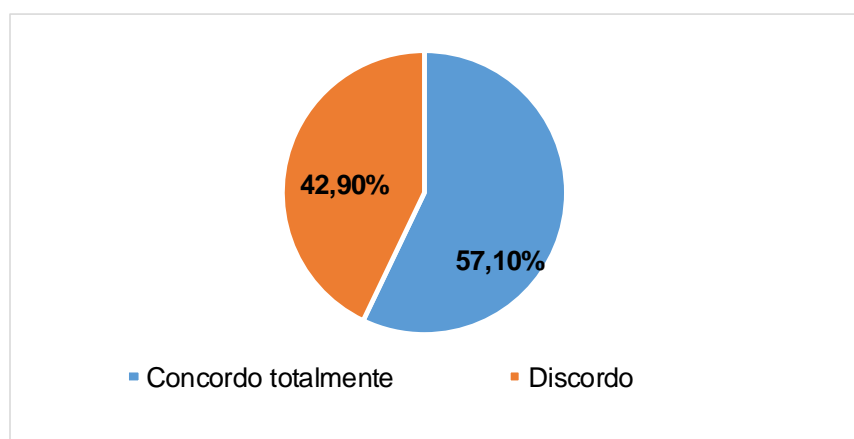
Figura 15. Respostas ao item 8 “Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região”.



Fonte: O investigador.

Por outra parte, quando indagados se o curso possuía estreita relação com o mundo de trabalho, as opiniões dos docentes se dividiram, mesmo que maioritariamente (57,1%) tenha concordado com a frase (Figura 16).

Figura 16. Respostas ao item 9 “O Curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho”.



Fonte: O investigador.

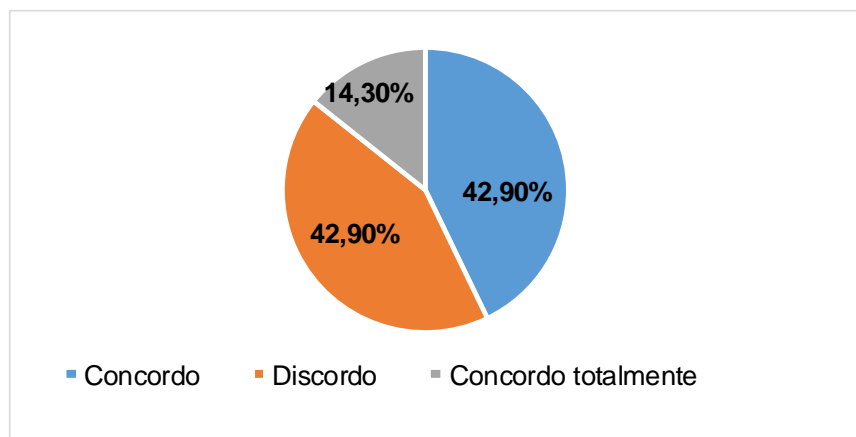
Quando se tratou de apurar a sua opinião sobre a consonância do Curso Técnico em Agropecuária com os arranjos produtivos locais, os níveis de concordância foram muito significativos somando 71,5% (42,9% dos professores Concordou com a frase e 28,6% Concordou Totalmente).

As respostas obtidas dos professores relativamente a principal finalidade do estágio supervisionado obrigatório, que é proporcionar experiência aos discentes, foram: a maioria (42,9%) Concorda, 28,6% Concorda Totalmente, 14,3% não soube responder e 14,3% discordou.

Foi possível verificar um espaçamento de opiniões no 13º item que tratou sobre a avaliação do estágio. Com a frase “*A avaliação do estágio supervisionado é feita de forma assertiva*”, só 28,6% escolheu a opção “Concordo Totalmente”, 28,6% respondeu “Discordo”, 28,6% “Não sei” e 14,3% respondeu marcando a opção “Outro”. Se se somarem as repostas com caráter negativo, ou evasoras, temos um total de 71,5% o que, lamentavelmente, é revelador do posicionamento crítico dos docentes a este respeito. A grande variedade nas respostas pode estar relacionada ao mesmo sentimento que tem os estudantes com relação ao estágio supervisionado e o seu grau de satisfação.

Sobre a avaliação da estrutura do *Campus*, um ponto de importância direta com o ensino prático necessário e proposto pela instituição para a melhor qualificação dos discentes do curso, encontra uma divisão mais nítida nas respostas ao questionário. A mesma percentagem dos docentes (42,9%) concorda e discorda que a estrutura do *Campus* é a adequada (Figura 17). A desempatar, 14,3% responderam que Concorda Totalmente, a qual somada ao nível de concordância, obtém-se 67,2% demonstrando adequação do *Campus*.

Figura 17. Respostas ao item 12 “A estrutura do campus para o desenvolvimento das aulas práticas do curso Técnico em Agropecuária está adequada”.



Fonte: O investigador.

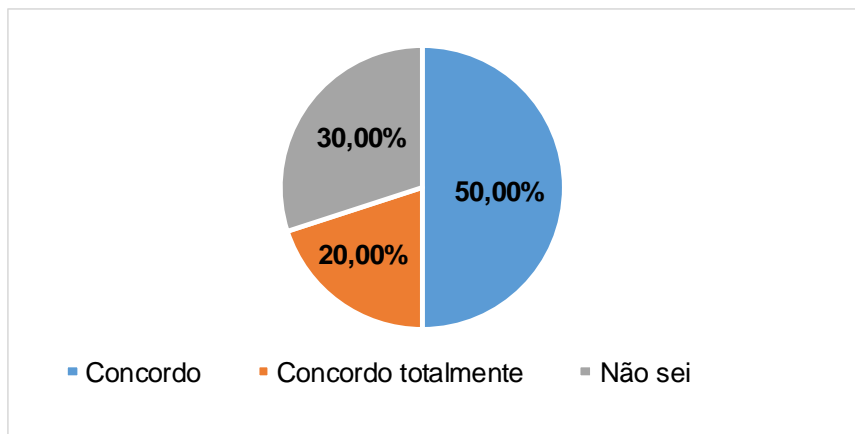
Em geral, conseguiu-se apurar que os professores reconhecem o grau de importância do curso para a região (Figura 13). No entanto, com as respostas obtidas sobre a principal finalidade do estágio supervisionado obrigatório e sua avaliação, além da estrutura do *Campus*, pode-se observar que existe um grau de insatisfação nestes agentes docentes, o que mais uma vez indica falhas do Curso Técnico ofertado pela instituição.

* Técnicos Administrativos

Por outra parte, o questionário destinado aos técnicos administrativos cujo trabalho abarca este Curso Técnico em Agropecuária teve como finalidade investigar as suas concessões quanto ao modo como se processa o seu ensino. O questionário foi respondido por um total de 10 funcionários (servidores) e apurou-se que a maioria (40%) considera que a sua atuação profissional contribui medianamente para a melhoria contínua do Curso. .

Assim, indagou-se se o Curso Técnico em Agropecuária tinha impacto no município. A maioria dos trabalhadores (50% + 20%= 70%) marcou os níveis de concordância. Pode se notar que, pelo menos para estes funcionários, o Curso Técnico teve uma avaliação positiva quando se pensa no desenvolvimento da região. No entanto, uns reveladores 30% dos inquiridos não soube responder (Figura 18).

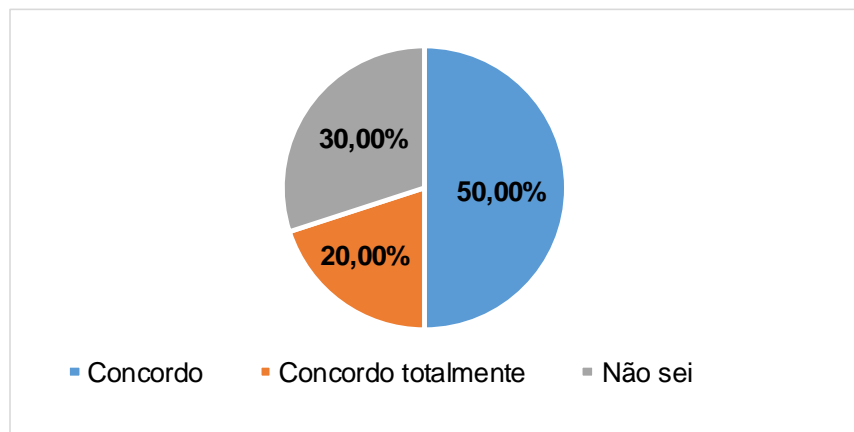
Figura 18. Respostas ao item 9 “O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal”.



Fonte: O investigador.

Diferentemente dos professores, a maioria dos técnicos administrativos (50% D +DT) discordaram da ideia de que a relação entre teoria e prática do Curso Técnico de Agropecuária são suficientes para a cabal formação de um profissional de agropecuária, o que está em concordância com as respostas dos alunos que achavam que a relação entre teoria e prática do curso não era suficiente para se tornarem um profissional preparado (Tabela 7).

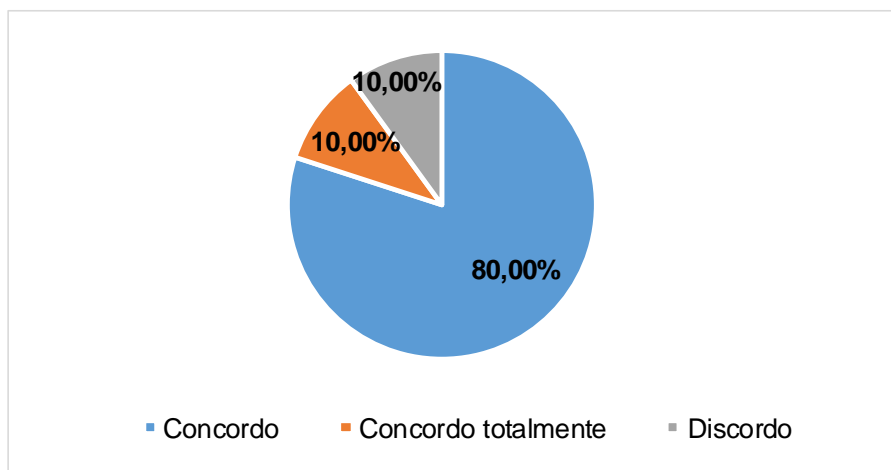
Figura 19. Respostas ao item 11 “Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região”.



Fonte: O investigador.

Também se inquiriu sobre o que eles pensavam sobre a grade curricular. Um total de 70% dos técnicos concordaram que esta consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região e 10% posicionou-se no nível de Concordo Totalmente. Somente 20% dos funcionários optou pela opção “Discordo” (Figura 19).

Figura 20. Respostas ao item 12 “O Curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho”.



Fonte: O investigador.

Quando indagados se o curso possuía estreita relação com o mundo de trabalho, as opiniões dos técnicos confirmaram esta relação. Maioritariamente (80%) Concordaram com a frase e 10% Concordaram Totalmente (Figura 20).

Quando se tratou de apurar a sua opinião sobre a consonância do Curso Técnico em Agropecuária com os arranjos produtivos locais, os níveis de concordância foram muito significativos situando-se um total de 80%.

Quanto ao facto de o estágio supervisionado obrigatório atender a sua finalidade (proporcionar experiência aos discentes do Curso Técnico em Agropecuária), as opiniões dos técnicos se dividiram numa pulverização: 30% concordaram e 20% concordou totalmente (total 50%); 30% discordou, 10% não soube responder e 10% optou pela opção “Outro”. Se refletirmos bem nestes resultados, verificamos que são tantas as respostas de cariz positivo (50%), quanto negativo (50%). Seria desejável que os dados obtidos com caráter positivo fossem declaradamente superiores aos restantes.

Para tentar analisar mais profundamente as concepções dos técnicos sobre este tópico se construiu a frase “A avaliação do estágio supervisionado é feita de forma assertiva”, à qual 50% dos funcionários Discordou, 30% não soube responder (sendo estes dois dados muito expressivos), e somente 20% concordou.

Uns 90% destes trabalhadores administrativos também afirmou que o acompanhamento das aulas práticas por parte dos professores supervisores nas disciplinas técnicas **não** acontecia efetivamente, confirmando as respostas dadas pelos alunos.

Além disso, em outra pergunta de múltipla resposta, 70% dos funcionários referiram que não se tem em consideração, não se avalia o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos alunos que faziam estágio supervisionado.

Tal como aconteceu com alunos e docentes, é bem claro o posicionamento negativo dos técnicos administrativos ao respeito do estágio supervisionado. A avaliação negativa deixa antever o grau de insatisfação destes agentes e somos levados a acreditar, mais uma vez, que existem falhas no sistema que devem ser melhoradas no Curso.

Sobre a avaliação da estrutura do *Campus*, encontrou-se uma divisão nas respostas deste público: 70% concordou com que a estrutura do *Campus* é adequada, corroborando em maioria o que alunos e docentes já haviam respondido.

Resumidamente, conseguiu-se apurar que os Técnicos Administrativos também reconheceram o grau de importância do curso para a região. No obstante, as respostas relacionadas ao estágio supervisionado obrigatório e sua avaliação, revelaram o grau de insatisfação de todos os envolvidos no curso.

Apresentação e Discussão de resultados dos Empresários

Com o propósito de reconhecer as concessões dos agentes relacionais exógenos (empresários), acerca da formação oferecida no Curso Técnico de Agropecuária, aplicou-se um questionário a profissionais do ramo da agropecuária, diretamente envolvidos com os estagiários do curso do IFMT-CNP, entre 2017 e 2018, em 40 empresas do município.

Este questionário contou com 15 frases (itens) a partir das quais os empresários podiam revelar uma avaliação das qualidades dos estagiários entre as opções “fraco”, “regular”, “bom” e “ótimo”. As opções “Outros” ou “Não responder” também foram incluídas nesta ferramenta de coleta de dados, por observação do Comitê de Ética. No entanto, estes níveis de resposta não foram usados pelos inquiridos, em nenhum questionário devolvido, o que revela a postura clara deste público com relação aos seus estagiários.

As avaliações encontram-se resumidas na Tabela 8. De forma geral, os empresários expressaram seu grau de satisfação, bem positivo, com relação ao

estágio supervisionado. Uns 80% avaliou os estagiários como bons e a mesma percentagem julgou o conhecimento técnico dos estagiários como bom. Contando as respostas “bom” e “ótimo”, pode se dizer que 80% dos empresários observou o interesse dos estagiários em obter novos conhecimentos e eficiência na execução das tarefas. Assim mesmo, 100% dos empresários avaliou como boa ou ótima a responsabilidade demonstrada pelos estagiários e a frequência deles para laborar nas empresas (Tabela 8).

Tabela 8. Respostas dos empresários em relação aos alunos com estágio supervisionado obrigatório.

FRASES	AVALIAÇÕES		
	REGULAR	BOM	ÓTIMO
Indique qual o grau de satisfação geral com os estagiários que estagiaram na empresa.	20%	80%	
Avalie o conhecimento Técnico colocado pelos estagiários nas atividades.	20%	80%	
Avalie o interesse dos estagiários em obter novos conhecimentos.	20%	70%	10%
Avalie a eficiência dos estagiários na execução das tarefas	20%	60%	20%
Avalie a Responsabilidade demonstrada pelos estagiários.		20%	80%
Avalie a Frequência dos estagiários em vir estagiar.		80%	20%

Fonte: O investigador.

A avaliação de outras frases do questionário permitiu observar uma maior diferença entre os níveis de respostas. Por um lado, por exemplo, nas frases:

“Avalie a capacidade dos estagiários para executar tarefas conforme solicitado”,

“Avalie a segurança dos estagiários ao executar tarefas”,

“Avalie a segurança dos estagiários na orientação de tarefas”,

“Avalie a adaptação dos estagiários a novas tarefas”,

“Avalie a pontualidade dos estagiários”,

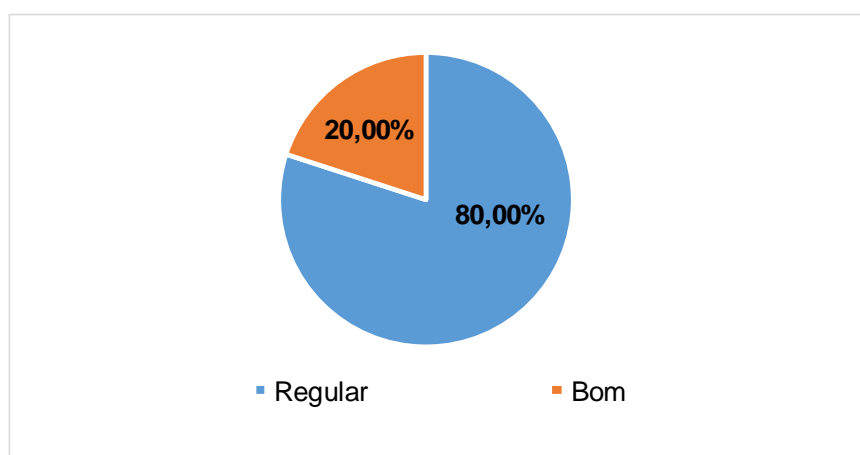
“Avalie o nível de cooperação dos estagiários”.

obteve-se 30% no nível regular, 70% posicionaram-se entre bom e ótimo. Dai que se considerar resultados satisfatórios, que até nos surpreenderam.

Todavia, na frase “*Avalie a habilidade dos estagiários para dar explicações*”, 60% dos empresários expressaram que esta capacidade é boa, enquanto 40% expressou ser regular.

Sobre as avaliações que precisam melhoras, podem-se descrever os resultados obtidos à frase “*Os estagiários que estagiaram na empresa tinham qualificação técnica para atuar na área*”. Um total de 80% dos empresários determinou como “regular” esta qualificação (Figura 21). Ora este resultado não nos agradou, pois revela que a formação destes estagiários não foi completamente assertiva.

Figura 21. Respostas ao item 7 “*Os estagiários que estagiaram na empresa tinham qualificação técnica para atuar na área*”



Fonte: O investigador.

O mesmo perfil de respostas foi observado quando foi apresentada a frase “*Avalie a capacidade dos estagiários para solucionar problemas*”. Assim, foi possível observar que um dos pontos a melhorar no Curso Técnico de Agropecuária é o “conhecimento técnico para posterior aplicação no trabalho” e a “capacidade dos estudantes para resolverem problemas nas empresas” em que provavelmente trabalharão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Introdução

Neste capítulo se abordarão, sucintamente, os resultados gerais obtidos nesta pesquisa e se farão considerações sobre pontos que podem ser melhorados ou adequados para o correto funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária do IFMT-CNP.

4.2 Considerações Finais

Tendo finalizado a análise dos questionários para cada público-alvo, seja endógeno ou exógeno, pode se dizer que é perceptível a diferença de opiniões entre o corpo Discente, o corpo Docente e os Técnicos Administrativos que se prontificaram a responder ao questionário e colaborar com a pesquisa. No que se refere a relação entre a teoria e prática do curso serem suficientes para formar um profissional capaz, a maioria dos alunos e técnicos acreditavam que não é suficiente, enquanto os professores em sua maioria acreditavam que esta relação é suficiente. Dado que se apurou estarem os docentes mais vocacionados para a parte teórica do que prática, somos obrigados a concordar com os alunos e técnicos, ou seja, a formação não é suficiente para uma preparação cabal dos formandos.

As opiniões acerca da estrutura do Campus também merecem atenção. Do ponto de vista dos alunos, a avaliação do Campus foi entre regular e boa, enquanto há uma divisão entre os professores, pois praticamente a metade concordou e a outra metade discordou sobre a adequabilidade da estrutura para o desenvolvimento das aulas práticas.

No entanto, o ponto de maior atenção esteve focado na avaliação ao estágio supervisionado, pois quando questionados sobre o grau de satisfação e sobre a avaliação do estágio, os estudantes sentiram-se insatisfeitos. O reflexo deste sentimento também foi observado nas respostas de técnicos administrativos e professores. Assim, a informação gerada a partir dessas respostas demonstra opiniões que convergem sobre a avaliação do estágio supervisionado no curso Técnico de Agropecuária da IFMT-CNP, isto é, insatisfação e ficar aquém das expectativas.

Quando comparadas as respostas acerca do estágio supervisionado dos agentes endógenos com as dos empresários, pode-se analisar que existem pontos a melhorar nesta fase. Por exemplo, 80% dos empresários determinou como “regular” a qualificação técnica dos estagiários, todavia 80% dos empresários afirmaram que a capacidade dos estudantes para resolverem problemas nas empresas não é satisfatória e deve melhorar.

De qualquer modo, em termos gerais, a avaliação dos estagiários foi positiva com relação ao grau de satisfação, ao interesse em obterem novos conhecimentos e eficiência na execução das tarefas. Vale a pena destacar que 100% dos empresários avaliou como boa ou ótima a responsabilidade demonstrada pelos estagiários e a frequência deles para laborar nas empresas.

Outro ponto merecedor de destaque relacionou-se com o grau de preparação sentido pelos alunos finalistas para exercerem a profissão de Técnico Agropecuário no mercado, no qual se registou uma divisão quase pela metade entre o sim e o não. No entanto, 71,5% dos professores concordaram que o curso prepara os alunos para enfrentar o tecido empresarial da região.

Aproximou-se a opinião da maioria dos alunos, professores e técnicos sobre a consonância entre o curso e os trabalhos e arranjos produtivos locais.

Muito resumidamente, encontramos ao longo da pesquisa vários pontos em que se revelou haver algumas deficiências bem notórias no curso investigado, nomeadamente, o facto de 44% dos alunos não estar a pensar seguir uma profissão na área do curso, o grau de ensinamento prático no estágio ser reduzido, haver alunos que consideram o estágio apenas regular, outros fraco ou ruim, o estágio dever ser supervisionado e não o ser, ou raramente.

4. 3 Sugestões de melhoria

Atendendo aos objetivos definidos no 1º capítulo, cabe-nos então fazer sugestões de melhoria para cada um dos públicos investigados:

1. Os alunos expressaram insatisfação com as aulas práticas e o estágio supervisionado, portanto este deve ser um ponto para ser melhorado no Curso, com uma reflexão dos responsáveis sobre como pode e deve ser executada.

2.Os alunos e técnicos expressaram inconformidade sobre o acompanhamento dos docentes no estágio, e ao mesmo tempo se demonstrou que o corpo docente é majoritariamente preparado para a teoria e não tanto para a prática. Acredita-se que este seja outro ponto que deve ser melhorado na instituição, para um adequado desenvolvimento do curso em questão. Como? Talvez proporcionar aos docentes capacitações em prática agropecuária, com visitas às explorações e acompanhamento de trabalhos nessas empresas. Em alternativa ou em simultâneo, haver uma recompensa para quem se capacitar nesta área, por ex. na avaliação docente, ou atribuir horas letivas para esse trabalho de melhoria.

3.Os empresários se queixam de alguma falta de preparação dos estagiários, quanto a capacidade para resolver problemas e falta de conhecimento técnico. Como pode ser melhorado? A grade curricular deve incluir em algumas cadeiras, resolução de problemas práticos muito semelhantes aos que os alunos podem vir a encontrar no estágio. O conhecimento técnico deve ser mais focado nas aulas.

Com as devidas diferenças e semelhanças nas opiniões do corpo discente, técnicos e docentes, esperamos ter satisfatoriamente atingido os objetivos pretendidos e claramente indicados na introdução desta dissertação de “Analisar as perspectivas dos estudantes, professores e agentes administrativos do curso Técnico em Agropecuária, com relação à formação e atuação no mercado”.

Esperamos, também, ter conseguido lançar uma pequena luz sobre a realidade do Ensino Técnico Integrado em Agropecuária que ocorre no IFMT, Campus Campo Novo do Parecis, no que tange à formação prática dos estudantes e o seu futuro ingresso no mercado de trabalho.

Assim mesmo, a pesquisa na área da educação no campo e/ou em cidades majoritariamente configuradas no arranjo agropecuário enquanto principal forma de desenvolvimento socioeconômico ainda caminha a passos curtos e demorados, mas o estudo deste assunto avança conforme fica mais explícita a necessidade de investigação sobre esse tema tão importante na realidade econômica e cultural brasileira.

Uma parte considerável do produto interno bruto do país depende dessa atividade econômica, mesmo que a realidade que desejamos apreender neste

estudo não reflita a realidade de todos os cursos técnicos espalhados pelo Brasil, muito menos os cursos Técnico em Agropecuária.

4.4 Sugestões para futuras investigações

Possivelmente um desafio assumido neste estudo foi ter um leque muito variado de público-alvo. Se recomenda que futuros estudos se concentrem em discentes e docentes, ou técnicos ou empresários, até mesmo para ter um comparativo mais enxuto e focado.

Deveriam futuramente ser pesquisados os destinos dos alunos do Curso Técnico em Agropecuária, estudar quantos vão para o mercado de trabalho, quantos vão direto para o Curso Superior de Agronomia, ou quantos vão para outros cursos, ou não estudam mais.

REFERÊNCIAS

Andrade, G. C. O. (2015). *O trabalho educativo e o profissional de Apoio Administrativo Educacional de Mato Grosso: uma demanda para as universidades públicas*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. Mato Grosso. Brasil.

Azevedo, G. F. A. M., & Azevedo, A. N. M. (2016). Gestão escolar democrática e Educação Profissional: desafios e possibilidades para uma formação emancipadora. *VI SITRE - Simpósio Internacional Trabalho, Relações de trabalho, Educação e Identidade*. CEFET Minas, UFMG, UEMG. Belo Horizonte.

Barbosa, L. C. A., Pires, D. X., & Zanon, A. M. (2010). Presença da temática ambiental em currículos de cursos técnicos da área de agropecuária: análise nas instituições públicas de Mato Grosso. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental*, nº 24, janeiro/julho.

Benevides, A. A., & Santos, O. dos. (2013). A história do Ensino Profissional no Mato Grosso até a criação do Instituto Federal. *Anais do XI Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*. Curitiba, Paraná, Brasil setembro.

Borges, B. G. (1996). A expansão da fronteira agrícola em Goiás. *História Revista*. 1(2), 37-55.

Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. (D. B. Catani, trad.). São Paulo: Editora UNESP.

Cabral Neto A., & Castro, A. M. D. A. (2011). Gestão escolar em instituições de Ensino Médio: Entre a Gestão Democrática e a Gerencial. *Educ. Soc.*, Campinas, 32(116), 745-770.

Cecchin, R., & Vieira, M. M. M. (2004). *O curso técnico em agropecuária: histórico e perfil dos alunos egressos*. Acessado em 01 agosto, 2018, de <http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Anais/Eixo%2004/Raul%20Cecchin%20e%20Marilandi%20Maria%20Mascarello%20Vieira.pdf>

Cechin, A., Montoya, M. A. (2017). Origem, causas e impactos da crise financeira de 2008. *Teoria e Evidência Econômica*, 23(48) 150-171.

Coordenação de Extensão do Campus Parecis, & Ministério da Educação. (2010). *Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado dos cursos técnicos e superiores*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Corrêa, L. A., & Mira, A. P. de. (2017). O papel do orientador educacional como mediador entre professor e aluno. *Revista Gestão Universitária*, 8, 1-16.

Cortez, C. A. (2015). *Conquistas e desafios da gestão escolar na prática da gestão democrática participativa: um estudo de caso na cidade de Querência (MT)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Coura, H. L. O. (2012). *A possível integração curricular no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia baiano: análise do curso técnico em agropecuária*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Cunha, L. A. (2000). Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. *Cadernos de Pesquisa*, 111, 47-70.

Cury, C. R.J. (2013). O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.

Dourado, L. F. (2006). *Gestão da educação escolar*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância.

Eboli, M. (2014). *Educação corporativa no Brasil. Mitos e verdades*. São Paulo: Gente.

Ferretti, C. J. (2000). Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico. *Educ. Soc.*, 21(70), 80-99.

Ferretti, C. J. (1997). Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90. *Educ. Soc.*, 18(59), 225-269.

Flores, L., & Souza, M. A. F. (2013). O setor de produção do IFMT campus Campo Novo do Parecis e o planejamento estratégico: realidade e percepções. *Anais do II Colóquio Nacional – A produção do Conhecimento em Educação Profissional*. Natal, RN, Brasil.

Freitas, D. N. T. de. (2007). Avaliação e gestão democrática na regulação da educação básica brasileira: uma relação a avaliar. *Educ. Soc.*, 28(99) 501-521. Campinas.

Gil, A. C. (2014). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. 6ª reimpr. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2016). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. 7ª reimpr. São Paulo: Atlas.

Hill, M. M.; & Hill, A. (2016). *Investigação por Questionário*. 2ª ed, rev. e corrig. Lisboa: Edições Sílabo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). *Cidades – Campo Novo do Parecis*. Acessado em 01 agosto, 2018, de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/campo-novo-do-parecis/pesquisa/24/76693>

Kuenzer, A. Z. (2016). As propostas de decreto pra a regulamentação do ensino técnico e da educação profissional: uma análise crítica. Curitiba, 2003. acessado em 20 agosto, 2019 de: <www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf>.

Libâneo, J. C. (1989). *Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos* (8ª ed.) São Paulo: Edições Loyola.

Londero, C. (2017). *Experiências inovadoras de ensino e aprendizagem é propiciada aos alunos através do Estágio*. Campus Campo Novo do Parecis. Recuperado em 01 agosto, 2018, de <http://cnp.ifmt.edu.br/conteudo/noticia/experiencias-inovadoras-de-ensino-e-aprendizagem-e-propiciada-aos-alunos-atraves-do-estagio/>.

Londero, C. (2014). *Alunos do 3º ano desenvolvem projetos para disciplina de estágio*. Campus Campo Novo do Parecis. Recuperado em 01 agosto, 2018, de <http://cnp.antigoportal.ifmt.edu.br/noticias/1008590/>.

Lück, H. (2000). Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. *Em Aberto*, 17(72), 11-32.

Machado, M. M. (2009). A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. *Em Aberto*, 22(82) 17-39. Brasília.

MARQUES, Regina dos Santos. (2012). Código de Ética Profissional do Servidor Público e o ato ético de servir: Avaliação do nível de conhecimento no âmbito da Ufc com o servidor docente e o técnico-administrativo. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Ceará.

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2011). *Metodologia Científica*. 5a ed. São Paulo: Atlas.

MACHADO, E. (2009). Capital intelectual: um estudo nas universidades ibéricas. Santo Tirso: Editorial Novembro.

Martins, J. L., Silva, B. (2014). A construção da autonomia no processo educativo: o que pensam os participantes de um curso de especialização em coordenação pedagógica. *Revista e-Curriculum*, 12(02) 1.143-1.161.

Martins, A. M., Pardal, L. A., & Dias, C. (2005). Ensino técnico e profissional: natureza da oferta e da procura. *Revista Interações*. 1(1), 77-97.

Mendonça, S. R. De. (1997). *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec.

Moura, D.H. (20018). A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica – Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. 1(1) 23-38, Brasília: MEC, SETEC.

Nogueira, C. E. (2008). *Nos sertões do poente: conquista e colonização do Brasil Central*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Nosela, P. (2007). Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. *Revista Brasileira* 12(34) 137-151.

Paro, V.H.(2007) O princípio da Gestão democrática no contexto da LDB, 3ed. Rev. E ampl. São Paulo: Xamã.

Peres, M. (2018). *US\$ 535,02 Milhões; Campo Novo do Parecis é a cidade que mais evoluiu nas exportações*. Recuperado em 01 agosto, 2018, de <http://parecis.net/parecis/index.php/cnp/us-535-02-milhoes-campo-novo-do-parecis-e-a-cidade-que-mais-evoluiu-nas-exportacoes>.

Pierdona, Z. L.. (2004). Objetivos constitucionais da educação e sua relação com os fundamentos do Estado Brasileiro. *Direito Educacional em Debate*.

Pochmann, M. (2016). *Brasil sem industrialização: a herança renunciada*. Ponta Grossa: Ed. UEPG.

Regattieri, M., & Castro, J. M. (2010). *Ensino médio e educação profissional: desafios da integração* (2a ed.). Brasília: UNESCO.

Saviani, D. (1999). *Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo* (32ª ed.). Campinas: Editora Autores Associados.

Saviani, D. (2000). *Educação brasileira: estrutura e sistema*. 8 ed. São Paulo: Autores Associados.

Sá, J. M. M. de. (2011). *Gestão na Educação Profissional e Tecnológica: o cenário da Escola Agrotécnica Federal de São Luiz entre 2004 e 2006, com base no seu regimento interno*. ANPAE – Políticas Públicas e Gestão da Educação. São Paulo, Brasil.

Schwartzman, S. (2005). *A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica*. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Departamento Nacional.

Senra, R. E. F., Sato, M. T., Mello, G. J., & Campos, A. G. (2017). Juventudes, Educação do Campo e Formação Técnica: um estudo de caso no IFMT. *Educação & Realidade*, 42(2).

Sobral, F. J. M. (2009). Retrospectiva Histórica do ensino agrícola no Brasil. *Revista brasileira da educação profissional e tecnológica*, 2(2), 78-95.

Teixeira, M.; Ladoski, M.H.; Domingues, M.R. (Org.). (2011). *Negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional nas relações capital-trabalho*. São Paulo: CUT.

Vieira, A., & Souza Junior, A. (2016). A educação profissional no Brasil. *Revista Interacções*, 40, 152-169.

Yin, R. K. (2009). *Case study research: Design and methods*. (4ª ed). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

APÊNDICES

Apêndice 1- Formulário de entrevista dos discentes

Instrumento de Avaliação da Interação dos Discentes e Curso Ofertado
(Adaptado de Kluge,L.F. (2008))

Prezado(a) respondente,

Sou Assistente em Administração, desde agosto de 2008, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis.

Estou cursando Mestrado em Assessoria e Administração no Instituto Politécnico do Porto de Portugal e desenvolvendo, sob orientação da Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves, uma Pesquisa junto aos alunos do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Integrada ao ensino médio.

O presente questionário tem por finalidade levantar dados para apurar a interação existente entre os discentes e o curso ofertado pelo campus, desde o que os anima a nele ingressar até suas expectativas para o pós-graduação.

Este instrumento de pesquisa foi adaptado do modelo desenvolvido por Kluge, L.F. (2008). As primeiras perguntas têm por objetivo a identificação dos perfis dos respondentes, tendo as demais com o propósito de identificar a avaliação dos discentes em relação às disciplinas técnicas, o estágio supervisionado e estrutura do campus para realização das aulas práticas.

Dados biográficos (preencha com uma X a opção que corresponder à sua opinião)

1. Gênero: () Feminino () Masculino () Outros () Não responder

2. Idade: ()15-16 ()17-18 ()19-20 ()20-21 ()+21 () Outros () Não responder

3. Ano letivo que está cursando? ()2º ano ()3º ano () Outros () Não responder

4. Qual é a distância da sua cidade de origem antes de vir estudar no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

- a) () Sou de Campo Novo do Parecis
- b) () Está a menos de 100 quilômetros de Campo Novo do Parecis
- c) () Está entre 100 e 200 quilômetros de Campo Novo do Parecis
- d) () Está entre 200 a 400 quilômetros de Campo Novo do Parecis

- e) Está a mais de 400 quilômetros de Campo Novo do Parecis
 f) Outros
 g) Não responder

5. Por que escolheu estudar o curso Técnico em Agropecuária?

6. Você gosta de estudar as disciplinas técnicas do Curso Técnico em Agropecuária?
 Sim Não Outros
 Não responder

7. Qual o motivo da sua resposta à questão anterior? (Se sim, por quê? Se não, por quê? outros e não responder não precisar escrever nada)

8. Como você define a dificuldade das matérias técnicas do curso Técnico em Agropecuária?
 Fácil Mediano Difícil Muito difícil Outros
 Não responder

9. O curso Técnico em Agropecuária irá influenciar na carreira que você quer seguir?
 Sim Não Outros Não responder

10. Você deseja ingressar num curso superior, mais tarde?
 Sim Não Outros Não responder

11. Se a resposta à questão anterior for sim, qual o grau de relação entre o curso que você deseja e o curso técnico que está fazendo no IFMT?
 Baixa Alta Muito alta Nenhuma Outros Não responder

12. A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para tornar você num profissional preparado para atender as empresas e fazendas da região?
 Sim Não Outros Não responder

13. As disciplinas técnicas do curso Técnico em Agropecuário têm componente prática?
 Nunca Raramente Às vezes Sempre Outros Não responder

14. Na sua opinião, o curso Técnico em Agropecuária está de acordo com os arranjos produtivos locais?
 Sim Não Outros Não responder

15. Como avalia as suas aulas práticas?
 1 Péssimas 2 Ruins 3 Regulares 4 Boas 5 Ótimas 6 outros
 7 Não responder

16. O curso Técnico em agropecuária tem atendido as suas expectativas?

- 1() Ficou inferior as expectativas
 2() Atendeu as expectativas
 3() Superou as expectativas
 4() outros
 5() Não responder

17. Como classifica o seu desejo de trabalhar como Técnico em Agropecuária quando se formar?

- 1() Muito baixo 2() Baixo 3() Médio 4() Alto 5()
 Muito alto
 6() Outros 7() Não responder

18. Na sua opinião, como está sendo o seu aprendizado durante o curso?

- 1() Muito baixo 2() Baixo 3() Médio 4() Alto 5()
 Muito alto
 6() Outros 7() Não responder

19. Como avalia a estrutura do Campus para o desenvolvimento das aulas práticas?

- 1() Péssima 2() Ruim 3() Regular 4() boa 5() Ótima 6() outros 7()
 Não responder

20. Como você avalia a qualificação dos seus professores?

- 1() Péssimo 2() Ruim 3() Regular 4() bom 5() Ótimo 6()
 Outros 7() Não responder

21. O acompanhamento/supervisão do estágio é acompanhado por um professor do IFMT?

- () Sim () Não () Às vezes () Outros () Não
 responder

22. Como você avalia o seu estágio supervisionado desenvolvido no curso Técnico em agropecuária?

- 1() Péssimo 2() Ruim 3() Regular 4() bom 5() Ótimo 6()
 Outros 7() Não responder

23. Qual o seu grau de satisfação com o Estágio Supervisionado?

- 1() Muito Insatisfeito 2() Insatisfeito 3() Satisfeito 4() Muito
 satisfeito 5() Outros 6() Não responder

(Se você pertence ao 2º ano, terminou aqui o questionário)

24. Enquanto aluno do curso Técnico Agropecuário sente-se preparado para trabalhar como Técnico em Agropecuária no mercado de trabalho da região? (somente alunos do 3º ano)

- () Sim () Não () Outros () Não responder

Apêndice 2- Formulário de entrevista dos docentes

Instrumento de Avaliação do Curso Técnico em Agropecuário sob a ótica dos Docentes.

(Adaptado de Kluge,L.F. (2008))

Prezado(a) Respondente,

Sou Assistente em Administração, desde agosto de 2008, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Câmpus Campo Novo do Parecis. Estou cursando Mestrado em Assessoria e Administração no Instituto Politécnico do Porto de Portugal e desenvolvendo, sob orientação da Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves, uma Pesquisa junto aos alunos do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Integrada ao ensino médio.

O presente questionário tem por finalidade levantar dados juntos aos docentes em relação a estrutura do câmpus, grade do curso, oferta das disciplinas técnicas e estágio supervisionado do curso Técnico em Agropecuária do IFMT – câmpus Campo Novo do Parecis.

Este instrumento de pesquisa foi adaptado do modelo desenvolvido por Kluge, L.F. (2008). As primeiras perguntas têm por objetivo a identificação dos perfis dos respondentes, tendo as demais o propósito de identificar a sua avaliação em relação às disciplinas técnicas, o estágio supervisionado e estrutura do câmpus para realização das aulas práticas.

Dados biográficos

1.Gênero: () Masculino () Feminino () Outros () Não responder

2.Idade:() 25-35 () 36-45 () 46-55 () + 56 () Outros () Não responder

3.Tempo de experiência na área educacional.

4.Marque com “X” a opção em que se enquadra, quanto ao cargo e/ou função que ocupa:

- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Docente ocupante de Função Gratificada – FG
- Docente ocupante de Função Comissionada de Coordenação de Curso - FCC
- Docente ocupante de Cargo de Direção – CD
- Outros
- Não responder

5.Marque com “X” a opção em que se enquadra, quanto ao nível de escolaridade:

- Especialização completa
- Mestrado completo
- Doutorado completo
- Pós doutorado completo
- Outros
- Não responder

Nas perguntas de 6 a 13, os níveis de respostas vão de 1 a 5, do seguinte modo:

1-Discordo Totalmente (DT), 2-Discordo (D), 3-Não Sei (NS), 4-Concordo(C), 5-Corcordo Totalmente (CT), 6-Outros(O), 7-Não Responder (NR).

Frases	DT	D	NS	C	CT	O	NR
6. O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal.							
7. A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para formar um profissional capazmente.							
8. Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região.							
9. O curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho.							
10. O curso Técnico em Agropecuária está em consonância com os arranjos produtivos locais.							
11. O estágio curricular supervisionado atende sua finalidade de proporcionar experiência aos discentes.							
12. A estrutura do câmpus para o desenvolvimento das aulas práticas do curso Técnico em Agropecuária está adequada.							
13. A avaliação do estágio supervisionado é feita de forma assertiva.							

Apêndice 3 - Formulário de entrevista dos Empresários.

Instrumento de Avaliação da Aceitação dos Discentes do Curso Técnico Agropecuário pelo Tecido Empresarial

(Adaptado de Kluge,L.F. (2008))

Prezado(a) Respondente,

Sou Assistente em Administração, desde agosto de 2008, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis. Estou cursando Mestrado em Assessoria e Administração no Instituto Politécnico do Porto de Portugal e desenvolvendo, sob orientação da Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves, uma Pesquisa junto aos alunos do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Integrada ao ensino médio.

O presente questionário tem por finalidade levantar dados da Aceitação dos Discentes do Curso Técnico Agropecuário pelo Tecido Empresarial.

Este instrumento de pesquisa foi adaptado do modelo desenvolvido por Kluge, L.F. (2008). As primeiras perguntas têm por objetivo a identificação dos perfis dos respondentes, tendo as demais o propósito de identificar a avaliação dos empresários em relação aos discentes que fazem ou fizeram estagio em suas propriedades ou estabelecimentos.

Dados biográficos

1.Gênero: Masculino Feminino Outros Não responder

2.Idade: 25-35 36-45 46-55 + 56 Outros Não responder

3.Tempo de experiência na área do agronegócio:
 1-5 6-10 11-15 16-20 +20 anos Outros Não responder

4.Qual o seu cargo dentro da empresa em que você atua hoje?

5.Quantos estagiários do curso Técnico em Agropecuária do IFMT – campus Campo Novo do Parecis já atuaram na empresa?

() 1-5 () 6 – 10 () +10 () Outros () Não responder

Nas perguntas de 6 a 20, os níveis de respostas vão de 1 a 4, do seguinte modo:
1-Fraco (F), 2-Regular (R), 3-Bom (B), 4-Ótimo (O), 5-Outros(S), 6-Não responder

Frases	Fraco	Regular	Bom	Ótimo	Outros	Não Responder
6. Indique qual o grau de satisfação geral com os estagiários que estagiaram na empresa.						
7. Os estagiários que estagiaram na empresa tinham qualificação técnica para atuar na área.						
8. Avalie o conhecimento Técnico colocado pelos estagiários nas atividades.						
9. Avalie o interesse dos estagiários em obter novos conhecimentos.						
10. Avalie a eficiência dos estagiários na execução das tarefas						
11. Avalie a capacidade dos estagiários para executar tarefas conforme solicitado.						
12. Avalie a segurança dos estagiários ao executar tarefas.						
13. Avalie a segurança dos estagiários na orientação de tarefas.						
14. Avalie a adaptação dos estagiários a novas tarefas.						
15. Avalie a habilidade dos estagiários para dar explicações.						
16. Avalie a capacidade dos estagiários para solucionar problemas.						
17. Avalie a Responsabilidade demonstrada pelos estagiários.						
18. Avalie a Frequência dos estagiários em vir estagiar.						
19. Avalie a pontualidade dos estagiários.						
20. Avalie o nível de cooperação dos estagiários.						

Apêndice 4 - Formulário de entrevista dos T.A.E.

Instrumento de Avaliação do Curso Técnico em Agropecuária sob a ótica dos Técnicos Administrativos em Educação e Gestores.

(Adaptado de Kluge,L.F. (2008))

Prezado(a) respondente,

Sou Assistente em Administração, desde agosto de 2008, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Campo Novo do Parecis. Estou cursando Mestrado em Assessoria e Administração no Instituto Politécnico do Porto de Portugal e desenvolvendo, sob orientação da Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves, uma Pesquisa com aos alunos do curso Técnico em Agropecuária na modalidade Integrada ao ensino médio.

O presente questionário tem por finalidade levantar dados juntos aos Técnicos Administrativos em Educação e Gestores que tem relação com o Curso Técnico em Agropecuária em relação a estrutura do campus, grade do curso, oferta das disciplinas técnicas e estágio supervisionado.

Este instrumento de pesquisa foi adaptado do modelo desenvolvido por Kluge, L.F. (2008). As primeiras perguntas têm por objetivo a identificação dos perfis dos respondentes, tendo as demais o propósito de identificar a sua avaliação do Curso Técnico em Agropecuária em relação a estrutura do campus, grade do curso, oferta das disciplinas técnicas e estágio supervisionado.

Dados biográficos

1.Sexo: () Masculino () Feminino () Outros () Não responder

2.Idade:() 25-35 () 36-45 () 46-55 () + 56 () Outros () Não responder

3. Marque com "X" a opção em que se enquadra, quanto ao cargo e/ou função que ocupa:

- Técnico Administrativo em Educação – TAE
- TAE em ocupação de função gratificada – FG
- TAE ocupante de cargo de direção – CD
- Docente ocupante de função gratificada – FG
- Docente ocupante de cargo de direção – CD
- Outros
- Não responder

4. Marque com "X" a opção em que se enquadra, quanto ao nível de escolaridade:

- Ensino fundamental completo
- Ensino Médio completo
- Nível superior completo
- Especialização completa
- Mestrado completo
- Doutorado completo
- Pós doutorado completo
- Outros
- Não responder

5. Há quanto Tempo é servidor do IFMT – Campus Campo Novo do Parecis:

- Menos de um ano
- De 1 a 3 anos

- De 3 a 5 anos
- Mais de 5 anos
- Outros
- Não responder

Relativamente às disciplinas Técnicas e Estágio Supervisionado

6. Classifique a sua atuação para a melhoria contínua do Curso Técnico em Agropecuária, em especial nas disciplinas técnicas e estágio supervisionado é:

- Péssima Regular Média boa Ótima Outros Não responder

7. O curso Técnico em Agropecuária obriga à existência de 25% de aulas práticas acompanhadas por docentes supervisores, nas disciplinas técnicas. A seu ver esse acompanhamento ocorre efetivamente?

- Não Sim Outros Não responder

Se a resposta for sim, como se dar o acompanhamento:

8. Existe alguma avaliação do grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos alunos que fazem estágio supervisionado?

- Não Sim Outros Não responder

Nas perguntas 9 a 16, os níveis de respostas vão de 1 a 5, do seguinte modo:

1-Discordo Totalmente (DT), Discordo (D), 3-Não Sei (NS), 4-Concordo, 5-Corcorado Totalmente (CT), 6-Outros (O), 7-Não Responder (NR)

Frases	DT	D	NS	C	CT	O	NR
9. O curso Técnico em Agropecuária tem impacto no desenvolvimento municipal.							
10. A relação entre teoria e prática do curso Técnico em Agropecuária é suficiente para formar um profissional capazmente.							
11.Em termos curriculares, a grade do curso Técnico em Agropecuária consegue preparar o aluno para enfrentar o tecido empresarial da região?							
12. O curso Técnico em Agropecuária possui estreita relação com o mundo de trabalho?							
13. O curso Técnico em Agropecuária está em consonância com os arranjos produtivos locais?							
14. O estágio curricular supervisionado atende sua finalidade de proporcionar experiência aos discentes do curso Técnico em Agropecuária?							
15.A estrutura do campus para o desenvolvimento das aulas práticas do curso Técnico em Agropecuária está adequada?							
16. A avaliação do estágio supervisionado é feita de forma assertiva?							

Apêndice 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aprovado pelo CEPIFMT sob parecer nº 2.881.215

CAEE nº90790418.0.0000.8055

A(O) menor..... sob sua responsabilidade está sendo convidado(a) como voluntária a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do campus Campo Novo do Parecis.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubricue todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: a pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT campus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do campus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, onde os alunos menores de idade deverão realizar o preenchimento de questionários avaliativos, no qual trará questões para avaliação das disciplinas técnicas e do estágio supervisionado realizado no Curso Técnico em Agropecuária.

Confidencialidade: A privacidade do sujeito da pesquisa (menor) será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de qualquer forma, será mantido em sigilo.

Crítérios de exclusão: Não poderá participar desta pesquisa o menor que não esteja cursando o 2º e/ou 3º do Curso Técnico em Agropecuária.

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos pelo menor em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso o menor apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do campus Marisol M. Vocensi Massaroli será a responsável por dar o suporte necessário ao menor.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no Curso Técnico em Agropecuária, desta forma oferecer a gestão do campus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições para adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os alunos.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: O(A) Sr.(a) como responsável pelo menor poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação dele(a) a qualquer momento. A participação dele(a) é voluntaria e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. O menor pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar

em contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e- mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616-4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____,

RG/CPF _____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, __/__/____

Assinatura

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

(Pesquisador responsável)

Apêndice 6 – TALE – Aluno Menor de Idade

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Aprovado pelo CEP/IFMT sob parecer nº 2.881.215

CAAE nº 90790418.0.0000.8055

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Seus pais permitiram que você participasse.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: A pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT câmpus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do câmpus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, onde os alunos menores de idade deverão realizar o preenchimento de questionários avaliativos, sendo 18 questões fechadas e

02 abertas, no qual trará questões para avaliação das disciplinas técnicas e do estágio supervisionado realizado no curso Técnico em Agropecuária. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir.

Confidencialidade: Sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de qualquer forma, será mantido em sigilo.

Crítérios de exclusão: Não poderá participar desta pesquisa o menor que não estejam cursando o 2º e/ou 3º do curso Técnico em Agropecuário.

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do câmpus Marisol M. Vincesi Massaroli será responsável por dar o suporte necessário.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no curso Técnico em Agropecuário, desta forma oferecer a gestão do campus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os discentes.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: Você pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar

em contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e- mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616-4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____,

RG/CPF _____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e conversou com os meus responsáveis.

Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, __/__/____

Assinatura

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

(Pesquisador responsável)

Apêndice 7 – TCLE-Discente**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****Aprovado pelo CEP/IFMT sob parecer nº 2.881.215****CAAE nº 90790418.0.0000.8055**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: A pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT câmpus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do câmpus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estagio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, onde os alunos deverão realizar o preenchimento de questionários avaliativos, sendo 22 questões fechadas e 02 abertas, no qual trará questões para avaliação das disciplinas técnicas e do estagio supervisionado realizado no curso Técnico em Agropecuária.

Confidencialidade: A privacidade do sujeito da pesquisa será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de qualquer forma, será mantido em sigilo.

Critérios de exclusão: Não poderá participar desta pesquisa discentes que não estejam cursando o 2º e/ou 3º do curso Técnico em Agropecuário.

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do câmpus Marisol M.Vicensi Massaroli será a responsável por dar o suporte.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no curso Técnico em Agropecuário, desta forma oferecer a gestão do campus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os alunos.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: Você pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar em

contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e-mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616- 4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____, RG/CPF_____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e tenho consciência que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo. Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, __/___/_____

Assinatura

Paulo de Jesus Abreu dos Santos
(Pesquisador responsável)

Apêndice 8 - TCLE Docentes**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)****Aprovado pelo CEP/IFMT sob parecer nº 2.881.215****CAAE nº 90790418.0.0000.8055**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: A pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT câmpus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do câmpus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio, com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estagio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, onde os docentes deverão realizar o preenchimento de questionários avaliativos, sendo 05 questões para identificação do perfil do respondente e 8 questões fechadas, no qual trará questões para avaliação

das disciplinas técnicas e do estágio supervisionado realizado no curso Técnico em Agropecuária.

Confidencialidade: A privacidade do sujeito da pesquisa será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de qualquer forma, será mantido em sigilo.

Crítérios de exclusão: Serão público desta pesquisa os docentes que ministrem aulas Técnicas no Curso Técnico em Agropecuária

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do campus Marisol M.Vicensi Massaroli será a responsável por dar o suporte necessário.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no curso Técnico em Agropecuário, desta forma oferecer a gestão do campus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os alunos.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: Você pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar em contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e-mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616-4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____,

RG/CPF _____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e tenho consciência que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, __/__/____

Assinatura

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

(Pesquisador responsável)

Apêndice 9 - TCLE -TAE**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(TCLE)****Aprovado pelo CEP/IFMT sob parecer nº 2.881.215****CAAE nº 90790418.0.0000.8055**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubrique todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: A pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT câmpus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do câmpus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada nas dependências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus Campo Novo do Parecis, onde deverá realizar o preenchimento de questionários avaliativos, sendo 16 questões, no qual trará questões para avaliação das disciplinas técnicas e do estágio supervisionado realizado no curso Técnico em Agropecuária.

Confidencialidade: A privacidade do sujeito da pesquisa será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de

qualquer forma, será mantido em sigilo.

Critérios de exclusão: Não poderá participar desta pesquisa Técnicos Administrativos em Educação (TAE) que não tenham relação com o curso Técnico em Agropecuário.

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do campus Marisol M.Vicensi Massaroli será a responsável por dar o suporte necessário.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no curso Técnico em Agropecuário, desta forma oferecer a gestão do campus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições de adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os alunos.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: Você pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Campus Campo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar em contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e-mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616-4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____,

RG/CPF _____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e tenho consciência que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, __/__/____

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

(Pesquisador responsável)

Apêndice 10 – TCLE Empresários

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Aprovado pelo CEP/IFMT sob parecer nº 2.881.215
CAAE nº 90790418.0.0000.8055

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”.

Caso você concorde em participar, solicitamos que rubriche todas as páginas e assine ao final deste documento elaborado em duas vias, sendo que você irá receber uma via deste termo com as informações pertinentes a esta pesquisa:

Pesquisador responsável: Paulo de Jesus Abreu dos Santos

Orientador da pesquisa: Professora Doutora Zita Maria Alves Romero de Oliveira Rodrigues Gonçalves

Justificativa: A pesquisa pretende oferecer a comunidade escolar e direção do IFMT câmpus Campo novo do Parecis, o perfil dos alunos e os motivos que os levam a entrar para a instituição, o grau de satisfação do tecido empresarial com os discentes do câmpus que fazem estágio em suas propriedades, o grau de satisfação com as disciplinas técnicas e estágio com isso oferecer ferramenta para que a direção do campus possa propor mudanças no curso, caso seja necessário.

Objetivo: Neste estudo pretende-se investigar as relações endógenas (corpo discente, docentes e técnicos em assuntos educacionais) e exógena (entre os técnicos em agropecuária e o tecido empresarial de Campo Novo do Parecis). O motivo que nos leva a estudar este assunto é fazer um diagnóstico das disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertado pelo curso Técnico em Agropecuária, bem como pesquisar o grau de satisfação do tecido empresarial em relação aos estagiários que realizam estágio em suas propriedade.

Participação na pesquisa: A pesquisa será realizada na sua propriedade, escritório na cidade ou Sindicato Rural de Campo Novo do Parecis, onde deverá realizar o preenchimento de questionários avaliativos, sendo 05 questões para identificação do perfil do respondente e 15 questões fechadas, no qual trará questões para avaliação das disciplinas técnicas e do estágio supervisionado realizado em sua propriedade.

Confidencialidade: A privacidade do sujeito da pesquisa será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa identificá-lo de qualquer forma, será mantido em sigilo.

Critérios de exclusão: Não poderá participar desta pesquisa empresários que não tenham recebidos discentes do curso Técnico em Agropecuário como estagiários.

Desconfortos e/ou riscos: Considerando que é uma pesquisa, resultados positivos ou negativos somente serão obtidos após a sua realização. Para esta pesquisa, os riscos são mínimos, podendo haver desconfortos ou constrangimentos em relação as perguntas nos questionários de avaliação. No entanto, caso apresente algum desconforto/constrangimento durante ou depois da sua participação na pesquisa, a psicóloga do câmpus Marisol M.Vicensi Massaroli será a responsável por dar o suporte necessário.

Benefícios: Esta pesquisa tem por finalidade levantar dados juntos aos alunos, servidores e tecido empresarial sobre as disciplinas técnicas e o estágio supervisionado ofertadas no curso Técnico em Agropecuário, desta forma oferecer a gestão do câmpus e comunidade em geral ferramentas que possam mensurar o grau de satisfação dos itens objeto da pesquisa e com isso ter condições adequar o curso e as disciplinas para melhor atender a comunidade e os alunos.

Direito de sair da pesquisa e esclarecimento durante o processo: Você pode se recusar a participar desta pesquisa, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, sendo assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da sua participação.

Onde os dados deste projeto ficarão arquivados e por quanto tempo: Todos os questionários respondidos ficarão sob a responsabilidade do coordenador da pesquisa, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, por um período mínimo de cinco anos e arquivados no IFMT – Câmpus Câmpo Novo do Parecis.

Ressarcimento ou indenização: Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito à indenização.

Para qualquer esclarecimento ou caso queira sair da pesquisa poderá entrar em contato com o Pesquisador Responsável, Paulo de Jesus Abreu dos Santos, através do e-mail: paulo.santos@cnp.ifmt.edu.br

Para informações, reclamações ou qualquer tipo de denúncia sobre esta pesquisa poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com

Seres Humanos do IFMT, situado na Avenida Senador Filinto Muller, 963, 1º

andar, Bairro Duque de Caxias, CEP 78.043–400 Cuiabá – MT, tel: (65) 3616-4112, e-mail: cep@ifmt.edu.br.

Eu, _____,

RG/CPF _____ aceito participar da pesquisa “Objetividade da formação do IFMT e envolvimento com o tecido empresarial – O caso do Curso Técnico em Agropecuária do câmpus Campo Novo do Parecis”. Declaro que entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que não terá problema. Estou totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação. O pesquisador tirou minhas dúvidas e tenho consciência que posso deixar o projeto a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

Declaro que recebi uma via deste documento onde constam as informações sobre a pesquisa e também os contatos do Pesquisador Responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do IFMT.

Campo Novo do Parecis, ___/___/_____

Assinatura

Paulo de Jesus Abreu dos Santos

(Pesquisador responsável)